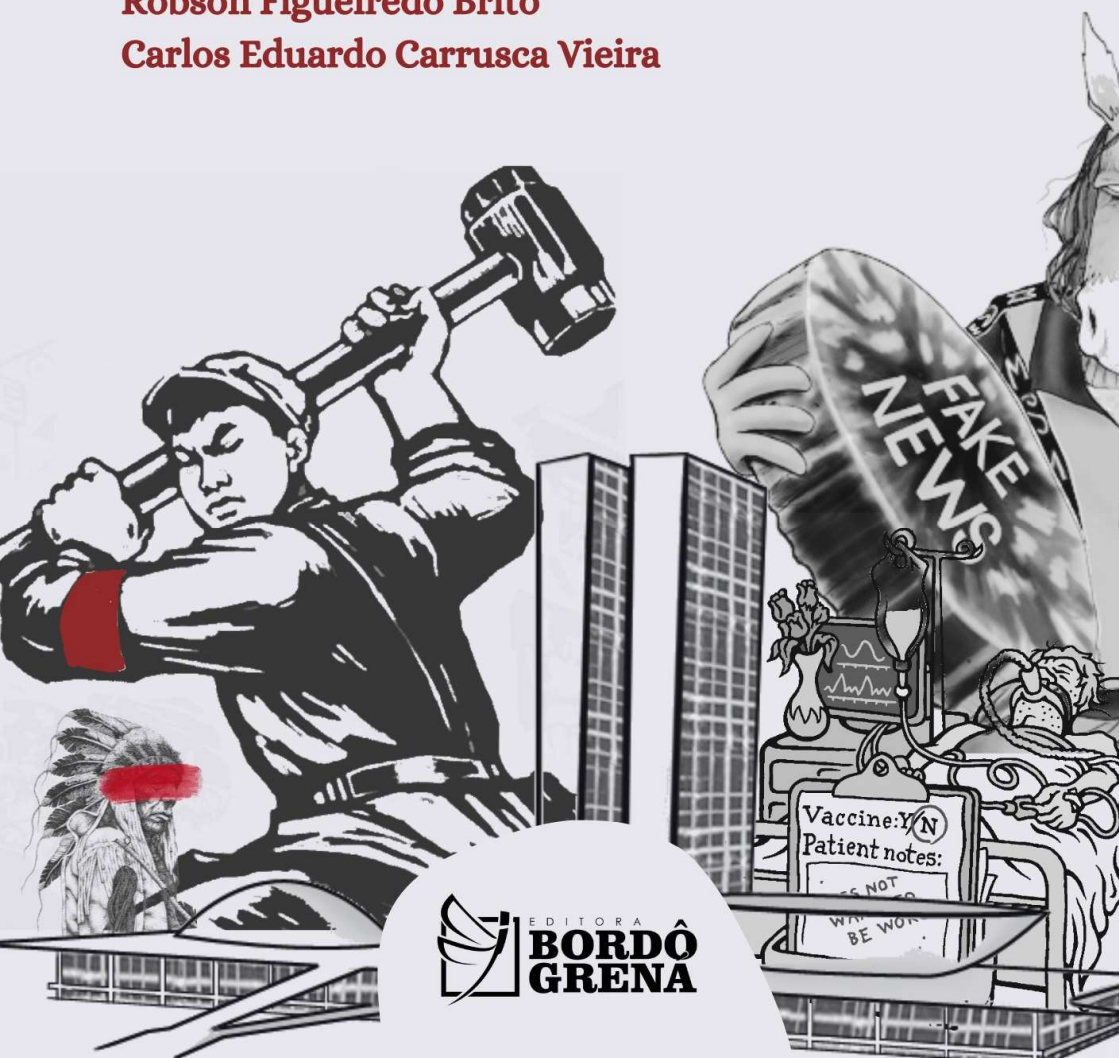


LEITURA(S) DE FAKE NEWS

Organizadores:

Robson Figueiredo Brito

Carlos Eduardo Carrusca Vieira



EDITORA
**BORDÔ
GRENA**

LEITURA(S) DE FAKE NEWS

Comissão Editorial

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

Conselho Editorial

Dr. André Rezende Benatti (UEMS*)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB*)

Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)

Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE*)

Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)

Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)

Me. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA*)

Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA*)

Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza (Doutoranda/UNICAMP)

Dr. Washington Drummond (UNEB*)

Me. Sandro Adriano da Silva (UNESPAR*)

*Vínculo Institucional (docentes)

Robson Figueiredo Brito
Carlos Eduardo Carrusca Vieira

ORGANIZADORES

LEITURA(S) DE FAKE NEWS



Catu, BA

2024

© 2024 by Editora Bordô-Grená
Copyright do Texto © 2024 Os autores
Copyright da Edição © 2024 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

Editora Bordô-Grená
<https://www.editorabordogrena.com>
bordogrena@editorabordogrena.com

Projeto gráfico: Editora Bordô-Grená
Capa: Keila Lima de Assis
Edição: Editora Bordô-Grená
Revisão textual: Anderson Almeida

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB-5/1549

L533

Leitura(s), de fake news [Recurso eletrônico]: do necessário ao possível /
Organizadores Robson Figueiredo Brito e Carlos Eduardo Carrusca Vieira:
Bordô-Grená, Catu. 2024.

2535 kb, 263 fls. Il:color

Livro eletrônico

Modo de acesso: Word Wide Web <www.editorabordogrena.com>

Incluem referências

ISBN: 978-65-80422-40-1 (e-book)

1. Fake News. 2. Análise discursiva. 3. Política I. Brito, Robson Figueiredo. II.
Vieira, Carlos Eduardo Carrusca. III. Título.

CDD 302.24

CDU 316.77

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

S U M Á R I O

PREFÁCIO	9
<i>Eliara Santana</i>	
APRESENTAÇÃO	11
<i>Organizadores</i>	
ADEUS, ESTADO SUICIDÁRIO: NECROPOLÍTICA E FAKE NEWS EM TEMPOS DE COVID-19	13
<i>Ana Clara Ribeiro Santos Simões e Liza Fensterseifer</i>	
FAKE NEWS: ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS	37
<i>Laura Camilo da Silva e Michelle Cristina Vitor Marçal</i>	
UMA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA SOBRE A RADICALIZAÇÃO NA COMUNICAÇÃO POLÍTICA	58
<i>João Francisco Severo Santos</i>	
BISPO VERMELHO: UMA ANÁLISE DA POSTAGEM DO CARDEAL SCHERER NO TWITTER NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022 E A PROBLEMÁTICA DA DESINFORMAÇÃO E DO DISCURSO DE ÓDIO	81
<i>Donavan Iury Silva da Mata</i>	
COLONIZAÇÃO DE DADOS: FAKE NEWS E O ESTAR DO HOMEM NO MUNDO	111
<i>Gisleule Maria Menezes Souto e Rane Ferreira Rios Hollanda Cavalcante de Moraes</i>	
OS EFEITOS DAS INFORMAÇÕES INFUNDADAS NA PANDEMIA DA COVID-19 E SUA INFLUÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO	131
<i>Bruno Soares Veríssimo, Heleniara Amorim Moura e Letícia da Silva Bastos</i>	

FAKE NEWS E EVIDENCIALIDADE: GRAMÁTICA E (DES)INFORMAÇÃO	155
<i>Lucas Alves Costa</i>	
FAKE NEWS, RELIGIÃO E POLÍTICA: A ALIANÇA DE FORÇAS PODEROSAS E SEUS EFEITOS NA VIDA DOS INDIVÍDUOS E NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	178
<i>Maria Auxiliadora da Silva</i>	
O DISCURSO NEOLIBERAL E AS FAKE NEWS, UMA QUESTÃO DO OUTRO(?): UMA LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE O (DES)LAÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	197
<i>Maria Câmara e Diêgo Fernandes</i>	
“SÓ MAIS 72 HORAS”: FAKE NEWS, BOLSONARISTAS EM TRANSE E A ORQUESTRAÇÃO DO 8 DE JANEIRO DE 2023	224
<i>Carlos Eduardo Carrusca Vieira, Bárbara Katherine Faris Biondini, Kenia da Silva Sant’Anna, Leonardo de Miranda e Silva e Luciana Santos de Moura</i>	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	255
SOBRE OS ORGANIZADORES	262

PREFÁCIO

A disseminação de fake news tem impactado fortemente o cenário sociopolítico brasileiro desde 2018. As chamadas notícias falsas, que têm uma roupagem muito própria e bem desenhada, são as facetas mais visíveis do complexo fenômeno da desinformação, que provocou uma situação de caos durante a pandemia de Covid-19 e quase colapsou as instituições no processo eleitoral de 2022, apenas para citar dois exemplos recentes.

Em busca de uma definição que nos possibilite dialogar sobre as fake news considerando a realidade brasileira, tomo a perspectiva de Alcott e Gentzkov (2017), em que as fake news são “todas as informações difundidas por meios de comunicação que se disfarçam de veículos jornalísticos e que difundem informação comprovadamente incorreta para enganar seu público” (p. 211). Essa definição é relevante porque deixa em evidência algo muito importante ao nos debruçarmos sobre o fenômeno: não podemos tomar as fake news na perspectiva de boatos que são disseminados ou mentiras difundidas aleatoriamente. Há uma intencionalidade que marca tanto a produção das mensagens quanto a sua disseminação, e isso se bastante evidente quando mostramos o funcionamento do ecossistema de desinformação.

A produção e a disseminação de fake news se consolidaram sobremaneira no Brasil, nos últimos anos, causando fortes impactos em diversos setores e no funcionamento da institucionalidade democrática no país. Portanto, tentar compreender esse fenômeno em sua complexidade é um desafio e uma necessidade.

Por isso, é uma grata satisfação fazer o prefácio deste livro “Leitura(s) de Fake News”, tão bem organizado pelos professores Robson Figueiredo Brito e Carlos Carrusca, da PUC Minas. Ao longo dos dez capítulos do livro, nós vemos serem contemplados temas e abordagens relevantes para um aprofundamento das discussões sobre a estrutura das fake news e o seu papel na recente história democrática brasileira. Temas e abordagens que enfocam comunicação política, pandemia, colonização de dados, contexto das eleições presidenciais de 2022, discurso de ódio, consequências das fake news, com uma rica abordagem em relação ao que ocorreu no cenário nacional nos últimos tempos. E que trazem para o leitor uma ampliação dos escopos de discussão e abordagem em relação ao conceito.

As discussões propostas pelos autores no livro, a partir dos diversos campos do conhecimento, dialogam com várias perspectivas de compreensão, várias linhas de reflexão e análise, o que proporciona uma riqueza de abordagem e uma pluralidade conceitual e de reflexões muito necessárias para a compreensão desse fenômeno tão complexo e tão instigante.

Profa. Dra. Eliara Santana, Universidade de Campinas – São Paulo

APRESENTAÇÃO

Este é um livro a respeito de práticas inovadoras de leitura de *fake news* em nossa sociedade contemporânea. Ele está organizado em cinco grandes temas: a produção das *fake news* em tempos de desinformação; a disseminação do ódio nas redes sociais; a questão da verdade e da mentira na sociedade com negacionismo da ciência; os efeitos das “notícias falsas” em diversos contextos sociopolíticos; as práticas de leitura necessárias à identificação e à crítica das *fake news*.

O objetivo central desta obra é oferecer possibilidades para o leitor tornar-se um crítico capacitado para identificar as mensagens que se encontram em notícias falsas que circulam nas redes sociais e em outros espaços de comunicação social no Brasil, e em outros países, bem como contrapor-se a elas.

Ler é um ato de poder, já diz Manguel, quando nos convida a entender o processo de leitura em uma sociedade da escrita, e também digital, mencionando a história dos livros e dos leitores. Aqui neste livro queremos chamar a atenção dos leitores para um fenômeno que atravessa o mundo contemporâneo, o processo de desinformação e da expansão das *fake news*, a serviço de regimes autoritários e do poder econômico. Cabe perguntar: em nossos tempos, é possível formar leitores capazes de subverter essa lógica cruel do discurso de ódio?

Nós, da Universidade, precisamos contribuir significativamente com essas discussões e não nos curvamos a essas engrenagens advindas das ferramentas tecno-fantásticas que encantam e iludem os sujeitos,

muitos dos quais acabam se identificando com essas formações discursivas que espalham o veneno das notícias falsas.

Os vários atores da esfera universitária (professores pesquisadores, alunos da pós-graduação, alunos bolsistas de iniciação científica e alunos da graduação) que contribuíram com esta obra têm uma intencionalidade: descortinar por meio do ato de ler – ato político – não só o combate à mentira, mas também um convite à realização de uma experiência reflexiva que produza uma ação marcadamente discursiva: é possível ler *fake news* e desvendar seus mecanismos em tempos de dilemas nas redes sociais e midiáticas no contexto da pandemia de desinformação: a desinfodemia, porque “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1990, p. 46)¹. Esse é o nosso desafio: ler os efeitos de sentidos de falsas notícias e de notícias falsas.

Boas leituras!

Os organizadores

¹ PÊCHEUX, M. Ler, descrever, interpretar. In: PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990. p. 43-58.

CAPÍTULO 1

ADEUS, ESTADO SUICIDÁRIO: NECROPOLÍTICA E FAKE NEWS EM TEMPOS DE COVID-19

Ana Clara Ribeiro Santos Simões

Liza Fensterseifer

INTRODUÇÃO

O necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade. (MBEMBE, 2018, p. 71)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) declarou estado de pandemia do vírus da COVID-19. Contextos de emergências, desastres e pandemias, além dos impactos socioeconômicos, materiais e ambientais que causam, deixam um lastro de sofrimento psíquico que pode ser ainda mais exacerbado em virtude da condição em que se originam. É importante, pois, compreender o contexto em que se sucedeu o desastre da COVID-19 no Brasil, sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, de modo a permitir que uma reflexão mais profunda sobre o papel da disseminação de desinformação tenha espaço.

A estrutura do Estado brasileiro sob o governo bolsonarista pode ser compreendida a partir das reflexões de Mbembe (2018), que parte do pressuposto que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 5). O autor disserta sobre a noção de biopoder de Foucault,

que discorre sobre o domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu controle, e afirma que esse conceito não é suficiente para examinar a soberania na contemporaneidade. Sobretudo, é vital discutir sobre as “formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (p. 10-11). Essa soberania, que decide quem importa e quem é descartável, Mbembe (2018) nomeia de necropoder.

O autor reflete sobre esse direito de matar, em Foucault, que afirma que o Estado nazista foi seu exemplo mais completo. Observa-se nele “uma extrapolação biológica do tema do inimigo político, organizando a guerra contra seus adversários e, ao mesmo tempo, expondo seus próprios cidadãos à guerra” (MBEMBE, 2018, p. 19). Reside, aí, o arquétipo de poder que combina um Estado racista, um Estado assassino e um Estado suicidário.

A necropolítica exercida em solo brasileiro justificou as mortes que sancionou em prol da economia, como mostra a CNN Brasil (2020): “a economia não pode parar”, declarou Bolsonaro em março de 2020. Desde então, as medidas tomadas pelo Governo Federal foram negacionistas e negligentes, disseminando a proposta de um tratamento precoce ineficaz em detrimento de um processo vacinal eficaz, como indica a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia (BRASIL, 2021). Trata-se, então, de um plano de governo.

A NECROPOLÍTICA COMO PLANO DE UM GOVERNO SUICIDA

A pandemia da COVID-19 no Brasil tem sido perpassada por inúmeros fatores complexos que potencializaram a letalidade da doença e o sofrimento dos sujeitos, em particular aqueles em situação de vulnerabilidade. Como Arruda (2021) reflete, a composição do governo Bolsonaro no país é fundamentada por um negacionismo radical, que se levanta contra a ciência e, em última análise, funciona como um dos artefatos da pós-verdade: “a pós-verdade configura um cenário em que as evidências científicas são substituídas por “verdades alternativas” e as opiniões, crenças e convicções pessoais são supervalorizadas em detrimento da heurística” (p. 84). Esse discurso negacionista, segundo o autor, é observado nas táticas de desinformação da população, por meio das mídias sociais que contrariam a ciência e reiteram o desdém do Estado diante das vidas ceifadas pela doença.

Rosário (2020) pondera que a aparente inépcia do governo diante da pandemia, sua estratégia de polarização entre economia e vida, e a negação da ciência, não são por acaso: “para o neoliberalismo, as vidas são descartáveis. Bolsonaro tem acesso aos estudos, aos dados, às projeções, à experiência internacional. Ele sabe quantas pessoas podem morrer pela Covid-19. A verdade é que para ele e o seu projeto, isso não importa” (p. 38). Essa reflexão sobre as vidas descartáveis para o neoliberalismo foi defendida, também, por Mbembe (2018, p. 71), que diz: “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre

resistência, sacrifício e terror”. O autor cunha os conceitos de necropolítica e necropoder para discutir essas maneiras de submissão da vida ao poder da morte, as criações de mundos de morte, nos quais populações marginalizadas recebem o estatuto de mortos-vivos. Esses fundamentos colonialistas e racistas, segundo Mbembe (2018), estruturam nossas sociedades e dão poder ao Estado de ditar quem pode viver ou morrer.

Rosário (2020), do mesmo modo, resgata os pensamentos de Boaventura de Sousa Santos (2007), sobre a existência de uma linha abissal em nossa modernidade. Trata-se de uma distinção invisível, que separa a realidade social em dois lados: as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. Os sujeitos do outro lado da linha abissal, na zona metropolitana, sofrem o que Rosário (2020) denomina de degradação ontológica: “são menos pessoas para o sistema que produz distinções invisíveis, têm menos direitos, importam menos. São aqueles que podem ser deixados para morrer” (p. 41). Essas linhas abissais são particularmente notáveis no contexto da pandemia, como específicas dinâmicas de diferenciação, que estabelecem quem tem o direito à vida, como Ignacio (2020) enfatiza. Segundo a autora, o alastramento da pandemia acentuou cenários de desigualdade e vulnerabilidade social já existentes no Brasil, em particular em locais periféricos. É a necropolítica em ação em locais de vulnerabilidade, pois comunidades marginalizadas não possuem as mesmas condições de isolamento ou distanciamento social que outros ambientes favorecidos.

Populações em situação de vulnerabilidade são particularmente afetadas por cenários de desastres, e tal aspecto pode ser observado, em especial, em virtude da pandemia. Sujeitos marginalizados, sem condições de se isolarem ou de trabalhar em *home office*, e o auxílio financeiro fornecido pelo governo surgiu mais como uma política assistencialista do que como um apoio substancial para pessoas em situação de miséria. Fica evidente, ainda segundo Ignacio (2020), como a pandemia evidencia que algumas vidas valem mais do que outras aos olhos de um Estado de morte, e, portanto, podem ser descartadas.

Rosário (2020) analisa as reflexões de Mbembe (2016), em conjuntura com o contexto da pandemia no Brasil, afirmando que Bolsonaro atua exatamente de acordo com a política de expor à morte ou deixar morrer. É um poder que apela à existência fictícia de um inimigo: “o discurso de Bolsonaro é povoado de inimigos. São inimigos a imprensa, a esquerda, os comunistas, a Universidade, a ciência, os “bandidos”, uma vez que ‘[...]os caras vão morrer na rua igual barata, pô. E tem que ser assim.’” (ROSÁRIO, 2020, p. 41).

Safatle (2020b), por sua vez, defende a necessidade de uma mudança de paradigma nas reflexões sobre a necropolítica, em prol de uma discussão sobre o Estado Suicidário. O termo surge com Virilio (1999), que discute a existência de um tipo de Estado que não só exerce seu poder de morte, mas que opera sua própria destruição. Exemplo cabal, apresentado pelo autor, é o Telegrama 71, enviado por Adolf Hitler, em 1945, ao seu exército: “Se a guerra está perdida, que a nação

pereça”. Ordenava a destruição do que restava da nação, em uma aniquilação autoinfligida pelas mãos do que havia, ela mesma, parido.

Essa ampliação da discussão, abrangendo o termo suicidário, é defendido por Safatle (2020b), que enfatiza que não basta definir esse Estado como um gestor da morte, mas como “o ator contínuo de sua própria catástrofe, o cultivador de sua própria explosão, o organizador de um empuxo da sociedade para fora de sua própria autorreprodução”. Safatle (2020a) ainda enfatiza o flerte contínuo e arriscado que ele exerce com sua própria destruição, e aponta que “o Brasil mostrou definitivamente como é o palco da tentativa de implementação de um Estado suicidário” (p. 227). Virilio (1999) assim sumariza: “o louco e o assassino são os filhos legítimos que o Estado suicida engendra e reconhece” (p. 36, tradução nossa).

Viana (2022) refere-se a esse movimento bolsonarista com o termo alemão *blitzkrieg*, que “remete a uma ofensiva militar relâmpago, com ataques ininterruptos e que utiliza todo seu poderio bélico para destruição, nada mais pertinente em se tratando de investigar a necropolítica (política da/para a morte) instituída no país” (p. 13). Segundo a autora, o discurso bolsonarista não pode ser reduzido apenas às falas do presidente, mas é observado nas vozes que se somam na reprodução de discursos e práticas posicionados junto à extrema-direita, ao fascismo e ao neonazismo.

Esse movimento se caracteriza por elementos que robustecem práticas autoritárias e antidemocráticas, como o populismo, arregimentando através de discursos pautados na retórica de extrema-direita alinhada à “onda azul” que assola a Europa; moralismo, se alijando contra as comunidades LGBT;

antipetismo, que assinala a necessidade de eleger um inimigo que precisa ser combatido e eliminado; antipolítica, que não aceita a política como um espaço democrático e de transformação; ultranacionalismo, com uma grande ênfase à atuação militarista; e como uma política de base religiosa, buscando impedir outras formas de expressão religiosa, e, desse modo, acaba coibindo, atacando e avivando o preconceito religioso. (VIANA, 2022, p. 182-183)

São eleitos espaços, como a autora aponta, de subcidadania, aos quais o poder delega cidadãos também sub-humanos, e espaços outros que recebem voz e ambiente de participação e coexistência. Trata-se de um plano de governo com um objetivo cuidadosamente delineado, que ceifou vidas que poderiam ter sido poupadas. São narrativas de antidireitos e antidemocracia.

“EU NÃO SOU COVEIRO”: MENTIRA, ESCÁRNIO E CRIME

A criação de um ou de vários inimigos serviu como uma cortina de fumaça quanto a uma gestão estratégica e propositalmente necroliberalista. E o papel da informação (ou desinformação) nessa batalha contra o inimigo é central em tempos de COVID-19 no Brasil. Assim nasceram campanhas anticientíficas, negacionistas e mentirosas.

Como Santaella (2021) aponta, há intencionalidade na mentira. Ela tem um agente, e quem mente, tem consciência que mente. Há uma intencionalidade na produção e na disseminação de *fake news*. Esse pensamento vai ao encontro dos estudos de Recuero e Gruzd (2019), que enfatizam que “não se trata apenas de uma informação pela metade ou mal apurada, mas de uma informação falsa intencionalmente divulgada, para atingir interesses de indivíduos ou grupos” (p. 32).

Santos *et al.* (2017) utilizam uma definição de *fake news* que abrange duas características principais: autenticidade e intenção. A fins de significação, notícias falsas devem incluir informações falsas, que podem ser verificadas como tal, além de serem criadas com a intenção desonesta de enganar quem as consome.

A *fake news* sempre existiu, em uma medida ou outra (COSTA, 2018). O que mudou, de fato, foram as novas condições globais de compartilhamento de informações possibilitadas pela *Internet*, o que revolucionou não só a velocidade, mas também, a maneira de se comunicar. Silva et al. (2022) apontam que mora, aí, a força cada vez maior do “trabalho de (re)produção de narrativas que visam legitimar as práticas de violência contra a população mais pobre, através da produção do medo e do ódio, da incitação contra os supostos inimigos pertencentes às ‘classes perigosas’” (p. 8).

É possível, nessa direção, analisar exemplos desse regime de aniquilação a partir das falas e (neg)ações do governo Bolsonaro diante da pandemia, esmiuçadas no quadro abaixo:

Quadro 1: Falas do presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia

9 de março de 2020 0 mortes <i>Superdimensionado</i>	Diante das primeiras notícias, Bolsonaro disse que “está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas”.
20 de março de 2020 11 mortes <i>Gripezinha</i>	O presidente afirmou que não seria uma “gripezinha” que o derrubaria depois de ter sido esfaqueado em 2018.
27 de março de 2020	Bolsonaro criticou o isolamento como medida de proteção

92 mortes <i>Vamos tocar o barco</i>	e lançou a campanha “O Brasil Não Pode Parar”. Em entrevista, alegou: “infelizmente algumas mortes terão, paciência, acontece, e vamos tocar o barco. As consequências, depois dessas medidas equivocadas, vão ser muito mais danosas do que o próprio vírus”. Afirmou também que as medidas de isolamento eram um “verdadeiro alarmismo”.
29 de março de 2020 136 mortes <i>Todos nós vamos morrer um dia</i>	Bolsonaro disse, após visita ao comércio em Brasília que contrariava recomendações do Ministério da Saúde e da OMS, que era necessário enfrentar o vírus “como homem”. Também afirmou: “o emprego é essencial, essa é a realidade. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós vamos morrer um dia.”
12 de abril de 2020 1.223 mortes <i>Vírus está indo embora</i>	Após o país atingir a marca de mil mortes, e do mundo 100 mil óbitos, Bolsonaro afirmou que “parece que está começando a ir embora essa questão do vírus”.
20 de abril de 2020 2.584 mortes <i>Eu não sou coveiro</i>	O chefe do Executivo se negou a responder pergunta de jornalista sobre quantidade mortos por covid-19 no Brasil: “ô, ô, ô, cara. Quem fala de... Eu não sou coveiro, tá?”, afirmou.
28 de abril de 2020 5.050 mortes <i>E daí?</i>	Presidente sobre o recorde de mortes por covid da época, ultrapassando a China: “E daí, lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre”.
7 de maio de 2020 9.146 mortes <i>“Vou fazer um</i>	Com metrópoles como Rio e São Paulo em quarentena, anunciou uma festa: “Estou cometendo um crime, vou fazer um churrasco no sábado aqui em casa. Vamos bater

<i>churrasco</i> ⁹	um papo aqui, quem sabe fazer uma peladinha com alguns ministros”. Voltou atrás dias depois, afirmando que a notícia era “fake”.
17 de dezembro de 2020 184.827 mortes <i>Jacaré</i>	Bolsonaro reitera sua posição contrária à vacinação obrigatória contra o vírus, mencionando o trecho do contrato da vacina da Pfizer em que a empresa diz não se responsabilizar por possíveis efeitos colaterais: “se você virar um jacaré, problema de você [sic]. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas”.
4 de março de 2021 260.970 mortes <i>Vão ficar chorando até quando?</i>	Ao falar com apoiadores, Bolsonaro disse: “chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?”; “tem idiota que diz 'vai comprar vacina'. Só se for na casa da tua mãe”; “a vida continua”.
18 de março de 2021 287.499 mortes <i>Falta de ar</i>	Apesar de negar os ocorridos, Bolsonaro imitou em duas lives, em 18 de março de 2021 e em 6 de maio do mesmo ano, pacientes com falta de ar ao criticar as medidas do então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.
9 de junho de 2021 479.515 mortes <i>A vacina não tem comprovação científica</i>	“Nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxicloroquina”, diz em culto evangélico ao afirmar que a vacina não tem comprovação científica. Defendeu o tratamento precoce, desaconselhado por especialistas da OMS por não ter eficácia comprovada.
8 de setembro de 2021	Em entrevista à integrantes da direita radical alemã, Bolsonaro afirmou que a COVID-19 apenas encurtou

584.421 mortes <i>Apenas encurtou a vida</i>	“por alguns dias ou algumas semanas” a vida das pessoas que tinham comorbidades.
21 de setembro de 2021 591.440 mortes <i>O discurso na ONU</i>	No discurso de abertura da 76ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), defendeu o uso de tratamento precoce: "Eu mesmo fui um desses que fez tratamento inicial. [...] Não entendemos por que muitos países, juntamente com grande parte da mídia, se colocaram contra o tratamento inicial. A história e a ciência saberão responsabilizar a todos". Se demonstrou, além disso, contrário ao passaporte sanitário e a obrigações relacionadas à vacina.
19 de janeiro de 2022 621.855 mortes <i>Para quê eu vou tomar vacina se já peguei covid?</i>	Ao ser questionado sobre sua decisão de não se imunizar, Bolsonaro afirmou que a melhor vacina contra o vírus é a própria contaminação.
12 de setembro de 2022 684.898 mortes <i>Dei uma alopada</i>	Ao dizer que se arrepende de sua fala sobre não ser coveiro, Bolsonaro afirma: “eu dei uma alopada. Os caras [imprensa] batiam na tecla o tempo todo e queriam me tirar do sério". Fala surgiu vinte dias antes do primeiro turno das eleições de 2022.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de BBC News Brasil (2020), Brasil (2021), Deutsche Welle (2021), Exame (2020), G1 (2021), Gullino (2021), Soares (2021a), Soares (2021b), Cavalcante (2022), Correio Braziliense (2022), G1 (2022), Portal do COVID-19 (2022) e Queiroz (2022).

À vista dessas falas, é de suma importância analisar a postura do governo como uma ferramenta intrínseca aos catastróficos efeitos causados pela pandemia no Brasil. Lopes, Brito e Santos (2022) dedicam-se a reflexão das falas de Bolsonaro durante a pandemia sob o olhar da Análise do Discurso, e observam a ausência de planejamento para o enfrentamento da pandemia já nos primeiros registros de casos e óbitos na China. Os autores apontam que sua primeira declaração a respeito do coronavírus, em 26 de janeiro de 2020, exemplifica isso muito bem: “Estamos preocupados, obviamente, mas não é uma situação alarmante. Não existe nenhum caso confirmado no Brasil. [...] Estamos nos preparando para que, se tivermos (contágio) no Brasil, que seja atenuado” (p. 11). A utilização das palavras “mas”, “não” e “se” em sua declaração reforça um sentido de negação, minimizando o potencial grave que a doença ali apresentava.

Essa escolha de palavras evidencia a negligência e o descaso reservados a gravidade da pandemia, com uma postura evasiva, permeada pela condicionalidade de fatos que, àquela altura, já eram alarmantes. Lopes, Brito e Santos (2022) elencam dimensões de análise do discurso de Bolsonaro, por ordem de recorrência, a saber: informação falsa/desinformação; anticiência; negligência; ironia/cinismo, demagogia e negacionismo; ataque à imprensa e omissão; imprudência; minimização e naturalização da pandemia e egocentrismo; terrorismo psicológico e politização da vacina; contradição; intervenção política; homofobia e imperícia; autoritarismo, negação de responsabilidade

pelas mortes e xenofobia; relativismo, vitimismo, Estado Mínimo, religiosidade, desconsideração/desrespeito e desmediatização.

Ademais, Penteado *et al.* (2022) sinalizam que Bolsonaro enquadra-se como um político que utiliza seu perfil no *Twitter* para difundir um tipo de comunicação populista. Sua vitória em 2018 indica a ascensão de um movimento neopopulista, associado a lideranças de direita com viés autoritário, cujos discursos têm visibilidade nas redes sociais e apelam para noções de uma assimetria “nós *versus* eles”. Os autores refletem sobre o impacto que a presença virtual desse governo exerceu sobre a população, visto que entre os temas mais frequentes no perfil de Bolsonaro estão o incentivo de medidas cientificamente comprovadas ineficazes, críticas as medidas efetivas de combate ao vírus, ataques a imprensa e deslegitimação dos canais de comunicação, e elementos do discurso populista que ameaçam a própria democracia.

Mattos, Borges e Resende (2021) sinalizam os apontamentos que o epidemiologista Pedro Hallal fez quanto as decisões equivocadas do Brasil durante a pandemia: promoção de tratamentos ineficazes; pouca testagem, rastreamento de contatos e isolamento; ausência de liderança do Ministério da Saúde e de um comitê de crise; desestímulo ao uso de máscaras; falta de uma comunicação unificada que estimulasse a população a usar máscara, a se proteger, e evitar aglomerações. A postura anticiência está, de acordo com o epidemiologista, entre os critérios de causalidade dos altos índices de mortes no país.

Nessa direção, Alves (2021) analisa o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, reiterando que o

documento deixa claro que centenas de milhares de vidas poderiam ter sido poupadas se o Estado tivesse assumido uma postura a favor da ciência, e não contra ela. Esses discursos negacionistas potencializaram os aspectos letais da doença, como o autor aponta: “[...] com coeficientes semelhantes à média global, o Brasil teria evitado a contaminação de 15,2 milhões de pessoas e teria salvado 472 mil vidas que foram perdidas pelos erros da política pública de saúde” (ALVES, 2021).

São milhares de vidas ceifadas sob a égide cruel do necropoder, que ri diante da barbárie e se recusa a assumir responsabilidade. A CPI da COVID-19 (BRASIL, 2021) ainda relata a existência de um gabinete paralelo, composto por médicos, políticos e empresários que orientavam paralelamente o Presidente sobre o modo de enfrentar a pandemia. O objetivo desse aconselhamento era atingir a imunidade de rebanho pela contaminação natural, permitindo que o vírus se propagasse livremente. Essa estratégia do gabinete, contrária as orientações do Ministério da Saúde, “levou o Presidente da República a resistir fortemente à implementação de medidas não farmacológicas, tais como o uso de máscara e o distanciamento social, bem como a não promover a celeridade necessária na aquisição de vacinas” (BRASIL, 2021, p. 34).

Oliveira (2022) enfatiza as ações de invisibilização do sofrimento de milhares de famílias diante das perdas da pandemia. A autora reflete sobre o ato realizado por integrantes da Avico Brasil, Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19, em protesto as ações do governo, no dia 20 de outubro de 2022. Integrantes do ato ergueram

placas com os dizeres: “quem matou nossos amores não pode permanecer no poder!”, “quem se omitiu está com as mãos sujas de sangue” e “mais de 400 mil brasileiros poderiam estar vivos. Dia 30, vote por eles”. Paola Falceta, presidenta e fundadora da Avico Brasil, informou em entrevista que perdeu a mãe de 81 anos em abril de 2021, e afirma: “além da dor da perda de nossos amores, enfrentamos a luta diária contra as ‘fake news’ bolsonaristas, que estão aí a mil por hora, cada vez mais violentas, que nos massacram. O governo nega a morte de crianças e adolescentes. É a necropolítica e o negacionismo” (OLIVEIRA, 2022).

Nesse sentido, o esforço na divulgação de campanhas anticientíficas e negacionistas, em conjunto com a recusa no trabalho de políticas públicas eficazes na contenção do vírus e a omissão em um plano de investimento nas vacinas contra o vírus também influenciaram o agravamento dos quadros de disseminação e piora da doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a ser um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Psicologia, intitulado “A Necropolítica e o Luto: a pandemia da COVID-19 como um desastre prolongado”, produzido pelas autoras. Nele buscou-se compreender as vivências de luto e os recursos de enfrentamento de pessoas cujos entes queridos pereceram diante da COVID-19. Contudo, não é possível abordar a morte na pandemia sem lançar mão de uma análise criteriosa

do contexto brasileiro e a responsabilidade do governo federal pela calamidade pública instaurada no país.

A defesa de se entender a pandemia da COVID-19 como um desastre prolongado, em virtude de suas semelhanças fundamentais com situações de desastre, permitiu a existência de um escopo de estudo abrangente. Ver a pandemia como um desastre implica levar à ribalta todos os seus impactos políticos, sociais, culturais e econômicos. No Brasil, em particular, significa afirmar que o desastre poderia ter dimensões menores e consequências não tão ferozes quanto se observa, após mais de dois anos de seu surgimento, caso um sistemático plano de ação necroliberal não estivesse em vigor. Plano esse, como evidenciado, erigido sob pilares de disseminação de *fake news*.

Em março de 2020, Jair Bolsonaro minimizou o resultado da pesquisa realizada por Dowd e colaboradores (2020), pesquisadores da Universidade de Oxford, que projetaram 478 mil mortes no Brasil. Ele disse: “no mundo todo tem umas 20 e poucas mil pessoas. Então, porque 400 mil no Brasil? Não, eu não acredito. Isso é chute, deve ter algum interesse econômico em jogo para desestimular qualquer pessoa de investir no Brasil.” (EXAME, 2020). Até a data de finalização deste texto, são 702.907 óbitos acumulados no país, segundo o Portal da COVID-19 (2022).

Dias e colaboradores (2020) analisaram no estudo um alerta de que o pouco caso de Bolsonaro diante dos perigos do coronavírus poderiam ser catastróficos para o país. Se a previsão já era alarmante em 2020, a realidade hoje é muito mais nefasta.

Da mesma maneira, a CPI da COVID-19 (BRASIL, 2021) elenca todas as calamidades do governo durante a pandemia: a formação de um gabinete paralelo cujo objetivo era permitir a disseminação livre do vírus; o estímulo ao tratamento precoce e medicamentos ineficazes; a oposição às medidas não farmacológicas; a falsa alegação de super notificação por COVID-19; a recusa e o atraso na aquisição das vacinas; a propagação de desinformação por meio da administração pública federal. Entre os indiciamentos listados, é possível mencionar: geração de risco proibido com mortes evitáveis; configuração de dolo; homicídio; crime de perigo para a vida ou saúde de outrem; crime de epidemia; omissão de notificação de doença; charlatanismo; incitação ao crime; emprego irregular de verbas ou rendas públicas; prevaricação; organização criminosa; crime de responsabilidade; crimes contra a humanidade.

É possível mencionar, ainda segundo a CPI (BRASIL, 2021, p. 1101), a crise em Manaus, cujos hospitais ficaram com as UTIs sobrecarregadas e desabastecidas de oxigênio medicinal – “o que resultou na morte de inúmeras pessoas por asfixia”. As autoridades federais poderiam ter agido para evitar a tragédia, mas optaram por orientar a disseminação de protocolo de medicamentos para o tratamento precoce.

Enquanto mais de 700 mil pessoas morriam asfixiadas, o então Presidente da República menosprezava os riscos da doença. Enquanto elas morriam sem ar, Bolsonaro as imitava e ria. O escárnio da figura de representação máxima da soberania brasileira custou a vida de

incontáveis pessoas, manchando as páginas da História com o sangue daqueles que deveriam ser protegidos e amparados pelo Estado.

Bem como Mbembe (2018) preconizou, a vida é descartável sob o olhar do necropoder. Essas figuras de autoridade escolhem quem deve viver e quem deve morrer indiscriminadamente, e o governo da morte prospera a despeito daqueles que destrói.

Ventura e Reis (2021, p. 7) ressaltam, nesse sentido, “a urgência de discutir com profundidade a configuração de crimes contra a saúde pública, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade durante a pandemia de Covid-19 no Brasil”.

Em junho de 2021, Maria Clara Gama se posicionou a espera de Bolsonaro no Aeroporto de Vitória com um pedaço de papelão escrito “Bem-vindo. 500.000.”, com cruzeiros abaixo da saudação, em referência ao número de mortos à época. Enquanto aguardava, imóvel, era hostilizada por apoiadores bolsonaristas que vociferavam palavras como “piranha”, “cachorra” e “vagabunda”. O cartaz foi arrancado e rasgado de sua mão. Expressando uma sensação de impotência, ela diz:

Sinto que morri também, não estou mais viva. Meu corpo está vivo, mas minha alma morreu junto com as pessoas. Todo mundo fala que um dia isso vai acabar, que vamos voltar à vida normal. Mas a gente nunca vai deixar de ser alguém que viu essa barbárie, essa indiferença com a vida. Nunca vamos voltar ao estado de antes. Vamos viver o resto das nossas vidas, marcados por isso. (MATHIAS, 2021)

Teixeira (2022) reflete que não é possível deixar de pensar nas políticas de morte ao discutir a complexidade de vivenciar a pandemia da COVID-19. Ela ressalta que “a disseminação das fake news e o

fortalecimento do fenômeno da pós-verdade também teve apoio de integrantes do próprio governo. A necropolítica pode ser percebida nas ações e, principalmente, na falta de planejamento para controlar a disseminação do vírus” (p. 124). A banalização do vírus foi elemento fundamental para que uma parcela da população não percebesse (ou se negasse a perceber) sua gravidade, o que pode ter lhes custado a vida.

Por cada pessoa que morreu e cada ausência que deixaram em quem continua vivo, os agentes da morte do governo Bolsonaro precisam ser responsabilizados pelos crimes que cometeram.

No que seria difícil não lembrar dessas palavras do evangelho: “Se o sal não salga, de que serve então?”. Deve servir só para nos fazer esquecer do gesto violento de recusa que deveria estar lá quando tentam nos empurrar nossa própria carne servida a frio.” (SAFATLE 2020a, p. 233)

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz. Diário da Covid-19: Milhares de vidas poderiam ter sido salvas, aponta a CPI. *Projeto Colabora*, 2021. Disponível em: <<https://projctocolabora.com.br/ods3/milhares-de-vidas-poderiam-ter-sido-salvas-aponta-a-cpi/>>. Acesso em 11 de set. de 2022.
- ARRUDA, Robson Lima de. O negacionismo como artefato da pós-verdade: Bolsonaro, a pandemia e a educação. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 5, n. 15, p. 81-93, 2021.
- BOLSONARO imitou paciente com falta de ar durante transmissões ao vivo na internet em 2021. *G1*, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/22/bolsonaro-imitou-paciente-com-falta-de-ar-durante-transmissoes-ao-vivo-na-internet-em-2021.ghml>>. Acesso em 4 de out. de 2022.

- BOLSONARO sobre covid-19: melhor vacina que pode ter é a própria contaminação. *Correio Braziliense*, 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4978901-bolsonaro-melhor-vacina-que-pode-ter-e-a-propria-contaminacao.html>>. Acesso em 4 de out. de 2022.
- BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia - Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021. *CPIPANDEMIA*, Relatório Final atualizado em 26 de out. de 2021. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>>. Acesso em 4 de out. de 2022.
- CAVALCANTE, Isabella. 'Dei uma alopada', diz Bolsonaro sobre falas da pandemia. *UOL*, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/12/bolsonaro-pool-podcasts.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 13 de set. de 2022.
- COSTA, Caio Túlio. Verdades e mentiras no ecossistema digital. *Revista USP*, n. 116, p. 7-18, 2018.
- DIAS, Tatiana; DEMORI, Leandro; LARA, Bruna de; SANTI, Alexandre de. Coronavírus: pouco caso de Bolsonaro pode custar 478 mil vidas ao Brasil. *The Intercept Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/16/coronavirus-estudo-mortos-bolsonaro/>>. Acesso em 5 de out. de 2022.
- DOWD, Jennifer Beam et al. Demographic science aids in understanding the spread and fatality rates of COVID-19. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 18, p. 9696-9698, 2020.
- ECONOMIA não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro. *CNN Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-causa-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>>. Acesso em 4 de out. de 2022.

GULLINO, Daniel. 'Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?', diz Bolsonaro sobre pandemia. *O Globo*, 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/chega-de-frescura-de-mimimi-vao-ficar-chorando-ate-quando-diz-bolsonaro-sobre-pandemia-1-24909333>>. Acesso em 6 de out. de 2022.

IGNACIO, Julia. Necropolítica: explicamos o conceito de Achille Mbembe! *Politize*, 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/>> Acesso em: 20 de mai. de 2022.

INFELIZMENTE algumas mortes terão. Paciência, diz Bolsonaro sobre covid-19. *Exame*, 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/infelizmente-algumas-mortes-terao-paciencia-diz-bolsonaro-sobre-covid-19/>>. Acesso em 4 de out. de 2022.

LOPES, Fernando Cruz; BRITO, Tania Regina de; SANTOS, Beatriz Andreotti. Discursos de Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 e sua relação com a desinformação: um olhar pela análise de discurso. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 18, n. 2, p. 1-22, 2022.

MATHIAS, Lucas. 'Sabia do risco de levar até porrada', diz jovem ofendida por bolsonaristas no Espírito Santo. *O Globo*, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/sabia-do-risco-de-levar-ate-porrada-diz-jovemofendida-por-bolsonaristas-no-es-25057313>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

MATTOS, Marcela; BORGES, Beatriz; RESENDE, Sara. Epidemiologista diz à CPI da Covid que cerca de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas. *G1*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/06/24/epidemiologista-diz-a-cpi-da-covid-que-cerca-de-400-mil-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas.ghhtml>>. Acesso em 10 de out. de 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Cida de. Bolsonaro tenta esconder os mais de 687 mil mortos pela covid-19. *CUT - Central Única dos Trabalhadores*, 2022. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/vote-por-eles-bolsonaro-quer-esconder-os-mais-de-687-mil-mortos-pela-covid-aa0d>>. Acesso em 22 de out. de 2022.

ONU: Bolsonaro defende tratamento sem eficácia contra Covid-19; veja frases do discurso e o que se sabe. *G1*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/09/21/onu-bolsonaro-defende-tratamento-sem-eficacia-contr-a-covid-19-veja-frases-do-discurso-e-o-que-se-sabe.gh.html>>. Acesso em 4 de out. de 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia*. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>>. Acesso em: 19 de abr. de 2022.

PAINEL de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. *Portal do COVID-19*, 2022. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em 05 de jun. de 2023.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo et al. Populismo, desinformação e Covid-19: comunicação de Jair Bolsonaro no Twitter. *Media & Jornalismo*, v. 22, n. 40, p. 239-260, 2022.

QUEIROZ, Vitória. 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. *Poder 360*, 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>>. Acesso em 15 de out. de 2022.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia*, p. 31-47, 2019.

RELEMBRE frases de Bolsonaro sobre a covid-19. *BBC News Brasil*, 2020.
Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>>.
Acesso em 1 de out. de 2022.

ROSÁRIO, Luana. A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto ultra-neoliberal. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, São Luís, v. 6, n. 2, p. 28-49, 2020.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao Estado suicidário. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (org.). *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Bauru: Canal 6, 2020a, p. 227-233.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. *Para além da necropolítica: considerações sobre a gênese e os efeitos do Estado suicidário*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2020b. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/para-alem-da-necropolitica/>. Acesso em: 28 de mai. de 2023.

SANTAELLA, Lucia. *De onde vem o poder da mentira?* São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2021.

SHU, Kai; SILVA, Amy; WANG, Suhang; TANG, Jiliang; LIU, Huan. Fake news detection on social media: a data mining perspective. *Arxiv*, 2017. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1708.01967>>. Acesso em 28 de mai. de 2023.

SILVA, Maria da Conceição Gomes da et al. Necropolítica e vidas não passíveis de luto: a (re) produção midiática do inimigo. *Psicologia em Estudo*, v. 27, 2022.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro: "Tem idiota que diz 'vai comprar vacina'. Só se for na casa da tua mãe". *Correio Braziliense*, 2021a. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4910153-bolsonaro-tem-idiota-que-diz-vai-comprar-vacina--so-se-for-na-casa-da-tua-mae.html>>. Acesso em 5 de out. de 2022.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro compara hidroxiclороquina à vacina: "Experimental". *Correio Braziliense*, 2021b. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4930111-bolsonaro-compara-hidroxiclороquina-a-vacina-experimental.html>>. Acesso em 5 de out. de 2022.

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. *Na pandemia, nem tudo que reluz é ouro: discutindo fake news e o fenômeno da pós-verdade em tempos de necropolítica no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, p. 138. 2022.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; REIS, Rosana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. *Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*, n. 10, p. 6-31, 2021.

VIANA, Shirlen do Nascimento. *BLITZKRIEG BOLSONARISTA: uma análise foucaultiana da ascensão da necropolítica no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, p. 194. 2022.

VIRILIO, Paul. El Estado suicida. In:_____. *La inseguridad del territorio*. Buenos Aires: La Marca, 1993, p. 17-82.

VÍRUS Verbal: frases de Bolsonaro sobre a pandemia. *Deutsche Welle*, 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/virus-verbal-frases-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/g-54080275>>. Acesso em 14 de out. de 2022.

CAPÍTULO 2

FAKE NEWS: ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS

Laura Camilo da Silva

Michelle Cristina Vitor Marçal

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a disseminação de informação ocorre de maneira acelerada e, frequentemente, sem os filtros tradicionais que outrora asseguravam a veracidade dos conteúdos transmitidos. Este cenário propicia a circulação ampla de "notícias falsas", também conhecidas internacionalmente como "fake news". Estas notícias, muitas vezes vestidas com uma roupagem de credibilidade, possuem o potencial de influenciar opiniões, comportamentos e, em uma escala mais ampla, os contextos sociopolíticos em diversas nações. Esta introdução objetiva apresentar uma definição concisa de "notícias falsas", por meio de uma breve contextualização do ambiente digital, onde a propagação da informação se tornou uma ferramenta útil e inovou nos meios de comunicação, entretanto, simultaneamente tornou-se veículo de desinformação.

"Notícias falsas" ou "fake news", como são conhecidas em inglês, referem-se às informações desprovidas de embasamento factual e que são disseminadas, muitas vezes, com a intenção deliberada de enganar, causar impacto ou obter vantagem, seja ela política, econômica ou social. O conceito de notícias falsas não é novo: desde tempos antigos, boatos e desinformações foram usados como táticas em diferentes contextos,

desde intrigas palacianas até estratégias de guerra. No entanto, o termo ganhou proeminência e notoriedade no século XXI, especialmente em função da velocidade e do alcance que as plataformas digitais conferem a tais informações.

A era digital, marcada pelo surgimento e popularização da internet, revolucionou a forma como a informação é consumida e compartilhada. A proliferação de dispositivos móveis, juntamente com as redes sociais, conferiu ao cidadão comum o poder de criar, distribuir e consumir informação em tempo real. Tal democratização, em muitos aspectos, é celebrada por fomentar uma maior participação e acesso à informação. No entanto, trouxe consigo desafios inéditos. A verificação de fatos, o jornalismo ético e o senso crítico tornam-se imperativos em um mar de conteúdo incessante. E, neste oceano digital, as "notícias falsas" encontraram um terreno fértil para florescer, dada a facilidade de propagação e o apelo muitas vezes sensacionalista que captura a atenção do público.

A compreensão destes fenômenos e de seus impactos em contextos sociopolíticos é crucial, pois determina a qualidade do debate público, influencia decisões políticas e pode até mesmo afetar os rumos da história de nações. Este artigo buscará elucidar os mecanismos, motivações e consequências das "notícias falsas" no contexto da sociedade contemporânea.

A ASCENSÃO DAS "FAKE NEWS" E SUA INFLUÊNCIA NAS DINÂMICAS POLÍTICAS GLOBAIS

À medida que a era digital avançou, as notícias falsas ou "fake news" não só proliferaram, mas também ocuparam um lugar proeminente na política global, redefinindo os termos da comunicação política e jornalística. O marco crucial desse fenômeno foi as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016. A vitória surpresa de Donald Trump foi, em parte, atribuída à disseminação estratégica de informações falsas, culminando em um escândalo envolvendo a empresa de análise de dados Cambridge Analytica (BECKER; GOES; 2020, p. 35).

Diante da repercussão, Sara Suárez Gonzalo (2018) lançou luz sobre essa controvérsia, revelando como a Cambridge Analytica se apropriou indevidamente de dados de 87 milhões de usuários do *Facebook*. Estas informações foram supostamente usadas para desenvolver uma "estratégia de micro-alvo baseada em técnicas militares de ataque psicológico" visando influenciar o resultado das eleições" (BECKER; GOES; 2020, p. 35).

Mas a terminologia "fake news" também foi habilmente cooptada e reproposta por políticos, tornando-se uma arma para deslegitimar a mídia crítica. Donald Trump, Rodrigo Duterte, das Filipinas, e Jair Bolsonaro, do Brasil, entre outros, rotularam reportagens e críticas adversas como "fake news". Esta apropriação do termo por líderes políticos levou acadêmicos e instituições renomadas, como a UNESCO e a Comissão Europeia, a argumentar que o termo

era inadequado, preferindo o conceito mais abrangente de "desinformação".

No cerne desta revolução da informação estão as ferramentas tecnológicas emergentes. O *WhatsApp*, por exemplo, emergiu como uma potente ferramenta de disseminação de informações, como evidenciado nas eleições presidenciais brasileiras. Algoritmos e mecanismos de inteligência artificial, responsáveis por selecionar e sugerir conteúdo aos usuários, agravam a situação ao criar "filtros-bolha" e "câmaras de eco" (BECKER; GOES; 2020, p. 35), onde as visões se tornam mais polarizadas e a diversidade de opiniões é filtrada.

Essa revolução digital também desafiou a própria natureza do jornalismo. Enquanto a verificação de fatos era considerada uma tarefa intrínseca ao jornalismo, agora, o ecossistema digital descentralizado permite a qualquer pessoa publicar e disseminar informações, levando a um dilúvio de desinformação. Esta situação, por sua vez, incentivou organizações de mídia tradicionais a criar seus próprios departamentos de *fact-checking* (BECKER; GOES; 2020, p. 35).

A mudança dramática na paisagem da comunicação levou a uma reconfiguração do equilíbrio de poder entre produtores de notícias e seu público. A crescente desconfiança em organizações de mídia tradicionais, combinada com o poder dos algoritmos e o surgimento de câmaras de eco, levantou questões sobre a objetividade e o papel do jornalismo na sociedade contemporânea. Diante deste cenário, torna-se imperativo desenvolver uma compreensão mais clara das "fake news" e de seu impacto no debate público.

IMPACTO NA POLÍTICA: A DESINFORMAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A política contemporânea se vê frequentemente confrontada com desafios gerados pela desinformação. A proliferação de informações falsas ou distorcidas afeta significativamente as políticas públicas em áreas críticas, como saúde e meio ambiente.

Desinformação na Saúde Pública: Pandemias e Vacinação

A disseminação de informações incorretas ou enganosas sobre saúde tem graves consequências. No contexto de uma pandemia, por exemplo, informações falsas podem resultar em comportamentos arriscados, o que pode agravar a propagação de uma doença. Da mesma forma, as campanhas de desinformação sobre vacinas têm o potencial de reduzir as taxas de vacinação, expondo comunidades inteiras a doenças evitáveis.

Fake News e a Política Ambiental: O Negacionismo Climático

Em paralelo, o negacionismo climático, alimentado por informações falsas e distorcidas, tem graves consequências socioambientais. Políticas que ignoram a realidade científica das mudanças climáticas podem resultar em ações inadequadas, ampliando os riscos ambientais e sociais associados.

Boatos versus Fake News: Uma Distinção Crítica

Historicamente, os boatos funcionavam majoritariamente na modalidade oral, carregando consigo um grau de anonimato. Seu mecanismo discursivo, marcado pela indeterminação do sujeito linguístico ("dizem que..."), permitia a criação de rumores sem responsabilidade direta. Contudo, o advento das redes sociais transformou a natureza e o alcance das informações falsas. A *fake news*, diferentemente dos boatos, frequentemente, se assemelham a relatos jornalísticos e se propagam rapidamente *online*, ampliadas pelo poder das redes e, em alguns casos, por boatos (INDURSKY, 2020, p. 18-20)

A Responsabilidade da Leitura e do Compartilhamento

É vital abordar o papel dos consumidores de notícias nesse contexto. Muitos leitores, imersos em uma "memória fluida", não questionam a autenticidade do que leem e compartilham, seja por identificação ou discordância. Portanto, ao compartilhar *fake news*, esses indivíduos assumem, inadvertidamente, um papel similar ao do autor original, reforçando sua veracidade aparente.

Fake News e Eleições: O Caso Brasileiro de 2018

A eleição presidencial brasileira de 2018 exemplifica como a desinformação pode ser instrumentalizada em discursos políticos. Durante a campanha, o projeto "Escola sem Homofobia" foi distorcido, resultando em acusações infundadas sobre um suposto "kit gay". Este caso evidencia a facilidade com que informações distorcidas podem ser aproveitadas para fins políticos.

A *fake news* opera, em sua essência, por meio da manipulação da opacidade da linguagem e do potencial de deslizamento semântico que esta possui. Esta opacidade e mobilidade dos significados permitem que se estabeleçam conexões ilusórias ou distorcidas entre conceitos e palavras, construindo um cenário de verossimilhança.

EFEITOS DA NOTÍCIA FALSA

Quando o leitor se depara com uma notícia, há dois efeitos principais que a informação pode evocar:

Identificação: O sujeito-leitor da mensagem (seja leitor, ouvinte ou espectador) pode sentir-se identificado com o conteúdo apresentado. Esta identificação não necessariamente significa concordância, mas sim um reconhecimento de que o conteúdo dialoga com suas crenças ou conhecimentos prévios. A *fake news*, conscientemente, busca provocar essa identificação, ancorando-se em pré-concepções, medos ou desejos do público-alvo (INDURSKY, 2020, p. 18-20).

Desidentificação: Contrapondo-se à identificação, a desidentificação ocorre quando o sujeito-leitor não se vê ou não concorda com a mensagem recebida. É nesse espaço de rejeição ou estranhamento que a torção discursiva das *fake news* pode operar com maior força, já que a notícia falsa, frequentemente, busca atingir e influenciar aqueles que estão indecisos ou são contrários a um determinado ponto de vista (INDURSKY, 2020, p. 18-20).

Efeitos da Resonância e Dissonância:

O *punctum*, como referido no texto, é um elemento discursivo ou imagético que serve como gatilho para a memória ou percepção do sujeito-leitor. Ele pode evocar:

Ressonância: É o efeito de reconhecimento ou familiaridade. Uma palavra, imagem ou ideia que ressoa com o sujeito-leitor traz consigo uma sensação de veracidade ou relevância.

Dissonância: Contrapõe-se à ressonância. É o sentimento de estranhamento ou desconexão que um elemento discursivo pode provocar.

A manipulação desses dois efeitos é essencial para a eficácia da *fake news*. Se uma notícia falsa é muito dissonante e não ressoa com o público-alvo, ela pode ser prontamente descartada. No entanto, ao equilibrar a ressonância (tocando em crenças ou preocupações já existentes) com uma leve dissonância (apresentando informações novas ou ligeiramente alteradas), a notícia falsa pode ganhar tração e ser disseminada (INDURSKY, 2020, p. 18-20).

Assim, em tempos de informações digitais abundantes, o discernimento tornou-se uma habilidade crucial. A *fake news* prospera na ambiguidade linguística e na capacidade humana de conectar pontos de informação de maneira rápida, mas nem sempre precisa. Portanto, para combater essa tendência, é essencial cultivar uma postura crítica e questionadora, bem como promover a educação midiática.

SABER LER OU SABER INTERPRETAR: É O BASTANTE?

A capacidade de ler um texto e reproduzir seus significados mais óbvios é apenas a superfície de uma habilidade muito mais profunda e crítica que a leitura deve representar. Assim, quando refletimos sobre as capacidades esperadas de um professor, vemos a importância de ir além da simples leitura e alcançar um entendimento crítico e reflexivo.

O Professor como Leitor Crítico

Um professor não deve apenas reproduzir o que lê, mas sim questionar, interpretar e relacionar o texto a outras fontes e perspectivas. Ser crítico é fundamental para sua formação, pois, se ele se limita a aceitar e repassar as informações sem reflexão, os alunos seguirão o mesmo padrão, levando a uma educação rasa e pouco questionadora (INDURSKY, 2020, p. 18-20). Focar apenas em perguntas do tipo "o que o autor quis dizer?" é limitante. Estas questões podem confinar os alunos em uma bolha, onde eles apenas buscam respostas dentro do texto, ignorando o vasto mundo de conhecimento e perspectivas externas. É preciso quebrar essa abordagem cíclica e instigar o pensamento crítico.

A Necessidade de Diversidade Teórica

Para superar a leitura superficial, é crucial familiarizar os estudantes com diversas teorias e perspectivas sobre a leitura, interpretação e escrita. Diferentes olhares teóricos oferecem novas ferramentas e lentes para explorar e compreender textos.

Compreensão vs. Interpretação

Entender o texto é o ponto de partida. Mas a interpretação vai além: é sobre relacionar o texto a outras fontes, questionar suas premissas e conectar-se com ele de uma forma pessoal. Interpretação envolve reconhecer as nuances da linguagem e explorá-las, bem como posicionar-se como leitor (INDURSKY, 2020, p. 18-20).

O Papel do Professor

O professor tem a responsabilidade de criar atividades que vão além da leitura parafrástica. Ele deve instigar os alunos a questionar, duvidar e resistir à mensagem do texto quando necessário. Isso não significa rejeitar o texto, mas sim explorá-lo a partir de diferentes perspectivas e contextos.

A Evolução do Leitor

O processo de transformar-se de um simples reprodutor de informações para um leitor crítico e reflexivo é gradual. É uma jornada que exige prática, dedicação e o apoio de educadores capacitados. Ler é uma habilidade que se desenvolve por meio da prática, mas o professor tem um papel fundamental em guiar e moldar essa prática.

Portanto, ao se confrontar com o dilema "Saber ler ou saber interpretar: é o bastante?", adentra-se nas profundezas da formação educacional e literária e seu impacto na construção de cidadãos críticos e reflexivos. Ler, no sentido básico, é a capacidade de decodificar e

compreender palavras em uma página. Por outro lado, interpretar vai além, exigindo uma compreensão mais profunda, uma capacidade de conectar-se com o conteúdo, questioná-lo, relacioná-lo com outras fontes e situá-lo em contextos mais amplos.

O texto base deixa claro que o professor tem uma responsabilidade essencial nesta equação. Não é suficiente que esse educador seja apenas um leitor passivo; é imperativo que seja também um leitor crítico, capaz de refletir sobre o que lê e, por sua vez, ensinar seus alunos a fazer o mesmo.

Mas, retornando à questão inicial: é o bastante apenas saber ler ou interpretar? A resposta, como o texto sugere, é não. A leitura em si é uma habilidade essencial, mas se permanecer em um nível superficial, o leitor permanece na periferia do verdadeiro potencial que a literatura e os textos têm a oferecer. Interpretar é um passo adiante, um mergulho no texto, um questionamento, uma reflexão. Mas mesmo a interpretação não é o fim da jornada. Ela deve ser combinada com uma postura crítica, uma vontade de ir além do que está escrito, de conectar, contrastar e, em última instância, construir significado (INDURSKY, 2020, p. 18-20).

Assim, para que se quebre o ciclo de leitores que se limitam a reproduzir os sentidos apresentados pelos textos, é fundamental uma formação sólida que incorpore diferentes concepções teóricas de texto, leitura e escrita. Além disso, é essencial reconhecer que a jornada de se tornar um "sujeito-leitor" é progressiva, exigindo prática, reflexão e, acima de tudo, a orientação de educadores bem formados.

Em resumo, enquanto saber ler é fundamental, e saber interpretar é uma evolução natural dessa habilidade, o que se busca verdadeiramente na educação é a formação de leitores críticos e reflexivos. Leitores que não apenas absorvem informação, mas também interagem, questionam e constroem conhecimento a partir dela.

FAKE NEWS E BOATOS: UMA JORNADA ATRAVÉS DO TEMPO

A história da desinformação não é um fenômeno recente. Desde tempos antigos, a humanidade tem sido assolada por boatos e meias-verdades que moldam opiniões, comportamentos e até mesmo o curso de eventos históricos. Se olharmos para trás, encontraremos muitos exemplos de boatos que se espalharam em comunidades, influenciando decisões e formando percepções. Contudo, no contexto contemporâneo, as "fake news" ganharam uma proeminência e escala sem precedentes, graças à evolução tecnológica e à globalização da informação (INDURSKY, 2020, p. 18-20).

A comparação entre *fake news* e boatos é justificada na essência de ambos: a difusão de informações não verificadas ou falsas. Porém, a distinção crítica entre os dois reside na velocidade e no alcance de sua disseminação. No passado, um boato poderia levar dias, semanas ou até mesmo meses para se espalhar por uma cidade ou região. Hoje, uma notícia falsa pode alcançar milhões de pessoas em questão de minutos, cruzando fronteiras nacionais e linguísticas com uma facilidade impressionante.

As tecnologias de inteligência artificial, como algoritmos, *big data* e *bots*, desempenham um papel crucial neste cenário. Os algoritmos, por exemplo, são projetados para mostrar aos usuários o tipo de conteúdo que eles são mais propensos a interagir, criando assim câmaras de eco onde as pessoas são frequentemente expostas a informações que reforçam suas crenças e preconceitos existentes. *Bots*, por outro lado, podem disseminar rapidamente informações (verdadeiras ou falsas) através de plataformas de mídia social, fazendo com que pareçam mais populares ou aceitas do que realmente são.

No entanto, a tecnologia é apenas uma parte do quebra-cabeça. O componente humano, que inclui as emoções e crenças das pessoas, é igualmente significativo (INDURSKY, 2020, p. 18-20). Muitas vezes, a *fake news* é habilmente construída para explorar sentimentos como medo, raiva ou afiliação a um grupo específico. Como resultado, as pessoas são mais propensas a aceitar e compartilhar essas notícias sem questionar sua veracidade.

A proliferação de *fake news* coloca em risco o campo jornalístico. Quando a linha entre a verdade e a falsidade se torna turva, a confiança na mídia e no jornalismo profissional é corroída. Em uma era onde a informação é poder, a capacidade de discernir entre informações genuínas e manipuladas é crucial.

Em conclusão, enquanto a desinformação em si não é nova, a escala e o impacto da *fake news* na sociedade moderna são. Para combater esse fenômeno, é vital não apenas avançar em tecnologias de

detecção e verificação, mas também educar as massas sobre a importância do pensamento crítico e do jornalismo ético e responsável.

O fenômeno da *fake news*, conforme a professora Freda Indursky (2011), é uma evolução contemporânea de uma prática que existe desde a antiguidade, onde a manipulação da verdade ou a disseminação de falsidades era usada como uma ferramenta de poder. Ao se referir a textos antigos, como as reflexões de Platão e Maquiavel, podemos entender que a propagação de informações enganosas ou manipuladas não é algo novo. O que mudou em nossa era é a forma como essa desinformação é disseminada e sua nomenclatura. Enquanto antes tínhamos o "mentir verdadeiro", agora temos a "fake news".

Ao trazer o boato para essa discussão, o texto nos mostra que, antes da *fake news*, já existia uma forma popular e anterior de desinformação. O boato, por natureza, funciona no reino do anonimato, transmitido de pessoa para pessoa, com a marca de "dizem que" ou "ouvi dizer". É uma narrativa frequentemente sem fonte clara, onde o responsável pela disseminação pode se esconder atrás da indeterminação, nunca sendo a fonte original, mas apenas um eco. Esse boato cria um burburinho social, um ruído, por assim dizer.

Em contraste, a *fake news* de hoje são impulsionadas por novos mecanismos de circulação. Com a revolução digital e a ascensão das redes sociais, a disseminação de desinformação alcançou velocidades e escalas sem precedentes. Não é mais uma transmissão de "boca a boca", mas um compartilhamento em massa através de plataformas eletrônicas.

Esta rápida circulação e multiplicação, potencializada por algoritmos e, em alguns casos, *bots*, distingue a *fake news* dos boatos tradicionais.

Outro ponto crítico é a forma como a *fake news* é apresentada. Enquanto o boato é fluido e anônimo, a *fake news* frequentemente assume a forma de uma matéria jornalística, imitando sua estrutura e linguagem. A falta de responsabilidade ou de fonte clara é uma característica distintiva das notícias falsas, que muitas vezes são indistinguíveis das notícias reais à primeira vista. Essa capacidade de se disfarçar, de parecer legítima, dá às *fake news* seu poder: a capacidade de criar um "efeito de verossimilhança". E é aqui que o perigo reside. Ao se vestirem como notícias autênticas, elas têm o poder de influenciar opiniões, moldar percepções e, em alguns casos, determinar o curso de eventos significativos, como eleições.

Em essência, enquanto os boatos têm sido uma parte constante da tapeçaria social, produzindo pequenos ruídos e murmurinhos, as notícias falsas impulsionadas pela tecnologia e pela ideologia, criam um clamor ensurdecedor, com consequências potencialmente transformadoras.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS *FAKE NEWS* E A ÓTICA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A prática de disseminar informações falsas ou distorcidas não é um fenômeno recente. Embora o alcance e a velocidade de disseminação das *fake news* tenham se ampliado exponencialmente na era digital, suas raízes históricas remontam à Grécia Antiga, com questionamentos de

seus mitos, e atravessam a Idade Média, quando boatos infundados justificavam a perseguição a grupos religiosos.

Um exemplo histórico notório é o "Caso Dreyfus", que ocorreu no final do século XIX na França. Nesse episódio, Alfred Dreyfus, um oficial judeu da artilharia francesa, foi injustamente condenado com base em uma carta fraudulenta. A condenação foi influenciada por sentimentos antissemitas prevalecentes na época e por manobras políticas que buscavam desestabilizar o regime monárquico. Este caso revela como a *fake news* pode ser usada como instrumento de discriminação e manipulação política (ALMEIDA, 2016, p. 126).

No século XX, o regime nazista se destacou no uso de propaganda para promover notícias falsas e discursos de ódio, fazendo com que informações verdadeiras fossem questionadas e substituídas por narrativas falsas, mas verossímeis. A realidade foi tão distorcida que muitos aceitaram a falsidade como verdade, legitimando atrocidades (ALMEIDA, 2016, p. 126).

Na era contemporânea, a *fake news* assumiu uma nova dimensão com o advento das mídias sociais. O ambiente digital facilitou a propagação de informações falsas em uma escala global. A ressurgência da negação do Holocausto, por exemplo, ganhou terreno nas plataformas online, desafiando a verdade histórica e perpetuando o antissemitismo.

O ambiente digital apresenta desafios únicos. A sensação de anonimato na internet e a vasta disseminação de informações tornam o combate às *fake news* uma tarefa hercúlea. No Brasil, o Marco Civil da

Internet (Lei nº 12.965/14) aborda a responsabilidade sobre conteúdos gerados por terceiros, mas não se refere especificamente às *fake news*. No entanto, diversas propostas legislativas buscam tratar do tema, com 20 Projetos de Lei em tramitação desde 2018. Essas propostas, entretanto, são alvo de debates quanto à sua eficácia e possíveis implicações para a liberdade de expressão.

Os direitos constitucionais, como a liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana, são frequentemente citados no debate sobre *fake news*. Esses princípios podem entrar em conflito, e é essencial uma abordagem equilibrada que respeite os direitos fundamentais sem permitir a disseminação irresponsável de desinformação.

Em resumo, a *fake news* é um desafio complexo, que atravessa milênios de história e exige soluções cuidadosamente calibradas no cenário jurídico. A busca por respostas adequadas continua, na tentativa de conciliar a liberdade de expressão com a proteção contra a desinformação.

FAKE NEWS E MINORIAS: O RETRATO DOS POBRES PELA MÍDIA - DESINFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA

Em meio à crescente onda de desinformação que tem permeado o cenário digital e midiático global, um dos grupos mais afetados é composto pelas minorias socioeconômicas. A representação distorcida dessas comunidades tem implicações profundas, que vão além da simples disseminação de informação errônea.

A mídia, ao longo dos anos, tem tido um papel significativo na formação da opinião pública. Quando informações imprecisas ou

deliberadamente falsas são veiculadas, elas contribuem para a construção de uma imagem estigmatizada e, muitas vezes, demonizada de comunidades carentes. Este retrato, que frequentemente associa a pobreza a práticas ilícitas ou a comportamentos socialmente indesejados, amplifica preconceitos e consolida estereótipos negativos.

A consequência direta dessa desinformação, especialmente quando repetida incessantemente, é o acirramento da violência simbólica e, em muitos casos, da violência física contra os membros dessas comunidades. Em contextos urbanos, por exemplo, a *fake news* pode associar favelas e comunidades de baixa renda ao tráfico de drogas e a outras atividades criminosas, justificando, aos olhos de muitos, abordagens policiais violentas e até mesmo ações extrajudiciais.

Além disso, essa representação equivocada na mídia também influencia as políticas públicas. Decisões políticas e legislativas podem ser embasadas em percepções distorcidas, o que leva à criação de políticas inadequadas ou mesmo prejudiciais para essas comunidades. Ao invés de soluções que atendam às reais necessidades dos pobres, medidas punitivas ou assistencialistas podem ser adotadas, perpetuando ciclos de desigualdade.

É essencial entender que a *fake news* não é apenas um problema de informação imprecisa. Elas carregam consigo implicações sérias, que afetam a vida, a dignidade e os direitos de indivíduos e comunidades. As minorias, particularmente as socioeconômicas, já enfrentam uma série de desafios. Quando são alvo de desinformação, esses desafios são ampliados, tornando o caminho para a justiça social ainda mais árduo.

Nesse contexto, a responsabilidade não recai apenas sobre os veículos de informação, mas sobre toda a sociedade. É imperativo promover a educação midiática, incentivar a checagem de informações e combater ativamente os preconceitos arraigados. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e informada.

CONCLUSÃO

A proliferação de *fake news* e sua influência na sociedade contemporânea, especialmente no contexto das redes sociais, ressoam como um alerta sobre os perigos da desinformação em um mundo hiperconectado. Desde a antiguidade, as notícias falsas têm moldado narrativas, influenciado decisões coletivas e afetado destinos de indivíduos e comunidades. Seja através de mitos na Grécia Antiga, perseguições religiosas na Idade Média, ou casos políticos manipulados como o "Caso Dreyfus", a capacidade da desinformação de alterar a percepção da realidade é evidente.

Nos tempos atuais, as consequências da desinformação tornaram-se ainda mais tangíveis. A rejeição de vacinas, influenciada por notícias falsas, é um exemplo flagrante dos perigos iminentes da desinformação, com efeitos diretos sobre a saúde pública global. Paralelamente, grupos minoritários e populações vulneráveis frequentemente são alvos de estereótipos e preconceitos amplificados por notícias imprecisas ou distorcidas. Estas narrativas, por sua vez, não apenas perpetuam a divisão e o estigma social, mas também podem incitar a violência.

Além disso, a forma como a mídia, intencionalmente ou não, retrata os menos privilegiados pode perpetuar visões distorcidas, estigmatizantes e, em última análise, prejudiciais. A polarização do discurso público e a fragmentação social tornaram-se desafios crescentes, alimentados, em parte, pela disseminação não controlada de *fake news*.

Do ponto de vista jurídico, embora o Brasil esteja dando passos para enfrentar esta tendência através do Marco Civil da Internet e de propostas legislativas, a questão permanece complexa. A linha tênue entre a censura e a necessidade de combater a desinformação apresenta dilemas que ressoam não apenas em termos de legalidade, mas também em termos de ética e direitos humanos.

Em conclusão, a disseminação de *fake news* é um fenômeno multifacetado que tem raízes profundas na história e apresenta consequências palpáveis na sociedade contemporânea. A necessidade de uma abordagem equilibrada, que proteja os direitos fundamentais enquanto combate a desinformação, nunca foi tão premente. Confrontar este desafio requer uma combinação de consciência pública, ação legislativa e responsabilidade das plataformas de mídia, com o objetivo comum de preservar a integridade do discurso público e proteger as sociedades das ramificações nocivas da desinformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. *Meios De Comunicação E Mudanças Na Política*: esses homens poderosos e suas máquinas de comunicar. 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539215/ALMEIDA_2016?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jul. 2023.

- Antonio. (orgs). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2017, p.62-83.
- GONZALO, Sara Suárez. *Your likes, your vote? Big personal data exploitation and media manipulation in the US presidential election campaign of Donald Trump in 2016*. Quaderns del CAC, Barcelona: Conselho do Audiovisual da Catalunha, v. XXI, n. 44, 2018.
- INDURSKY, F. *Estudos da linguagem: a leitura sob diferentes olhares teóricos*. In: TFOUNI, L. V. (org.). Letramento, escrita e leitura. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 163-178.
- INDURSKY, F. *Discurso, língua e ensino: especificidades e interfaces*. In: TFOUNI, L. V.; MONTESERRAT, D. M.; CHIARETTI, Paula. (org.). A análise do discurso e suas interfaces. São Carlos: Pedro & João, 2011a. p. 327-340.
- INDURSKY, Freda. *Análise do Discurso: dos Fundamentos aos Desdobramentos*. Editora Mercado de Letras; 1ª edição, 2015.
- Jornalismo (SBPJor). ECA/USP – São Paulo, 15 nov. 2017. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/687/508>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- Pensares em Revista, São Gonçalo-RJ, n. 17, p. 18-28, 2020.
- PRADO, José Luiz Aidar; PRATES, Vinicius. *Sintoma e fantasia no capitalismo comunicacional*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

CAPÍTULO 3

UMA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA SOBRE A RADICALIZAÇÃO NA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

João Francisco Severo Santos

INTRODUÇÃO

A comunicação e a coesão grupal, entendida aqui como uma atração mútua entre os membros de um grupo e sua motivação em permanecer unidos, são fatores que possibilitaram a sobrevivência e perpetuação da espécie humana num ambiente ancestral extremamente hostil (WINSTON, 2006; WRIGHT, 1996). Contudo, tais fatores possuem aspectos não adaptativos para as sociedades complexas da atualidade (YAMAMOTO; VALENTOVA, 2018). Talvez esses aspectos estejam sendo explorados pela comunicação política para promover a radicalização ideológica. Assim, a comunicação política, desprovida de consciência ética, pode utilizar as redes sociais e explorar as falhas adaptativas ao ambiente atual (SHIRAMIZU; YAMAMOTO, 2017; FERREIRA JUNIOR, 2015). Dessa forma, a difusão facilitada de conceitos anacrônicos pode ampliar as possibilidades de vitória dos candidatos extremistas nos pleitos eleitorais.

A reflexão e a busca de explicações científicas acerca do crescimento da representatividade das posições extremistas nos contextos democráticos ocidentais é de extrema importância, pois, como alertava Popper (1947): se diante de ameaças extremistas, o

Estado democrático não tomar providências efetivas no sentido de bloquear tal ameaça, em nome de uma suposta tolerância ao direito de liberdade de manifestação, acaba-se por aceitar ações discriminatórias, preconceituosas e antiéticas que colocam em risco o próprio Estado democrático de direito e a liberdade de expressão ao difundir tais ideias nas grandes massas.

Num país como o Brasil, onde milhares de pessoas vivem em condições sub-humanas e trabalham em contexto análogos a escravidão, a ascensão da representatividade de espectros políticos extremos pode agravar diversos fatores negativos ao desenvolvimento socioeconômico do país, como: extrema concentração de renda, precariedade da educação, desigualdades geográficas e ineficiência das ferramentas de combate a corrupção e crimes comuns (ALVES, 2018; IBGE, 2021).

Ao observar a literatura disponível em relação a esse fenômeno, percebeu-se que há uma lacuna na exploração dos princípios e conceitos da psicologia evolucionista, no sentido de refletir sobre tal fenômeno. Nesse contexto, o objetivo desse estudo foi analisar o processo de radicalização política e a disseminação de “*Fake News*” nas redes sociais, bem como a influência desses fenômenos nas eleições brasileiras de 2018, a partir da perspectiva da psicologia evolucionista.

O desenho metodológico da pesquisa foi baseado na utilização de métodos mistos, ou seja, de abordagens quantitativas e qualitativas. Além da análise de livros e artigos, de alta qualidade, segundo os critérios da CAPES, publicados a respeito de psicologia evolucionista e comunicação política em redes sociais, variáveis como força do nome

Bolsonaro e Haddad, sentimento positivos e negativos em relação a eles, o alcance desses na *internet* e probabilidade das pessoas conectadas estarem ou não comentando assuntos relativos a esses candidatos foram avaliadas quantitativamente através do *software SocialMention*, ajustado para refletir o mês de outubro de 2018.

PSICOLOGIA EVOLUCIONISTA, FORMAÇÃO DE GRUPOS E POLÍTICA

O corpo humano evoluiu lentamente ao longo de centenas de milhares de anos para se adaptar ao ambiente da savana africana, na qual 98% da humanidade viveu e morreu (ROBERTS, 2011). O cérebro é o mais importante e complexo órgão do corpo humano e o que mais nos diferencia das demais espécies. Ele é responsável por nossa interação com o ambiente externo e, evoluiu de tal forma que, desenvolveu um ambiente interno com milhões de “programas”, que em conjunto formam nossa mente e oferecem respostas predefinidas, mas flexíveis, aos problemas comuns enfrentados pelas gerações anteriores (BUSS, 2019).

A psicologia, em suas diversas linhas, enfatiza o papel do ambiente, das relações familiares e da cultura como configuradores das estruturas mentais que moldam o comportamento humano. A psicologia evolucionista representa uma nova linha que integra a psicologia cognitiva e a neurociência, mecânica do pensamento e emoção em temas de informação e computação, sob a perspectiva da teoria evolucionista, que explica os processos adaptativos em termos de seleção natural no ambiente ancestral. Preocupa-se com a herança

biológica deixada por nossos antepassados e como elas afetam o funcionamento mental e comportamental do ser humano (PINKER, 2004; WRIGHT, 1996).

A psicologia evolucionista é o estudo das maneiras pelas quais a mente foi moldada por pressões para sobreviver e se reproduzir. As descobertas neste campo frequentemente lançam luz sobre as causas "últimas" em oposição as causas "proximais" do comportamento. O ciúme e a proteção do companheiro(a), por exemplo, teriam a finalidade proximal de manter o relacionamento. A manutenção de um relacionamento de longo prazo aumenta a probabilidade de sobrevivência do casal e da prole em ambientes de competição e escassez, o que eleva as chances de reprodução de suas heranças genéticas (BUSS, 2019; YAMAMOTO; VALENTOVA, 2018). Da mesma forma, a coesão grupal teria o papel de aumentar as probabilidades de sobrevivência e reprodução em um ambiente ancestral de adaptação.

Estudos que abordam temas como coesão racial e religiosa foram realizados por Vasconcellos et al. (2009), Silva Junior et al. (2010), Gonçalves (2010), Eugênio (2013) e Shiramizu e Yamamoto (2017). Tais estudos confluem para a ideia de que a mente humana contém mecanismos desenhados para a formação de coalizões e um deles é denominado de “Nós versus Eles”. Esse mecanismo foi vital para que os pequenos grupos humanos, com fortes ligações de parentesco e grandes semelhanças fenotípicas e comportamentais, reconhecessem rapidamente os indivíduos de seu grupo e o considerasse cooperador.

Diferentes grupos competiam por territórios mais favoráveis a proteção e alimentação (WINSTON, 2006). Assim, os conflitos eram inevitáveis e o mecanismo “Nós versus Eles” favorecia a coesão do grupo. Atualmente, as sociedades são caracterizadas pela grande quantidade e diversidade dos indivíduos (NAMUSOKE, 2016). No entanto, as evidências acumuladas mostram que o módulo cerebral do “Nós versus Eles” é facilmente ativado, o que predispõe os indivíduos a se colocarem numa postura contrária ou favorável diante de uma “marcação identitária” de grupo, podendo gerar conflitos violentos (SHIRAMIZU; YAMAMOTO, 2017). Tal marcação pode ganhar contornos raciais, ideológicos, sexuais etc.

No campo da política, segundo Claessens et al. (2020), as pesquisas realizadas nos últimos cinquenta anos revelaram que ocorreram duas mudanças-chave na evolução da vida em grupo humano. Primeiro, as redes sociais virtuais tornaram possível a formação de grupos mais amplos e interdependentes de cooperação. Segundo, os humanos se tornaram mais coesos para o grupo, conformando-se as normas sociais desses e punindo mais violentamente os violadores dessas normas.

Essas mudanças-chave, conforme Claessens et al. (2020), resultaram em uma hegemonia muito forte de duas dimensões ideológicas, ambas conservadoras: econômica e social. A primeira se manifesta via dominância e poder, em vez de compartilhamento, onde os mecanismos psicológicos subjacentes à cooperação estão correlacionados com o poder de retenção de recursos valorizados e

resultam na formação de elites. A segunda correlaciona-se com a sensibilidade as ameaças individuais, onde a viabilidade do grupo é a pista mais importantes para os mecanismos psicológicos de conformidade.

Historicamente, os adeptos do conservadorismo se mantiveram resistentes as mudanças estruturais que levassem ao melhor compartilhamento do poder econômico e político e, conseqüentemente, a redução das desigualdades entre os diferentes grupos sociais. No campo político, o conservadorismo situa-se no lado direito do espectro ideológico (SILVA et al., 2014). A radicalização do conservadorismo, especialmente associado a uma orientação econômica liberal, é a característica que identifica a extrema direita e a afasta da direita convencional por ser antissistêmica e hostil ao Estado democrático de direito (MUDDE, 1996).

Conforme Lowy (2019), a extrema direita pode ser dividida em dois grupos: O primeiro grupo, chamado de radical, apresenta uma agenda reformista que aceita a soberania popular e o governo da maioria, mas se opõem aos direitos de minorias, ao Estado de Direito e a separação dos poderes; O segundo grupo, reconhecido como revolucionário, rejeita a democracia e defende a ideia de que a violência direta é um caminho viável e necessário para impor seus projetos econômicos e sociais. Contudo, para Saull (2018), o que reúne a extrema direita em um bloco pouco heterogêneo é o apoio de grande parcela da classe média sob a égide do populismo e da classe trabalhadora na

promoção de um conservadorismo hipertrofiado em relação a raça, a nação, ao gênero e a sexualidade.

A CRISE DAS DEMOCRACIAS E A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA

A crise econômica mundial causada pela bolha imobiliária dos Estados Unidos da América colocou em xeque a legitimidade das instituições democráticas (BRESSER-PEREIRA, 2009; CHOMSKY, 2017). Antes disso, há muito tempo, diversos documentários foram produzidos, principalmente por Michel Moore, para denunciar o sequestro das instituições democráticas pelos lobistas do sistema corporativo, especialmente pela indústria petroquímica e bélica.

De acordo com Moore (2004), o povo dos EUA foi enganado, nas eleições presidenciais de 2000, por legisladores republicanos associados a executivos milionários das corporações. Segundo o autor, esses grupos usaram uma combinação de fantasmas inventados e mentiras para permanecer no poder e ampliar suas riquezas. Além disso, o processo eleitoral de 2000 foi marcado para diferentes formas fraudulentas de interferir no seu rumo normal, levando a presidência um candidato semianalfabeto que estava envolvido com dinheiro corporativo sujo e os ganhos ilícitos. Também denunciou que o aumento substancial da desigualdade social teve a conivência da "esquerda" daquele país.

Estudos de Chomsky (2017) demonstram que esse fenômeno de disseminação de fantasmas e falsas notícias, típico dos tempos que antecederam as Grandes Guerras e da Guerra Fria, ocorre em todas as

democracias, em maior ou menor grau de intensidade. Contudo, as democracias jovens são as mais vulneráveis a esse tipo de disfunção inerente aos seus sistemas de competição, comunicação e representatividade política. Tal disfunção tem relação com as desigualdades socioeconômicas exacerbadas, pois perante uma população sem acesso à informação confiável, ou incapaz de interpretar a realidade em razão do precário nível educacional, as diversas teorias conspiratórias ganharam força.

O recente fenômeno de facilitação do acesso ao ambiente da *internet* revelou um problema potencialmente perigoso para os sistemas democráticos. Recentes escândalos envolvendo empresas de *marketing* político, *cyberwarfare* e publicidade, dentre outros, alertaram para o problema da exploração de dados das redes sociais para alimentar algoritmos que decifram as tendências psicológicas dos usuários e podem manipular suas percepções para que adotem certos comportamentos que vão do consumo de produtos até a adoção de fragmentos de ideologias extremistas (HARTMANS; MEISENZAHN, 2020; FORNASIER; BECK, 2020; MOORE, 2018; RASQUEL, 2020).

Em relação ao pleito eleitoral brasileiro de 2018, Lowy (2019) analisou o fenômeno Bolsonaro e o identificou como próximo do fascismo clássico italiano dos anos 1920, ou seja, culto a violência e ódio visceral a esquerda e ao movimento operário, embora não tenha raízes no movimento fascista brasileiro liderado por Plínio Salgado na década de 1930. Além disso, considera que o racismo não é bandeira principal

do bolsonarismo, mesmo que o ator político tenha feito algumas declarações racistas.

Bolsonaro conseguiu manipular a indignação popular legítima contra políticos corruptos no sentido de intensificar a sua concentração no partido dos trabalhadores (PT) e promover grande mobilização, abastecida pelo ódio a esquerda e centro-esquerda. A mobilização massiva das classes dominantes em prol de Bolsonaro ocorreu em razão de seu programa econômico ultraneoliberal: mais mercado, abertura ao investimento estrangeiro, privatização e um alinhamento total com as políticas dos EUA (ALONSO, 2019; LOWY, 2019).

Apesar do fim da Guerra Fria há décadas, de a União Soviética não mais existir e da falta de alinhamento do PT ao comunismo (em todas as definições possíveis deste termo), a campanha de Bolsonaro conseguiu popularizar a ideia da ameaça comunista. Isso, associado a declaração de “guerra à corrupção” e a disseminação massiva de notícias falsas nas redes sociais, foi decisivo para a vitória de Bolsonaro (ALONSO, 2019; LOWY, 2019).

Resta explicar por que tantas pessoas acreditaram e ainda acreditam em mentiras grosseiras como o “*kit gay*”, a “mamadeira de piroca” ou as aulas de prática sexual nas escolas dominadas por esquerdistas, cuja única motivação é destruir a família tradicional cristã, ou ainda na afirmação de que o PT faliu o Brasil, apesar de todos os indicadores econômicos históricos mostrarem o contrário. Falta uma explicação convincente do incrível sucesso, em poucas semanas, de sua candidatura, apesar da violência, da brutalidade de seus discursos de

guerra civil, de sua misoginia, de sua falta de programa e de seu vergonhoso culto a ditadura militar e tortura.

OPINIÃO PÚBLICA, DIFUSÃO DE FAKE NEWS E O PAPEL DOS ROBÔS

O fenômeno das chamadas “*Fake News*” não é novo e foi utilizado, desde a idade antiga, como arma estratégica de guerra para confundir, desorientar e induzir os adversários internos e externos a tomarem decisões equivocadas (TZU, 2006). Contudo, as modernas redes sociais virtuais elevaram o seu potencial de disseminação a um patamar sem precedentes na história. Com isso, renovaram-se as intensas preocupações sobre a prevalência e os efeitos da desinformação nas sociedades contemporâneas, especialmente no que tange as campanhas políticas e a politização permanente de assuntos cotidianos que podem trazer imensos prejuízos difusos para todas as camadas da população (LAZER et al., 2018).

As “*Fake News*” são conteúdos falsos ou enganosos, intencionalmente disfarçados para parecer artigos de notícias, muitas vezes com a finalidade de gerar receita de publicidade. Elas ganharam grande notoriedade após a eleição presidencial de 2016 nos EUA. Alguns estudiosos chegaram a afirmar que tal conteúdo teve um impacto persuasivo que poderia ter afetado o resultado da eleição, embora ainda faltem evidências mais robustas para confirmar essa hipótese (GUESS; NAGLER; TUCKER, 2019; LAZER et al., 2018).

De acordo com Lazer et al. (2018), ao curtir, compartilhar e pesquisar informações, *bots* sociais (contas automatizadas que se fazem

passar por humanos) são acionados e podem ampliar a disseminação de notícias falsas em escalas de altíssima magnitude. Conforme esses pesquisadores, estimativas conservadoras apontam que entre 9 e 15% das contas ativas do *Twitter* são *bots* e que aproximadamente 60 milhões de contas do *Facebook* também são. Esses *bots*, durante a campanha presidencial americana de 2016, foram responsáveis por uma parte substancial do conteúdo político postado nas redes sociais. Isso não se limitou a campanha dos EUA, pois alguns dos mesmos *bots* foram usados posteriormente para tentar influenciar a eleição francesa de 2017.

Segundo Ruediger (2017), os *bots* também são implantados para manipular algoritmos usados para prever o envolvimento potencial com o conteúdo por uma população mais ampla. Conforme Dias (2020), os algoritmos são uma sequência de tarefas, raciocínios, instruções ou operações desenvolvidas para coletar e tratar um grande volume de dados a fim de gerar modelos computacionais que predizem o comportamento do consumidor por meio do aprendizado de máquina e, assim, podem influenciar as tomadas de decisão dos usuários.

De acordo com Guess; Nagler e Tucker (2019), a prevalência, a credibilidade e a resistência a correções das notícias falsas fabricadas e disseminadas intencionalmente por usuários, muitos deles amparados por instituições que patrocinam o impulsionamento, e reforçadas por *bots* têm aumentado desde 2016. Nesse contexto, as implicações das “*Fake News*” para a qualidade do discurso democrático, bem como o aumento da desinformação de forma mais geral, são imprevisíveis e

elevam ainda mais os perigos para a vida em uma sociedade de risco, já que a opinião pública ganha enorme relevância, inclusive para a implementação e avaliação de políticas públicas.

Segundo Cervi (2012, p. 28), pode-se definir a opinião pública como aquela referente a “assuntos que dizem respeito à nação ou a outro agregado social, expressa de maneira livre por homens que estão fora do governo, mas que reclamam o direito de que suas opiniões possam influenciar ou determinar ações governamentais.” Nesse sentido, conforme o mesmo autor, há uma vasta tradição na literatura, a respeito desse tema, que tende a conceituar a opinião pública como o resultado de uma série de processos sociais, nos quais há uma interação muito grande de elementos emocionais e manipulativos, aliados a pouca racionalidade.

Althaus (1998), apud Cervi (2012), demonstra que baixos níveis de informação não impedem que os eleitores ostentem opiniões consistentes com suas respectivas visões de mundo. O problema é que a visão de mundo depende não só das experiências imediatas (LIMA, 2020), mas também da quantidade e qualidade das informações disponíveis para além da esfera individual.

A opinião de Dias (2020, p. 6) ilustra o que provavelmente esteja ocorrendo na vida de muitas pessoas conectadas as redes sociais virtuais e que tem potencial para influir na visão de mundo desses atores:

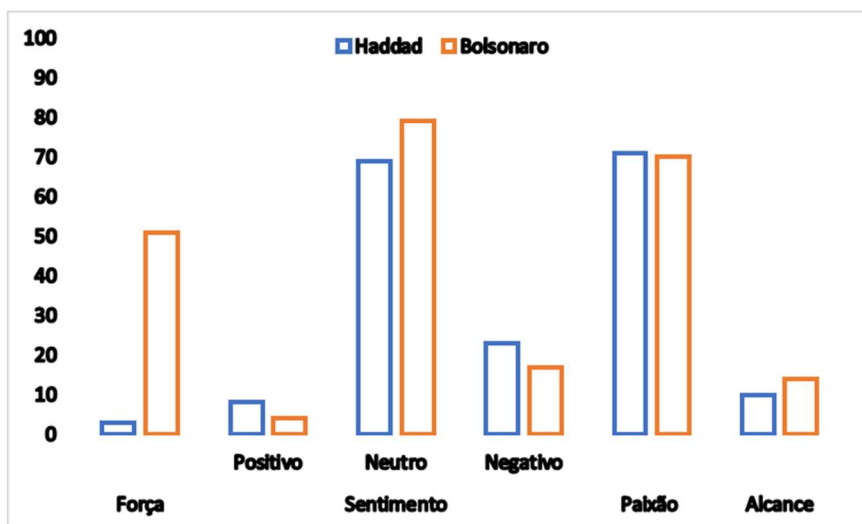
É comum termos a percepção de que todos nós estamos sendo monitorados, manipulados, frustrados, deprimidos e até mesmo isolados pelas mídias sociais. Para exemplificar, você pesquisa por um sapato em um site de compras e de repente todas as páginas que você visita tem anúncios de sapato. Você navega pelas suas

redes sociais e a vida de todo mundo parece incrível, zero defeitos! E isso é frustrante, porque sua vida real não é perfeita e é normal não ser. Não entendemos como algumas pessoas não compreendem algo que nos parece óbvio. Eles não viram as notícias? E a resposta é não, mesmo! porque vivemos em bolhas e cada um recebe um conteúdo personalizado na sua *timeline* do Facebook, no feed do Instagram, Twitter e até mesmo no Youtube.

No caso do Brasil, Azevedo e Lima (2020), demonstram que a conjuntura política recente, influenciada pelo fenômeno das “*Fake News*”, inaugurou uma era de pós-verdade que efetivou o recrudescimento do conservadorismo. Nesse sentido, uma parcela considerável da população aderiu as ideias da extrema-direita e contribuiu para levar o país a uma situação de obscurantismo crescente. Esses autores constataram que a utilização de conteúdos de polarização e ódio aos oponentes fundamentou a plataforma política da extrema-direita para manipular a opinião pública.

O contexto mencionado acima pode estar refletido nos dados da figura 1, onde os desempenhos de Bolsonaro e Haddad nas redes sociais são comparados em termos percentuais, no mês final da campanha de 2018. Percebe-se que a força de Bolsonaro nas redes sociais (número de pessoas ou de “*Boots*” que seguem e publicam conteúdos de apoio ao candidato) foi avassaladora e, embora a paixão dos seus seguidores (medida pelo número de pessoas que defendem e compartilham uma publicação várias vezes) seja similar à de Haddad, o sentimento negativo (críticas ou ataques dos visitantes ou de “*boots*”) foi significativamente menor. Adicionalmente, o alcance de Bolsonaro foi 40% superior ao de Haddad nas redes sociais (Fig.1).

Figura 1: Medidas de desempenho (%) dos candidatos à presidência da república do Brasil, no segundo turno, das eleições de 2018.



Fonte: Autor.

Cabe ressaltar que grande parte desses resultados pode estar associados a ação de “bots” (robôs) nas redes sociais. Em plataformas como *Twitter* e *Facebook*, contas automatizadas podem fazer postagens, comentários e interagir com outros usuários (curtidas, mensagens, reações etc.) de modo autônomo. Uma investigação de Ferraz (2019) revelou que mais de 60% dos seguidores de Bolsonaro são robôs. O uso massivo de robôs nas redes sociais pode influenciar a visibilidade do conteúdo por interação com qualquer publicação acessível, elevando a força da marca ou do nome do candidato, no caso de disputas eleitorais.

FAKE NEWS: FERRAMENTAS DE MANIPULAÇÃO DA COGNIÇÃO HUMANA

Bittencourt e Andrade (2019) analisaram conteúdos de *fake news*, no *Facebook*, cujo objetivo era tornarem-se virais para influenciar a opinião pública, durante o período pré-eleitoral no Brasil. Concluíram que, os *posts* com mais compartilhamentos eram construídos com frases de impacto, utilização descontextualizada de figuras públicas e/ou famosas comentando fatos políticos e a abordagem sensacionalista. Essas características se correlacionam com uma das dimensões do que Kahneman (2012) chama de Sistemas Mentais Dualísticos (Figura 2).

Figura 2: Características dos Sistemas Cognitivos 1 e 2.



Fonte: Przedzmirski (2020).

Para Kahneman (2012), o primeiro sistema é uma metáfora que pretende facilitar o entendimento de que o comportamento humano é controlado em grande parte por um tipo de cognição não reflexa,

caracterizada por respostas rápidas e repletas de vieses... inerentes de experiências anteriores, crenças e heurísticas. Já o segundo sistema é lento, reflexivo e exige grande gasto energético do cérebro. É importante reforçar que, para esse estudioso, os Sistemas são apenas uma metáfora de como funciona a cognição humana.

O Sistema 1 por ser chamado de “atalho mental”. Ele opera de forma inconsciente e intuitiva, baseando-se em elementos como a experiência, o modo de pensar, a criatividade e a imaginação. Assim, representa a forma como o ser humano simplifica o entendimento de questões complexas, seja porque precisa decidir em ambientes de incerteza e/ou a partir de informações incompletas e/ou porque busca economia de energia. Já o sistema 2 representa funções cognitivas mais recentes na história evolutiva da espécie humana, sendo controlado e consciente, mas lento, porque exige muito esforço cognitivo quando da sua execução (PRZEDZMIRSKI, 2020; KAHNEMAN, 2012).

A principal característica do Sistema 1 são os pensamentos automáticos, geralmente aceitos como plausíveis e de boa acurácia, que podem configurar uma vulnerabilidade cognitiva quando disfuncionais, ou seja, quando resultam em interpretações automáticas distorcidas. Conforme Clark, Beck e Alford (2008, p. 118), nas raízes dessas últimas, estão as chamadas crenças nucleares ou esquemas:

estruturas cognitivas internas relativamente duradouras de armazenamento de características genéricas ou prototípicas de estímulos, ideias ou experiências que são utilizadas para organizar novas informações de maneira significativa, determinando como os fenômenos são percebidos e conceitualizados.

Os esquemas são adquiridos durante a infância e funcionam como filtros que selecionam a forma como as informações e experiências atuais serão percebidas e interpretadas. Dessa forma, eles modelam o estilo de pensamento e podem levar a erros cognitivos e distorções da realidade. Um exemplo de crença nuclear relacionada ao campo político pode ser: “eu detesto o comunismo”. A partir desse esquema, a atenção do sujeito passa a selecionar informações que o reforcem ou a distorcer informações contrárias, para que se encaixem nele.

Crenças intermediárias são regras, atitudes e pressuposições desenvolvidas ao longo da vida a partir do viés das crenças nucleares (CLARK; BECK; ALFORD, 2008). Um exemplo de regra pode ser: “Se eu não apoio o combate ao comunismo, não sou uma boa pessoa”. Essas crenças se processam em nível subconsciente, podendo ser acessadas por treinamento cognitivo a fim de serem racionalizadas, mas isso exige grande esforço (GOLEMAN, 2008).

Outro componente do sistema 1 são as heurísticas, definidas como raciocínio rápido e simples que resulta em respostas pré-determinadas, e geralmente falhas, para perguntas difíceis e/ou complexas. São justificativas para vieses comportamentais que, mesmo sem eficácia, acarretam conforto, economia energética e protegem o autoconceito do indivíduo. As heurísticas aliviam os sentimentos de culpa que causam ansiedade (GOLEMAN, 2008; KAHNEMAN, 2012; PRZEDZMIRSKI, 2020).

Os módulos de funcionamento do cérebro, e da cognição, são programas responsivos a problemas do ambiente ancestral de adaptação.

Logo, dependem de condições ambientais para iniciar o processo de resposta (BUSS, 2019; YAMAMOTO; VALENTOVA, 2018). Assim, um programa que foi adaptativo no passado (“nós versus eles”), pode ser acionado na atualidade e formar esquemas e heurísticas disfuncionais ao ambiente contemporâneo. Nesse sentido, a percepção de um ambiente de competição e ameaça aciona o módulo “nós versus eles” que mobiliza vieses orientados ao perigo encontrados em todas as fases do processamento de informações (percepção, interpretação e lembrança). Em pessoas com esquemas de humilhação, injustiça ou algo relacionado, a raiva será o tom, e uma reação comportamental retaliatória poderia ser justificada (heurística) como autodefesa.

Goleman (2008) chama de sequestro emocional a reação imediata e visceral que ocorre no organismo quando um estímulo é considerado ameaçador, que desencadeia uma cascata de ações fisiológicas (hormônios e neurotransmissores) e mentais (pensamentos automáticos) interdependentes que bloqueiam a cognição reflexiva. Esse efeito tende a ser prolongado em pessoas cujo sistema 1 (KAHNEMAN, 2012; PRZEDZMIRSKI, 2020) é hipertrofiado, pois a reação imediata, geralmente inadequada a contextos complexos, precisa ser justificada para a manutenção do sistema de autoconceito em condições minimamente razoáveis para amenizar a vergonha e a ansiedade (HARTER, 1996; JANIN, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mecanismos ancestrais de adaptação visando a sobrevivência dos indivíduos e reprodução da espécie humana em ambientes de competição e escassez, típicos da savana africana, como o de “nós vs eles”, que auxilia no fenômeno de coesão grupal, podem ser ativados e utilizados nas modernas redes sociais virtuais. As características desses comportamentos adaptativos ancestrais, que são hoje inadequados, podem ser reforçadas por meio de mensagens difundidas de forma massificada na *internet* e são magnificadas pelo auxílio de tecnologias de robotização, que aumentam a força e a visibilidade de conteúdos enganosos e apelativos. Isso, além de reforçar a identificação com grupos de ideologias extremadas, pode acionar um mecanismo de reforço da coesão grupal: o efeito “manada”, ou seja, a tendência dos indivíduos em reproduzir comportamentos percebidos como a norma de um grupo com o qual ele está em contato.

A utilização de tais mecanismos adaptativos como ferramentas de difusão de ideologias de extrema direita é notória no contexto mundial e, no Brasil, pode ter resultado na radicalização antiesquerda e eleição de um presidente cujas declarações, propostas e ações são claramente fascistas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. *A comunidade moral Bolsonaroista*. In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Cia das Letras, 2019, p.52 70.

- ALVES, V. F. C. A relação entre a desigualdade e a corrupção política na filosofia de Rousseau. *Griot*, v.17, n.1, p.85-96, junho, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. et al. Crise e recuperação da confiança. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 133-149, março 2009.
- BUSS, D. M. *Evolutionary Psychology: The New Science of the Mind*. 6th Edition, New York: Routledge, 2019.
- CHOMSKY, N. *Quem manda no mundo?* 1. ed. São Paulo: Planeta, 2017.
- CLARK, D. A; BECK, A. T; ALFORD, B. A. *Scientific foundations of cognitive theory and therapy of depression*. New York: Wiley, 2008.
- CLAESSENS, S. et al. The dual evolutionary foundations of political ideology. *Nat Hum Behav.*, v. 4, p. 336-345, 2020.
- DIAS, G. Resenha: O dilema das redes. *Guia dos Entusiastas da Ciência*, v. 3, n. 10, p. 1, 2020.
- EUGÊNIO, T. J. B. Um olhar evolucionista para os mecanismos cognitivos associados às trocas sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 71-78, 2013.
- FERREIRA JUNIOR, A. B. *Marketing político e eleitoral: uma analogia entre o mundo corporativo e a política*. Curitiba: Intersaberes, 2015.
- FORNASIER, M.; BECK, C. Cambridge Analytica: escândalo, legado e possíveis futuros para a democracia. *Revista Direito em Debate*, v. 29, n. 53, p. 182-195, maio 2020.
- GONÇALVES, D. M. (2010). Violência e identificação de raça como consequência da categorização de grupo. *Estudos de Psicologia*, 15(1), 97-102.
- GOLEMAN, D. *Mentiras essenciais, verdades simples: a psicologia da autoilusão*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

- GUESS, A; NAGLER, J; TUCKER, J. Less than you think: Prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook. *Sciences Advances*, v. 5, n. 1, p. eaau4586, 2019.
- HARTER, S. *Historical roots of contemporary issues involving self-concept*. In: Handbook of self-concept: developmental, social, and clinical considerations. New York: John Wiley & Sons, 1996.
- HARTMANS, A.; MEISENZAHN, M. All companies and divisions under Google's parent company, Alphabet, which just made yet another shakeup to its structure. *Business Insider*, [online], 12 fevereiro 2020. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/alphabet-google-companylist-2017-4>>. Acesso em: 10 outubro 2021.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Diretoria de pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 11 mar. 2021
- JANIN, C. Por uma teoria psicanalítica da vergonha: vergonha originária, vergonha das origens, origens da vergonha. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v.13, n. 3, p. 469-526, 2006
- KAHNEMAN, D. *Thinking Fast and Slow*. New York: Straus & Giroux, 2012.
- LAZER, D. M. J; BAUM, M. A; BENKLER, Y. et al. The science of fake news. *Science*, n. 359, p. 1094-1096, 2018.
- LIMA, M. E. O. *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo: Blucher Open Access, 2020.
- LÖWY, M. *The far right: a global phenomenon*. MR Online, Posted Sep. 25, 2019. Disponível em: <<https://mronline.org/2019/09/25/the-far-right-a-global-phenomenon/>>. Acesso em: 08 dez. 2021.

- MACEDO, I. Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. *Congresso em foco*, out. 2018. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/#1540506640310-535a5934-9024>>. Acesso em: dez.2021.
- MOORE, M. *Dude, Where's My Country?* New York: Warner Books, 2004.
- MOORE, M. *Democracy Hacked: How Technology is Destabilising Global Politics*. Londres: OneWorld Publications, 2018.
- MUDDE, C. The war of words defining the extreme right party family. *West European Politics*, v. 19, n. 2, p. 225 248, 1996.
- NAMUSOKE, E. *A divided family: Race, the Commonwealth and Brexit*. The Round Table, v. 105, n. 5, p. 463 476, 2016.
- PINKER, S. *Tabula rasa: A negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- POPPER, K. *The Open Society and Its Enemies*. Vol. 1: The Spell of Plato. London: Routledge, 1947.
- PRZEDZMIRSKI, M. *Déjà Vu – Outubro/20*. Alfa capital: relatório de gestão. Novembro de 2020. Disponível em: <https://www.veertu.com.br/relatorio-de-gestao-outubro-2020/>. Acesso em: 12/06/2021.
- RASQUEL, S. G. A influência da dinâmica grupal nas formas de recepção, interpretação e disseminação das *fake news* nas redes sociais digitais. *Verbum*, v. 9, n. 2, p. 92-115, setembro 2020.
- ROBERTS, A. *Evolution: the human history*. London: Dorling Kindersley, 2011.

- RUEDIGER, M. A. *Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências legítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SAULL, R. Racism and far right imaginaries within neo liberal political economy. *New Political Economy*, v. 23, n. 5, p. 588-608, 2018.
- SHIRAMIZU, V. K. M.; YAMAMOTO, M. E. "In x out": revisando o viés de grupo através da perspectiva biológica. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 3, p. 1427-1439, set. 2017.
- SILVA, A. B. da et al. A extrema-direita na atualidade. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 119, p. 407-445, Sept. 2014.
- SILVA JUNIOR, M. D.; BRITO, R. C. S.; BELTRÃO, M. C. M. Fatores interpessoais das redes sociais de parentesco. *Ciências & Cognição*, v. 15, n. 3, p.55-76, 2010.
- TZU, S. *A arte da Guerra*. São Paulo: Record, 2006.
- VASCONCELLOS, S. J. L. et al. A Psicologia Evolucionista e os domínios da cognição social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 3, p. 434-439, 2009.
- WRIGHT, R. *O animal moral: porque somos como somos - a nova ciência da Psicologia Evolucionista*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- YAMAMOTO, M. E; VALENTOVA, J. V. (Org.). *Manual de psicologia evolucionista*. Natal: Edufrn, 2018.

CAPÍTULO 4

BISPO VERMELHO: UMA ANÁLISE DA POSTAGEM DO CARDEAL SCHERER NO *TWITTER* NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022 E A PROBLEMÁTICA DA DESINFORMAÇÃO E DO DISCURSO DE ÓDIO

Donavan Iury Silva da Mata

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da pesquisa realizada sob o apoio do Programa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (PIBIC - FAPEMIG), cuja temática é a respeito da desinformação e do discurso de ódio na nossa sociedade. Nosso objetivo é compreender o lugar da desinformação no processo de disseminação do ódio nas redes sociais, especialmente no contexto sociopolítico brasileiro das eleições presidenciais de 2022, marcado pelo fundamentalismo religioso e político.

No contexto atual, as redes sociais desempenham um papel cada vez mais significativo na disseminação de informação falsa e propagação do ódio, bem como na formação de opiniões. Portanto, nossa pesquisa busca assinalar a inverdade como ferramenta que amplifica o discurso de ódio. Nosso foco são as eleições presidenciais brasileiras de 2022, um período marcado por esses dois fenômenos.

Para melhor compreender esse processo, faremos a análise de uma postagem de Dom Odilo Pedro Scherer, cardeal arcebispo de São

Paulo, na rede social *Twitter*, em que ele exorta as pessoas sobre o significado de suas vestes vermelhas, uma vez que elas ganharam um outro efeito de sentido e sofreram um deslocamento em consequência da opacidade das palavras e da criação de outro sentido para associar esse enunciado como pertencente ao Partido dos Trabalhadores e ao comunismo.

A base teórica para essa leitura é a obra *A ordem do discurso*, em que o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) faz uma análise e uma discussão a respeito da produção de discursos e seus impactos de controle e poder na sociedade. Além disso, nos serviremos da obra *Arqueologia do saber*, em que Foucault examina como as práticas discursivas moldam o pensamento e sugere que o conhecimento é contingente e relativo ao contexto histórico. Isso pode ser relacionado ao aspecto da desinformação, pois existe uma manipulação do discurso, como estratégia para moldar a realidade e convencer as pessoas.

Assim, a leitura da postagem do cardeal Scherer, a partir do referencial teórico foucaultiano, oferece a possibilidade de compreender como a informação falsa pode utilizar elementos religiosos e estabelecer fatores que alimentam o ciclo de disseminação do ódio nas redes sociais. A nova formação discursiva, com vários enunciados, adquire certa coesão ou expressão de sentido comum, formando um determinado conjunto de regras e práticas de dizer, mesmo que estejam dispersas.

ABORDAGEM TEÓRICA

Para a abordagem teórica de nossa análise, iremos nos ater ao pensamento de Michel Foucault, em especial na obra *A ordem do discurso*, sua aula inaugural no *Collège de France*, em que o filósofo examina a relação entre discurso, conhecimento e poder na sociedade.

Antes, será necessário compreender alguns conceitos foucaultianos, como enunciado e formação discursiva, que estão contidos de modo específico na obra *Arqueologia do saber*.

ENUNCIADO E FORMAÇÃO DISCURSIVA

Foucault, em *Arqueologia do Saber*, busca examinar as condições que possibilitam a emergência de certos discursos e práticas de conhecimento em diferentes épocas. Segundo ele, o conhecimento não é uma progressão linear e contínua, mas uma série de enunciados que governam o pensamento em determinadas épocas.

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas por outro, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p. 31-32)

Foucault argumenta que um enunciado não pode ser completamente esgotado pela língua ou pelo seu significado imediato. Ele é mais do que simples palavras, é um acontecimento que está enraizado em contextos diversificados. Cada enunciado é único, mas também está sujeito à repetição e transformação, podendo ser reinterpretados ou reutilizados ao longo do tempo, bem como estão conectados a outros enunciados que os precederam.

Porém, é importante definir de modo mais sistemático o que seja enunciado para uma melhor compreensão. O filósofo dedica a terceira parte da obra para defini-lo. Para ele, “à primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; [...] como um átomo do discurso”. (FOUCAULT, 2008, p. 90).

Ele continua a elaborar sua perspectiva de que não é suficiente considerar uma estrutura proposicional definida com a única condição necessária e suficiente para identificar um enunciado. A presença de uma proposição não deve ser o único critério para definir um enunciado (FOUCAULT, 2008, p. 91). Ele exemplifica da seguinte forma:

"Ninguém ouviu" e "é verdade que ninguém ouviu" são indiscerníveis do ponto de vista lógico e não podem ser consideradas como duas proposições diferentes. Ora, enquanto enunciados, estas duas formulações não são equivalentes nem intercambiáveis. Não se podem encontrar em um mesmo lugar no plano do discurso, nem pertencer exatamente ao mesmo grupo de enunciados. Se encontramos a fórmula "Ninguém ouviu" na primeira linha de um romance, sabe-se, até segunda ordem, que se trata de uma constatação feita seja pelo autor, seja por um

personagem (em voz alta ou sob a forma de um monólogo interior); se encontramos a segunda formulação "É verdade que ninguém ouviu", só podemos estar em um jogo de enunciados que constitui um monólogo interior, uma discussão muda, uma contestação consigo mesmo, ou um fragmento de diálogo, um conjunto de questões e de respostas. Nos dois casos, trata-se da mesma estrutura proposicional, mas de caracteres enunciativos bastante distintos. (FOUCAULT, 2008, p. 91)

No exemplo, embora as duas frases compartilhem a mesma estrutura proposicional, elas possuem características enunciativas únicas e pertencem a grupos diferentes de enunciados. Isso demonstra como a análise dos enunciados vai além da simples lógica das proposições, envolvendo nuances contextuais e modos de expressão que são fundamentais para compreender o discurso.

Em seguida, Foucault afirma que o enunciado não equivale completamente à frase, pois segundo ele,

sempre que existe uma frase gramaticalmente isolável, pode-se reconhecer a existência de um enunciado independente; mas, em compensação, não se pode mais falar de enunciado quando, sob a própria frase, chega-se ao nível de seus constituintes" (FOUCAULT, 2008, p. 92)

Nem toda manifestação de enunciado segue uma estrutura gramatical tradicionalmente reconhecida como uma frase. Para ele, um quadro de espécies botânicas, uma árvore genealógica, um livro contábil, as estimativas de um balanço comercial são enunciados (FOUCAULT, 2008, p. 93). Mesmo essas representações não linguísticas também podem ser consideradas enunciados, pois comunicam informações, relações ou significados dentro de contextos específicos.

A possibilidade mais verossímil para ele, seria o ato ilocutório discutido pelos analistas ingleses (FOUCAULT, 2008, p. 93). Isso não se refere ao ato material de fala ou escrita, nem às intenções pessoais do indivíduo que se expressa, nem aos resultados posteriores do que foi dito. Ele se concentra na operação efetuada pela própria formulação no momento de sua emergência, com promessas, ordens, decretos, contratos e constatações.

O filósofo destaca que o ato ilocutório é o que é produzido pelo próprio ato de enunciação em circunstâncias específicas (FOUCAULT, 2008, p. 94). Ele sugere que a individualização dos enunciados está ligada aos mesmos critérios que demarcam os atos de formulação, com cada ato sendo incorporado em um enunciado e cada enunciado contendo internamente um desses atos.

De modo específico, ele afirma que

o enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2008, p. 98)

Isso nos leva a pensar que os enunciados devem ser compreendidos dentro do contexto e de um determinado conjunto. Na conceituação foucaultiana, esses conjuntos devem ser entendidos como formação discursiva.

Foucault ao explicar o que são formações discursivas apresenta que são conjuntos específicos de regras, práticas e discursos que moldam o pensamento e a comunicação em determinadas áreas do conhecimento (FOUCAULT, 2008, p. 35).

Ele inicia questionando como as categorias conceituais, como medicina, gramática, economia, política, entre outras, são construídas e como essas formações discursivas se relacionam entre si, além disso ele busca compreender se essas categorias são estáticas ou se evoluem ao longo do tempo. Para isso, ele levanta quatro hipóteses para definir um grupo de relações entre enunciados.

A primeira consiste em apresentar que “[...] os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2008, p. 36). Para ele, os enunciados se organizam em torno de objetos fixos. Ele propõe que a unidade dos enunciados depende das regras que regulam a emergência e a transformação dos objetos ao longo do tempo.

A segunda hipótese, consiste em perceber a forma e o tipo de encadeamento. Ele ilustra isso servindo-se da medicina (FOUCAULT, 2008, p. 38). Para ele, no século XIX, a medicina não era apenas definida por seus objetos de estudo ou conceitos, mas também por um estilo de enunciação. Nesse período ela deixou de ser uma coleção de tradições e receitas variadas para se tornar um conjunto de conhecimentos.

A unidade dos discursos não é definida por uma forma específica de enunciação, mas sim pelas regras que governam como esses

enunciados diversos e em constante transformação coexistem e se relacionam. Para isso é preciso ater-se ao “[...] sistema que rege sua repartição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõe ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição” (FOUCAULT, 2008, p. 39).

A terceira hipótese, aponta que tradicionalmente buscamos estabelecer a unidade nos discursos por meio da coerência de conceitos permanentes e bem definidos, como aqueles encontrados na gramática (FOUCAULT, 2008, p. 39). Ele argumenta que, ao longo do tempo, novos conceitos emergem, alguns derivados dos originais, mas outros completamente heterogêneos e até incompatíveis com eles.

Ele sugere que a unidade dos discursos não deve ser procurada apenas na coerência conceitual, mas principalmente na dinâmica da emergência, afastamento, distância e até incompatibilidade entre conceitos. É importante analisar o jogo desses conceitos, como eles surgem, se afastam e interagem ao longo do tempo.

Na quarta hipótese, Foucault explora a ideia de que a identidade e a persistência de temas ao longo do tempo podem ser usadas para reagrupar enunciados e explicar formas unitárias sob as quais elas se apresentam. Ele exemplifica essa ideia ao considerar as áreas da economia e da biologia (FOUCAULT, 2008, p. 41).

O filósofo argumenta que certos temas, como o evolucionismo ou o fisiocracismo, têm a capacidade de unir diferentes discursos, como se fossem organismos vivos. No entanto, Foucault questiona se podemos definir uma unidade discursiva considerando tudo que

contribuiu para esses temas ao longo do tempo. Ele observa que, embora um tema possa persistir, os conceitos e as análises que o cercam podem mudar radicalmente. Isso destaca a importância da variedade de abordagens e interpretações que os temas permitem ao longo da história.

Feito a apresentação das quatro hipóteses para definir a unidade dos enunciados (objetos específicos, enunciações padronizadas, conjunto de conceitos fixos e temas persistentes), é possível agora apresentar as formações discursivas como

[...] um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". (FOUCAULT, 2008, p. 43)

Isso nos ajuda a compreender a problemática levantada por Foucault em sua obra *A ordem do discurso*, uma vez que as instituições sociais têm o poder de controlar e regular os enunciados dentro dessas formações discursivas. Isso significa que o que é considerado conhecimento válido e quem tem permissão para falar são influenciados pelo poder e pela autoridade presentes na sociedade.

A ordem do discurso

Foucault dedica seu discurso no *Collège de France* à meticulosa análise da estrutura discursiva e os procedimentos, sejam internos ou externos, que exercem a função de controlar aquilo que é pronunciado, não permitindo que extrapole seus limites.

Segundo ele, é preciso nos questionar “[...] o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal está o perigo?” (FOUCAULT, 1996, p. 8). A obra vai se desenrolar apresentando que o perigo reside na ideia de que o discurso não é apenas uma expressão de pensamento ou comunicação, mas também uma forma de exercício de poder.

Ele cria a seguinte hipótese:

[...] em toda toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9)

Existe um conjunto de regras e normas que regulam o que pode ser dito, quem pode dizer e em que circunstâncias, obedecendo estruturas e convenções específicas. Além disso, ele considera que nem todos os discursos são igualmente aceitáveis ou valorizados. Nessa perspectiva, emerge a noção de que os discursos vão além da simples expressão de ideias, mas o filósofo nos instiga a pensar a estruturação da construção discursiva.

Por isso, Foucault apresenta certos procedimentos que controlam aquilo que pode ou não ser dito, estabelecendo relação de saber e poder (FOUCAULT, 1996, p. 9). Ele estabelece que esses mecanismos podem ser externos ou internos ao discurso.

Os procedimentos externos são aqueles que operam fora do discurso e estão relacionados ao contexto social, político e institucional em que o discurso é produzido e disseminado. Eles são chamados de interdição, ou seja, regras e limitações proibindo certos enunciados, envolvendo certo tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (FOUCAULT, 1996, p. 9); separação, como forma de demarcar a formação discursiva de cada área, como a política, a religião, ciência, entre outros que determinam o que é aceitável dentro desse campo (FOUCAULT, 1996, p. 10); a vontade de verdade, ou seja, a busca pela verdade e a busca por estabelecer certos discursos como verdadeiros ou legítimos (FOUCAULT, 1996, p. 13). Veremos de modo mais detalhado esse último, que nos ajudará a compreender a problemática da desinformação.

Além disso, existem os procedimentos internos que operam dentro do próprio discurso, estabelecendo a sua construção e organização. Eles são elencados como comentário, que consiste em formas de resposta e reação ao discurso original, dialogando com o discurso original do autor (FOUCAULT, 1996, p. 21); autor, ou seja, figura que dá legitimidade e autoridade ao discurso, pode ser aquele que profere, mas está relacionado àquele que dá qualidade e veracidade ao discurso (FOUCAULT, 1996, p. 26); disciplina, estabelece as regras e

normas que regem a produção e circulação do discurso em campos específicos do conhecimento (FOUCAULT, 1996, p. 29).

Dentre eles, destacamos a vontade de verdade, procedimento externo ao discurso que define aquilo que é verdadeiro ou falso, marcado sempre por uma instância que por direito e estabelecendo certo ritual, define o que é verdadeiro (FOUCAULT, 1996, p. 15).

Segundo o filósofo, a vontade de verdade refere-se ao desejo de estabelecer uma verdade aceita e dominante na sociedade. A busca por controlar o discurso e impor uma verdade específica pode ser uma estratégia de poder utilizada por instituições e grupos para consolidar sua posição e influenciar a opinião pública.

[...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, [...], mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 1996, p. 17)

A busca pela verdade não é uma atividade neutra, mas está enraizada em práticas e instituições sociais, e é influenciada pelas dinâmicas de poder que moldam a maneira como o conhecimento é adquirido e compartilhado na sociedade. Quem detém o poder muitas vezes pode influenciá-la, promovendo discursos falsificados como verdade.

Isso relaciona-se com o debate acerca da produção discursiva da desinformação, bem como a sua proliferação em larga escala, uma vez que grupos ou indivíduos promovem discursos distorcidos ou falsos para

a manipulação social, pois “[...] na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 1996, p. 20). Distorcer as informações é um modo capaz de desestabilizar e prejudicar indivíduos e instituições, reforçando as posições dos que propagam essas falsidades.

DESINFORMAÇÃO E DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

Nos últimos anos, especialmente durante a pandemia de COVID-19, as redes sociais tiveram um crescimento significativo, impactando a vida das pessoas. Com isso, tornou-se ainda mais acessível expressar opiniões sobre qualquer assunto. No entanto, esse ambiente propício à livre expressão também abriu espaço para o surgimento de opiniões infundadas e tendenciosas. Com isso, destacam-se dois fenômenos: a desinformação e o discurso de ódio.

Desinformação

A desinformação é um fenômeno complexo e preocupante que tem ganhado destaque nas últimas décadas. Ela engloba um conjunto de ações que visam disseminar informações imprecisas ou enganosas com o propósito de influenciar o pensamento e o comportamento das pessoas.

Segundo o Conselho da União Europeia (2018), a informação falsa consiste em conteúdo falsificado, criados deliberadamente com o

objetivo de causar danos. Muitas vezes ela está associada a interesses políticos, econômicos ou ideológicos.

O grande problema é que o conteúdo expresso nesses discursos são um conjunto de enunciados, que por vezes não possuem a devida aproximação para estarem juntos e não obedecem às normas da formação discursiva, conforme apresentado.

Isso fica ainda mais problemático quando o conteúdo da desinformação está marcado pelo discurso de ódio, uma vez que ele promove estereótipos e preconceitos. Esse tipo de discurso resulta em discriminação e violência.

Discurso de ódio nas redes sociais

Segundo o *Guia para análise de discurso de ódio* da Fundação Getúlio Vargas (2023, p. 4),

discursos de ódio são manifestações que avaliam negativamente um grupo vulnerável ou um indivíduo enquanto membro de um grupo vulnerável, a fim de estabelecerem que ele é menos digno de direitos, oportunidades ou recursos do que outros grupos ou indivíduos membros de outros grupos, e, consequentemente, legitimar a prática de discriminação ou violência. Aquele que profere o discurso de ódio é aqui denominado o orador, aqueles a quem o discurso se dirige são a audiência e aqueles que são negativamente avaliados pelo discurso de ódio são o alvo. O grupo vulnerável é aquele que está mais propenso a sofrer violência ou discriminação em comparação com outros grupos sociais.

Portanto, o discurso de ódio é um enunciado que vai além da mera expressão de opiniões com o objetivo de insultar ou intimidar, mas propagar o ódio. Tais discursos fundamentam-se em preconceitos

arraigados, menosprezando e hostilizando grupos vulneráveis da sociedade.

Esses discursos estão pautados em ataques à raça, religião, gênero, orientação sexual, entre outras características. A marca forte é reforçar estereótipos para depreciar o outro.

O discurso de ódio não está limitado apenas a indivíduos ou grupos isolados. Ele pode ser amplificado e disseminado por instituições de poder, como no contexto político das eleições presidenciais de 2018 e 2022 no Brasil, conforme afirma Marie Santini (2021, p. 122). Nessas ocasiões, grupos deliberadamente buscaram minar a reputação de indivíduos e reforçar discursos misóginos, xenófobos, entre outros, utilizando táticas de manipulação e distorção de dados da realidade.

Um exemplo proeminente é o denominado "Gabinete do ódio", cuja atuação ganhou considerável notoriedade durante as eleições presidenciais de 2018. Esse grupo, por meio de estratégias na internet, disseminou deliberadamente informações falsas com forte apelo ao ódio contra seus opositores, conforme matéria do jornal Estadão (2022).

Os enunciados utilizados nas postagens fabricadas, muitas vezes, estão pautados na formação discursiva religiosa e política, com características fundamentalistas. Isso agrada muitas pessoas, nas várias classes sociais, principalmente porque “[...] há um mecanismo muito sutil presente nesse complexo mundo virtual. A partir da estimulação de paixões ou emoções individuais, confirmadas em grupo [...]” (ALMEIDA, 2021, p. 24).

Por isso, é importante compreender o contexto em que tais enunciados surgem e qual é a influência deles na formação de novos discursos.

FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E POLÍTICO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O processo de fabricação de informações imprecisas com enunciados religiosos está intimamente ligado ao fundamentalismo religioso, pois representa uma abordagem rígida e inflexível das crenças religiosas, muitas vezes levando à exclusão e à intolerância para com aqueles que não compartilham os mesmos princípios. No contexto político, o uso da religião como instrumento de manipulação e controle é uma ameaça à democracia e à liberdade individual.

Segundo o teólogo Leonardo Boff, o fundamentalismo religioso consiste em

[...] uma forma de interpretar e viver a doutrina. É assumir a letra das doutrinas e normas sem cuidar de seu espírito e de sua inserção no processo sempre cambiante da história, que obriga a contínuas interpretações e atualizações, exatamente para manter sua verdade essencial. Fundamentalismo representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista. (BOFF, 2002, p. 25)

Os grupos fundamentalistas, aqui iremos nos ater à reflexão do fundamentalismo religioso cristão, não se preocupam com os fundamentos bíblico-teológicos com um viés hermenêutico, mas se apegam à literalidade dos textos e das tradições. É importante destacar que os textos bíblicos e os documentos da Igreja foram escritos em uma

determinada época, com uma mentalidade específica e para um determinado povo, seguindo enunciados próprios do tempo.

Com seus mais de dois mil anos de existência, a Igreja Católica recebeu como herança um arcabouço cultural muito grande dos povos judaicos, gregos e romanos. Com o passar do tempo, ela foi condensando, na medida do possível, a formação discursiva de cada uma dessas tradições e formulando a sua própria, transmitindo de geração em geração.

É válido destacar que na formação discursiva cristã-católica estão o cuidado aos mais pobres, os famintos, a valorização da justiça e da dignidade humana, entre outros enunciados que tocam o âmbito social, apesar de não ser essa a sua finalidade, mas consequência da fé. Partindo de Jesus Cristo¹, passando pela tradição dos Padres da Igreja, em especial São João Crisóstomo, e os documentos do Magistério Pontifício, como a *Rerum Novarum*, *Pacem in Terris*, *Centesimus Annus*, Compêndio da Doutrina Social da Igreja, entre outros, a Igreja faz a experiência de colocar aquilo que reza na prática.

Mesmo não estando correlacionados, existem enunciados que são de pauta cristã e que estão na formação discursiva político-social, como é o caso da fome, da justiça, os valores e nem por isso a Igreja Católica apoia um ou outro partido político. Faz parte de sua essência o cuidado ao próximo.

¹ Destacamos a citação bíblica do discurso de Jesus na sinagoga em Nazaré (Lc 4,18-19): “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor.”

Isso ficou evidente no período eleitoral brasileiro de 2018 a 2022, uma vez que candidatos, em especial a presidência da república, apoiaram fortemente seus discursos em enunciados marcados por um anticomunismo e uma ênfase na moralidade e nos valores religiosos.

É importante destacar a perspectiva do anticomunismo, uma vez que essa problemática possui profundas raízes históricas e políticas. Esse enunciado ganhou forma principalmente durante a Guerra Fria (1947-1991), quando o mundo estava dividido entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética. Como o Brasil era aliado aos interesses dos EUA, o anticomunismo tornou-se parte dessa aliança, temendo a expansão do comunismo na América Latina.

Além disso, o que favoreceu o medo da instauração do comunismo foi o período do Regime Militar no Brasil (1964-1985), em que movimentos de esquerda e comunistas foram duramente perseguidos. Nesse período, houve a contribuição de alguns representantes da Igreja Católica, principalmente motivados por documentos papais que condenavam tal ideologia.²

Por tais motivos, criou-se uma formação discursiva de que o comunismo representava uma ameaça à estabilidade e à liberdade do país. Muitos brasileiros, ainda hoje, temem a instauração de tal regime por medo de perderem a liberdade individual e a imposição de um governo autoritário.

² A Igreja se posicionou contra o comunismo e o liberalismo econômico, de modo específico na Encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII. O aspecto do comunismo tomou mais força e repercussão devido outros posicionamentos pontifícios condenando-o.

Muitos políticos, utilizam dessa formação discursiva para depreciar as questões sociais e tudo o que está relacionado à partidos de esquerda. Prova disso é o jargão “nossa bandeira nunca será vermelha”, em uma relação à cor utilizada pelo comunismo, conforme lembra Reinaldo Azevedo para a Veja (2020).

Além disso, é possível perceber a crescente influência de grupos religiosos conservadores na política brasileira. Muitos parlamentares eleitos em 2018 eram ligados a esses grupos, e eles desempenharam um papel significativo no estímulo da formação discursiva política conservadora.

É importante destacar que alianças entre Estado e Igreja já foram feitas no passado (MATOS, 2009, p. 91) e isso foi algo danoso para ambos os lados. Atualmente não há um acordo de participação direta, mas a influência da formação discursiva religiosa, sobretudo pentecostal, influência nas decisões estatais.

Portanto, existe no cenário brasileiro atual a formação discursiva política aproximada da formação discursiva religiosa, ambas com características fundamentalistas que formam uma nova formação discursiva para atacar posicionamentos contrários aos seus e promover determinados grupos.

Essa nova formação discursiva, que relaciona religião e política, encontrou espaço na sociedade para propagar desinformação e ataques contra várias pessoas, dentre elas Dom Pedro Odilo Scherer, cardeal arcebispo de São Paulo. Isso mostra como enunciados religiosos alinhados à política, podem se tornar uma arma poderosa para a

propagação de desinformação e assim difamar líderes religiosos, colocando em descrédito os seus discursos.

O DISCURSO DO CARDEAL SCHERER E A ASSIMILAÇÃO COM O COMUNISMO

Nosso percurso feito até aqui apresentou sob o aspecto teórico, como os enunciados são organizados em formações discursivas e como se dá a aproximação entre elas. Além disso, apresentamos que no processo de elaboração da desinformação são utilizadas diferentes formações discursivas, com alguns enunciados comuns, na busca de convencer e distorcer a informação.

Veremos agora, por meio da análise de uma série de declarações na rede social *Twitter*, os efeitos da aproximação entre formação discursiva religiosa e formação discursiva política, com o objetivo de propagar o ódio por meio da desinformação.

No auge da corrida presidencial de 2022, já na preparação para o segundo turno, o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Pedro Odilo Scherer, publicou na manhã do dia 16 de outubro no *Twitter*:



Dom Odilo Scherer
@DomOdiloScherer

...

A fé em Deus permanece depois das eleições;; assim, os valores morais, a justiça, a fraternidade, a amizade, a família... vale a pena colocar tudo isso em risco no caldo da briga política?

08:15 · 16/10/2022 de Earth

Reposts do **605** **114** comentários

6.329 Curtidas **17** Itens Salvos

O cardeal em momento algum fez referência a um partido político, mas somente questionou se vale a pena colocar em risco os enunciados que fazem parte da formação discursiva cristã-católica (valores morais, a justiça, a fraternidade, a amizade, a família) por conta de disputas políticas. Além disso, é importante destacar que o arcebispo parte do enunciado fundamental da formação discursiva cristã-católica, que é a fé em Deus, algo que demarca o diferencial das demais formações discursivas que estão sendo colocadas em aproximação.

No processo de escrita, o cardeal utilizou enunciados que podem fazer fronteira com a formação discursiva política, seja da direita ou da esquerda, mas demarca que no que tange a religião esses enunciados devem estar em torno da fé em Deus, que segundo ele, permanecerá após o processo eleitoral.

A postagem gerou uma série de comentários, compartilhamentos e foi motivo para o prelado sofrer ataques de diversas formas. Muitos seguidores proferiram xingamentos e o associavam ao Partido dos Trabalhadores e ao comunismo. Além das

ofensas ao arcebispo, foram feitos ataques a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e ao Romano Pontífice Francisco, isso até mesmo por membros da própria comunidade eclesial.

No fim da tarde, o cardeal retornou a rede social para fazer uma nova declaração:



Dom Odilo Scherer
@DomOdiloScherer

...

Olá, gente boa: eu só coloquei uma questão e fiz uma pergunta: vale a pena? Está bem, o debate de poucas horas já deu matéria para escrever um livro... Mas não era preciso xingar tanto quem fez a pergunta. Calma, povo! Depois das eleições, todos precisam continuar a viver juntos!

16:49 · 16/10/2022 de Earth

Reposts do **746** **80** comentários

12,5k Curtidas **22** Itens Salvos

O segundo pronunciamento de sua eminência foi marcado por um tom mais explicativo, em que ele diz a sua intenção em propor a

discussão na postagem anterior. A declaração foi uma reação aos ataques de ódio³ contra ele, conforme sua afirmação em um depoimento⁴.

Com o aumento significativo de interações discursivas de diversas formas, fez-se necessário uma nova declaração do cardeal. Assim ele disse:



Nesta postagem, o cardeal trouxe uma espécie de profissão de fé, destacando o aspecto de que Cristo é o Salvador e coloca a Palavra de Deus como seu amor, antes mesmo da instituição. Ele elenca novamente enunciados que são próprios da formação discursiva cristã-católica, mas agora deixa expresso que não aprova comunismo e

³ Em depoimento, o Cardeal Scherer, ele afirmou que: “Tratou-se de uma discussão que surgiu quando eu mesmo levantei uma reflexão ao indagar se valia a pena colocar em risco, no calor da discussão política, os valores morais, a justiça, a fraternidade, a amizade, a família, ressaltando que a fé em Deus permanece depois das eleições. Então, começaram as interações de todo o tipo, inclusive, daqueles que me chamaram de “comunista” a partir do fato de eu aparecer com a veste cardinalícia vermelha na fotografia do meu perfil.”

⁴ Tratou-se de um depoimento espontâneo concedido pelo Cardeal Scherer para a realização desta pesquisa, conforme resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

fascismo, trazendo enunciados puramente políticos. Além disso, ele destaca a sua comunhão com o papa e, conseqüentemente, com toda a Igreja e sua formação discursiva própria.

As relações feitas nos comentários, foram as mais diversas. A maioria com caráter depreciativo da figura do cardeal, como “padreco defendendo comunismo”; “estranho é um bispo apoiar um candidato que apoia o aborto”, entre outros. Porém merece destaque a seguinte:

Em resposta a @DomOdiloScherer

Se está em comunhão com este papa da cor da sua vestimenta já danou tudo.



O comentário de um seguidor do cardeal faz referência a expressão “estou em comunhão com o papa”, colocada pelo arcebispo na última postagem e merece destaque, pois a pessoa fez uma relação com o enunciado vermelho da veste coral que o cardeal utiliza, com o enunciado vermelho do comunismo através da figura do papa, uma vez que o mesmo já foi associado ao comunismo várias vezes devido os seus posicionamentos.

Ora, se o papa é vermelho e o bispo apoia o papa, o bispo também é vermelho. Se o papa é comunista e o bispo apoia o papa, o bispo também é comunista.

O purpurado, em poucos instantes, fez uma postagem em sequência da anterior



Dom Odilo Scherer
@DomOdiloScherer

...

Se alguém estranha minha roupa vermelha (perfil), saiba que a cor dos cardeais é o vermelho (sangue), simbolizando o amor à Igreja e prontidão ao martírio, se preciso for. Deus abençoe a todos. Mas... ninguém machuque ninguém!

18:29 · 16/10/2022 de Earth

Reposts do **5.419** **1.111** comentários

60,8k Curtidas **195** Itens Salvos

A postagem do cardeal é de exortação as pessoas que acham estranho a sua veste coral ser vermelha, por uma assimilação com o comunismo, uma vez que o enunciado vermelho faz parte da formação discursiva cristã católica e da formação discursiva política (comunismo). Para ele, essa cor simboliza para a formação discursiva religiosa o sangue como prontidão ao martírio e o amor à Igreja.

Em seguida, Dom Scherer apresenta uma preocupação



Dom Odilo Scherer
@DomOdiloScherer

...

Tempos estranhos esses nossos! Conheço bastante a história. Às vezes, parece-me reviver os tempos da ascensão ao poder dos regimes totalitários, especialmente o fascismo. É preciso ter muita calma e discernimento nesta hora!

18:26 · 16/10/2022 de Earth

Reposts do **5.624** **274** comentários

37,1k Curtidas **98** Itens Salvos

Ele traz a marca histórica dos regimes totalitários, que tinham por característica massificar as pessoas e imprimir tal ideologia capaz de uma doutrinação radical. O simples fato de cristãos católicos estarem atacando alguém que é considerado pela diplomacia como um “Príncipe da Igreja”, é sinal de que a formação discursiva política dominou completamente a singularidade de cada um.

Isso mostra a força que a formação discursiva religiosa associada a formação discursiva política possui principalmente quando são feitas para depreciar pessoas e disseminar ódio e desse modo ganham um outro sentido e provocam um efeito de desinformação e propagação de uma inverdade.

É importante destacar que os ataques foram a um cardeal da Igreja Católica, que ocupa um lugar importante na hierarquia da Igreja, são responsáveis na escolha do Romano Pontífice, ajudam nas tomadas de decisões da Igreja, ocupam funções administrativas e de organização interna da instituição. Ao fazerem isso, foi possível dar certo descrédito ao discurso do cardeal e isso fica claro com expressões: “a Igreja não é comunista”; “bispo defendendo aborto”.

Por fim, o cardeal afirma:



Dom Odilo Scherer
@DomOdiloScherer

...

Para ser mais claro: parece-me reviver os tempos da ascensão do fascismo ao poder. E sabemos as consequências...

18:55 · 16/10/2022 de Earth

Reposts do **10,4k** **777** comentários

71,7k Curtidas **269** Itens Salvos

O cardeal retoma o dado histórico, para trazer à memória os efeitos que o fascismo trouxe para a humanidade e na percepção dele, o contexto sociopolítico é bem similar ao do surgimento deste regime totalitário.

As seis postagens podem ser lidas como um único discurso. Elas apresentam claramente a formação discursiva cristã católica e como ela é marcada pelo diferencial do enunciado da fé em Deus. Por mais que existam aproximações de alguns enunciados com a formação discursiva político-partidária, a finalidade da Igreja é diferente dos partidos políticos.

No caso de Dom Scherer, vimos que essa aproximação manipulada e intencional cria uma formação discursiva com enunciados de ódio. Ao fazerem isso, pretende-se tirar a credibilidade no discurso de um representante da Igreja Católica, instituição milenar que possui peso social e influência significativa. Essas tentativas de difamação não apenas afetam a imagem do líder religioso individualmente, mas

também a confiança das pessoas na instituição, que por vezes já estão afetadas com o conflito político.

No depoimento, o cardeal afirmou que

a primeira coisa que é preciso compreender é que a Igreja tem um papel que lhe é próprio: anunciar o Evangelho. A Igreja, assim como suas instituições representativas, não é seletiva de ideologias ou de posições partidárias. Ela está na sociedade, é parte dela, e, através da ação das suas organizações, procura formar as pessoas em função dos valores, do reconhecimento do próximo, da dignidade humana e do amor à verdade. Este é o papel formador que a Igreja tem na sociedade.

Com isso, ele reforça o enunciado central da Igreja Católica e seu papel na sociedade, que transcende as divisões político-partidárias. Ele destaca que anunciar o Evangelho e promover valores universais, como o respeito ao próximo, a dignidade humana e o amor à verdade, são próprios da formação discursiva cristã católica e essa não pode abrir mão disso por conta de disputas de poder.

CONCLUSÃO

O caso do cardeal arcebispo de São Paulo durante as eleições de 2022 no Brasil, serve como um alerta sobre os perigos da aproximação de enunciados com o objetivo de condensar discursos e ascender ao poder. Tais aproximações geram uma formação discursiva recheada de ódio e estimula o ataque a qualquer pessoa ou instituição que levanta a voz para defender os valores, como os cristãos.

Esse estudo possibilitou a compreensão de que existe uma relação entre desinformação e discurso de ódio, principalmente

amparados pela abordagem teórica de Foucault, percebendo como os discursos são produzidos, controlados e empregados como instrumentos de poder na sociedade. A desinformação emerge como uma estratégia de manipulação do discurso, recolhendo enunciados de diversas formações discursivas.

Nesse sentido, é essencial que as instituições religiosas, a mídia, os líderes políticos e os cidadãos trabalhem juntos para construir uma sociedade mais crítica diante das informações que lhe são apresentadas. É fundamental que os cidadãos estejam atentos à manipulação da informação, questionem fontes duvidosas e busquem informações verificadas antes de aceitarem algo como verdade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, André Bocatto de. Consciência cristã e fundamentalismo religioso no Brasil: uma análise sobre os impactos políticos-midiáticos na formação da consciência crítica. *Protestantismo em Revista*. São Leopoldo, v.47, n. 01, p. 18-31, 2021.
- AZEVEDO, Reinaldo. O 15 de março: “A nossa bandeira jamais será vermelha”. *Veja*, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-15-de-marco-3-a-nossa-bandeira-jamais-sera-vermelha>. Acesso em: 02 out. 2023.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM*. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- BOLSONARO e o “gabinete do ódio”: entenda as investigações da PF. *Estadão*, 2022. Disponível em: IGI Global, 2018. p. 1-33. <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-e-o-gabinete-do-odio-entenda-as-investigacoes-da-pf/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

- COMISSÃO EUROPEIA. *A União Europeia e o combate à desinformação*. 2018. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/coronavirus/fighting-disinformation/>. Acesso em: 15 set 2023.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Guia para análise de discurso de ódio*. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28626/Guia%20de%20An%C3%A1lise%20de%20Discurso%20de%20%C3%93dio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 set 2023.
- MATOS. Henrique Cristiano José de. *Introdução à história da Igreja*. 6. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2009.
- SANTINI, R. Marie. A indústria da desinformação: fábrica de mentiras, adtechs e as novas formas de resistência. In: ANDRADE; Ivanise Hilbig de; PESSOA, Sônia Caldas; PRATA, Nair (org.). *Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?* São Paulo: Intercom, 2021, p. 122-138.
- SCHERER, Dom Odilo. *A fé em Deus permanece depois das eleições [...]*. São Paulo, 16 out. 2022. Twitter: @DomOdiloScherer. Disponível em: https://x.com/DomOdiloScherer/status/1581604866245304320?t=F_vNTaPeg79fospKuXqPGQ&cs=08. Acesso em: 21 out. 2022.
- SCHERER, Dom Odilo. *Alguém tem dúvidas? Creio em Deus [...]*. São Paulo, 16 out. 2022. Twitter: @DomOdiloScherer. Disponível em: https://x.com/DomOdiloScherer/status/1581757880860307458?t=qkjGTEcb6HmhSX6jsD_n_w&cs=08. Acesso em: 21 out. 2022.
- SCHERER, Dom Odilo. *Olá, gente boa: eu só coloquei uma questão [...]*. São Paulo, 16 out. 2022. Twitter: @DomOdiloScherer. Disponível

em:<https://x.com/DomOdiloScherer/status/1581733996240592896?t=meEo9M9Ga-nYU-KSfzEVoQ&cs=08>. Acesso em: 21 out. 2022.

SCHERER, Dom Odilo. *Para ser mais claro: parece-me reviver [...]*. São Paulo, 16 out. 2022. Twitter: @DomOdiloScherer. Disponível em: https://x.com/DomOdiloScherer/status/1581765813371273216?t=ZqFVOed5toC1g00_s_5RHg&cs=08. Acesso em: 21 out. 2022.

SCHERER, Dom Odilo. *Se alguém estranha minha roupa vermelha (perfil) [...]*. São Paulo, 16 out. 2022. Twitter: @DomOdiloScherer. Disponível em: <https://twitter.com/DomOdiloScherer/status/1581759184013787137?t=kfv369dlsC6VN5JWYemfVA&cs=08>. Acesso em: 21 out. 2022.

SCHERER, Dom Odilo. *Tempos estranhos esses nossos [...]*. São Paulo, 16 out. 2022. Twitter: @DomOdiloScherer. Disponível em: <https://x.com/DomOdiloScherer/status/1581758484848463872?t=qHf4BttYOYbBzICO0EQmow&cs=08>. Acesso em: 21 out. 2022.

CAPÍTULO 5

COLONIZAÇÃO DE DADOS: *FAKE NEWS* E O ESTAR DO HOMEM NO MUNDO

Gisleule Maria Menezes Souto

Rane Ferreira Rios Hollanda Cavalcante de Morais

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo não é apenas uma nova forma de ordenamento econômico, mas uma nova razão do mundo.

Esta racionalidade vigente influencia a formação de novos sujeitos cuja existência é obrigada a se adequar a esta nova forma de entender e explicar o mundo.

Ademais, o neoliberalismo impõe aos sujeitos inseridos neste contexto um universo de competências, concorrência e consumo, que lhes impõe constantemente a necessidade de fazer escolhas.

Neste contexto, a existência passa a ser vista como o resultado das escolhas individuais e autônomas, porém o neoliberalismo molda os valores assumidos pelo neossujeito para que atenda a lógica do mercado.

As tecnologias da informação e da comunicação se espalharam para os mais diversos âmbitos da experiência humana, e o neossujeito se vê à mercê de uma realidade virtual, de modo que o virtual se transforma em uma técnica de gestão que visa transformá-lo e vigiá-lo em todos os domínios de sua vida.

O direito a informação tem importante função social e política, permitindo que o neossujeito possa formar suas próprias convicções e

tomar decisões, inclusive mediante aceitação, repasse e rejeição de *Fake News*.

A partir do instante em que, as plataformas online se consolidaram como as mediadoras da vida, criou-se um problema de legitimidade social devido a forma como as informações são disseminadas e consumidas.

Diante do exposto, faz-se necessário indagar qual o papel da tecnologia no contexto da existência e qual o perigo das *Fake News* para o estar do homem no mundo?

Visando percorrer o caminho proposto com o objetivo de responder as inquietações supramencionadas, inicialmente, fazer-se-á uma breve explanação sobre a racionalidade liberal, e como a lógica de mercado influência nas escolhas do neossujeito.

Ainda, na esteira do neoliberalismo e sua racionalidade liberal, dissertaremos, sucintamente, sobre a fábrica de sujeitos e sua relação com a tecnologia de vigilância e, o controle que exerce sobre o neossujeito, bem como, a questão da colonização dos dados. Por último, versaremos sobre os perigos enfrentados pela sociedade em tempos de *Fake News* e sua implicabilidade na existência.

RACIONALIDADE NEOLIBERAL: A RESSIGNIFICAÇÃO DO SUJEITO

Uma das nuances mais significativas da vida do homem na contemporaneidade, encontra-se circunscrita a ideia do neoliberalismo¹ e, que neste contexto, pode ser definido como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência [...]”. (dardot; laval, 2016, p. 17), que dita certas normas, “empregando técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades”. (dardot; laval, 2016, p. 21). Segundo os autores supracitados, o neoliberalismo pode ser compreendido como uma nova “razão de mundo” ou, mesmo, como um modo de ser-no-mundo; tendencialmente totalizante, voltado à produção de efeitos em todas as esferas da existência, cujos dispositivos direcionam-se à obtenção de lucro e, aos interesses do mercado. (dardot; laval, 2016).

Ademais, tais normas impõem ao neossujeito viver em um universo de competência e consumo generalizado, cuja existência é permeada pelas escolhas:

¹ O neoliberalismo nasceu como uma reação à forma assumida pelo capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, caracterizada pela presença decisiva do Estado na esfera econômica, enquanto expressão do pacto social-democrata.

[...], entretanto não é o herdeiro natural do primeiro liberalismo, assim como não é seu extravio nem sua traição. [...] não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado, a direitos ou ao cálculo da utilidade, mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como do governo de si. Considerando uma *racionalidade* governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34).

Essa lógica que consiste em dirigir indiretamente a conduta é o horizonte das estratégias neoliberais da promoção da ‘liberdade de escolher’. Nem sempre distinguimos a dimensão normativa que necessariamente lhes pertence: ‘a liberdade de escolher’ identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha ‘com toda liberdade’ o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 216)

Tais escolhas se baseiam na proclamação da autonomia de cada um, o que leva o neossujeito a acreditar que vive um intenso período de libertação, ou seja, é livre para escolher². Porém, ao vivenciar esta sensação de que escolhe a partir de seus interesses, o neoliberalismo possibilita a criação de condições para que assuma valores baseados na lógica do mercado³, por exemplo, da concorrência e ou competição.

No entanto, o caráter disciplinar e normativo da estratégia da escolha revela-se quando observamos que

[...] a ‘liberdade de escolher’ se identifica de fato à obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora no interior de um quadro legal, institucional, [...] relacional, que deve justamente ser construído para que o indivíduo escolha ‘com toda liberdade’ aquilo que ele deve obrigatoriamente escolher em nome de seu próprio interesse. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 300)

Entretanto, a realidade é que os neossujeitos estão cada vez mais propensos as severas, imprevisíveis e imperdoáveis demandas das forças

² ‘A liberdade da escolha’ é um tema fundamental das normas de condutas dos sujeitos. Parece que é impossível conceber um sujeito que não seja ativo, calculista, à espreita das melhores oportunidades. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 223).

³ O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo auto educador e autodisciplinar, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. (DARDOT; LAVAL, 2016, 141).

de mercado, e aos tipos de juízos impessoais, que os avaliam em termos de cálculos de custo-benefício dos riscos econômicos, responsabilidade financeira, produtividade, eficiência, conveniência, submetidos aos mais diversos mecanismos de vigilância⁴, e, conseqüentemente, as escolhas induzidas por mensagens publicitárias e estratégias de *marketing* facilitadas pelos desenvolvimentos tecnológicos que ampliaram a gama de produtos e canais de difusão da massa média⁵.

Ainda que exemplos sobre o conteúdo supramencionado tenham aumentado nas últimas décadas, o construtivismo da racionalidade neoliberal não apenas produz a forma subjetiva do capital humano, mas fabrica também os critérios e modalidades de valorização de si, as maneiras de utilizar as competências e os ideais que orientam aqueles usos, dentre os quais, a realização do interesse individual, a eficácia, o desempenho, tendo sempre como horizonte a concorrência.

A FÁBRICA DE SUJEITOS: TECNOLOGIA E REDES SOCIAIS.

Ao abolir qualquer valor comum visando o horizonte da concorrência, a racionalidade neoliberal, fundada na

Governabilidade empresarial está ligada a uma racionalidade de conjunto que tira força de seu próprio caráter abrangente, já que permite descrever as novas aspirações e as novas condutas dos sujeitos, prescrever os modos de controle e influência que devem ser exercidas sobre eles em seus comportamentos e redefinir as missões e as formas da ação pública. Do sujeito ao Estado,

⁴ A desconfiança como princípio e a vigilância avaliativa como método são traços mais característicos da nova arte de governar os homens. (DARDOT; LAVAL, 2006, p. 319).

⁵ O espaço público é construído cada vez mais pelo modelo do global shopping Center. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 304).

passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser ‘bem-sucedido, assim como o modo de ser ‘guiado’, ‘estimulado’, ‘formado’, ‘empoderado’ para cumprir seus objetivos. Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteiras responsabilidades por eventuais fracassos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 308)

A aliança entre racionalidade e governabilidade empresarial⁶ fabrica um “homem novo”, privado de sua faculdade de julgar, formado em todas as flutuações identitárias e aberto a quaisquer conexões comerciais, cuja tendência é transformar este sujeito “fabricado” em uma mercadoria, pois “no novo mundo da ‘sociedade em desenvolvimento’ o indivíduo não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço em um mercado.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 335). A ideia da empresa de si mesmo “supõe uma integração da vida pessoal e profissional [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 335) visando, portanto, esta integração, o neossujeito aceita determinadas condições de desempenho, de concorrência e de vigilância e, este é constantemente submetido a situações de vulnerabilidade.⁷ Diante do exposto, é possível estabelecer uma relação entre a fábrica de sujeitos produzida pela ‘nova razão do mundo’ e a

⁶ O homem neoliberal fruto desta racionalidade é “adestrado” pela lógica de mercado cuja existência se caracteriza por uma busca incessante pela realização profissional, bem como pelo sucesso social, porém tal existência é permeada pelo medo do fracasso e, portanto, este é responsável por toda escolha

⁷ O sujeito no trabalho parece mais vulnerável na medida que, a gestão exige dele um comprometimento integral de sua subjetividade. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 363).

tecnologia que propicia ao neossujeito frequentar vários espaços ao mesmo tempo bem como, ser competitivo, uma vez que “surtem novos espaços e velocidades, que se metamorfoseiam e se bifurcam a nossos pés, forçando-nos à heterogênesse”. (LÉVY, 2011, p. 34).

As tecnologias da informação e da comunicação se espalharam para os mais diversos âmbitos da experiência humana. Segundo Levy (2011), existe um movimento geral de virtualização⁸ que afeta hodiernamente não apenas a informação e a comunicação, mas, também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência; as características elencadas são, segundo Dardot e Laval (2016), próprias do sujeito neoliberal em formação, uma vez que, “não faltam hoje descrições do homem hipermoderno, impreciso, flexível, precário e sem gravidade.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 337). Essas nuances revelam uma condição nova do homem, a qual para alguns, afetaria a própria economia psíquica, que moldada pelos avanços tecnológicos, propicia a transformação do indivíduo. Somente dentro da moldura da racionalidade neoliberal é possível construir uma chave de compreensão para fenômenos socio-tecnológicos que ameaçam a sociedade na atualidade. Nas redes sociais, o neossujeito constrói a si mesmo na medida em que faz uma espécie de curadoria, retuitando no *Twitter*,

⁸ A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma entidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma 'solução'), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático. (LÉVY, 2011, p. 17-18)

compartilhando no *Facebook* e construindo uma personalidade *online* com base em fragmentos de textos e informações já existentes na *web*.

Recentemente, experimentou-se um giro na forma de participação nas redes sociais, que deixou de ser conversacional ou confessional, que não busca revelar ou expor opiniões, mas gerar engajamento. A escrita, somada à repetição inerente aos compartilhamentos, fez emergir um novo tipo de verdade, uma nova forma de relacionamento entre verdade e subjetividade.

A verdade é subjetivada na medida em que pode ser reescrita a cada incorporação e compartilhamento, uma vez que não é necessário reportar-se a nenhum dado objetivo ou externo a si para cumprir a lógica neoliberal de controle; “a hiperinformação e a hipercomunicação gera precisamente a falta de verdade”. (HAN, 2017, p. 25).

A emergência de fenômenos como *Fake News*⁹ reflete um novo relacionamento do neossujeito consigo mesmo, na medida em que este produz, informa e se torna fonte da própria verdade; os novos meios de produção e consumo de informação na *internet*, as plataformas digitais, o modo como impactam e o debate impõe novos tipos de perguntas e adaptações as circunstâncias oriundas dessa nova verdade. Segundo Da Enpoli (2020, p. 24), “qualquer um pode crer na verdade, enquanto acreditar no absurdo é uma real demonstração de lealdade [...]”.

Esse neossujeito cria um ambiente, que Christian Dunker descreve como pós-verdade: “Um ambiente em que circunstâncias nas

⁹ Embora conceituado de maneira elástica, o termo *fake news* tem sido descrito pelos teóricos como “o fenômeno àquelas matérias inverídicas que aparentam ser fruto de apuração jornalística e cujo erro advém não de uma apuração ruim ou descuidada, mas de uma intenção maliciosa (busca de lucro econômico ou benefício político). (ORTELLADO, 2018)

quais fatos objetivos tem menos influência em moldar a opinião pública do que apelos às emoções e crenças pessoais.” (DUNKER, 2017, p. 23)

É nesse ambiente que se constrói uma noção artificial de uma comunidade, que é impactada por notícias falsas, organizada algoritmicamente, agregada por gostos, preferências e hábitos de navegação, potencializado pela possibilidade de distribuí-las instantaneamente na rede e, de direcionar essas notícias para interlocutores individualizados.

Plataformas como *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *Youtube* operam mecanismos de filtragem e indicação de conteúdo, baseados em formas avançadas de coleta de dados. A personalização de conteúdo é frequentemente exercida através de processos automatizados de decisão que determinarão o público-alvo das informações, possibilitando, por exemplo, a conexão direta entre emissores de conteúdos (jornalísticos e/ou publicitários) e comunidades específicas de interesse, de forma a aumentar a frequência de engajamento dos usuários com o provedor de aplicações.

Portanto, não apenas o neossujeito, mas a coletividade está sob controle; Controle este que obedece a lógica de mercado apregoada pelo neoliberalismo, fundamentada em manipulação dos desejos, direcionada ao consumo e competitividade.

“O excesso de exposição transforma tudo que está à mercê da corrosão imediata sem qualquer mistério. A economia capitalista submete tudo à coação expositiva. É só a encenação expositiva que gera valor, deixando de lado todo e qualquer crescimento das coisas.” (HAN, 2018, p. 25).

O neossujeito, no intuito de consumir mais informações, é manipulado a tacitamente renunciar a privacidade de seus dados.

Nick Couldry e Ulises Mejuas (2018) apontam que o controle algorítmico da sociedade é um novo estágio de capitalismo, em que a função do mercado ao invés de fazer circular bens, é circular dados, distribuindo informações sem recorrer a uma fonte centralizada ou verticalizada.

A vida social se torna, mundialmente, uma fonte aberta para a extração de dados que está de alguma forma a disposição do capital. Esses fluxos globais de dados são tão expansivos quanto a apropriação colonialista histórica de terra, recursos e corpos, ainda que o epicentro esteja de alguma forma deslocado (COULDRY; MEJIAS, 2018 p. 2).

Esse fenômeno é nomeado pelo autor como colonialismo de dados,

Colonialismo de dados combina as práticas predatórias de extração com métodos de quantificação abstrata da computação. Compreender Big Data em uma perspectiva Sul-Global significa compreender a atual dependência do capitalismo desse novo tipo de apropriação, que atua em todos os pontos do espaço onde pessoas ou coisas estão vinculadas às infraestruturas de conexão. O escalonamento dessa transformação significa que é prematuro mapear formas de capitalismo que emergirão dela em escala global. Assim como o colonialismo histórico a longo prazo forneceu as condições essenciais para a emergência do capitalismo industrial, da mesma forma, com o passar do tempo, acreditamos que o capitalismo de dados proverá as condições para um novo estágio de um capitalismo inimaginável, mas para o qual, a apropriação da vida humana por meio de dados será central. Nesse momento, a prioridade não é especular sobre aquele estágio eventual do capitalismo, mas resistir ao capitalismo de dados que

está se instalando. É assim que compreendemos Big Data partir do Sul. (tradução livre) (COULDRY; MEJIAS, 2018 p. 4)

O colonialismo histórico instaurou uma diretriz exploradora que foi posteriormente mascarada ideologicamente por discursos como “isso não é apropriação”, “isso não é roubo”. Tais fundamentos continuam presentes na atualidade.

As novas relações, mediadas por dados, revelam a limitação da escolha do sujeito em ter dados extraídos a cada vez que precisa aceitar termos e condições de um aplicativo ou plataforma digital. Não é coincidência que as plataformas que mais extraem dados são as empresas mais lucrativas do mundo. (COULDRY, MEIJAS, 2018b)

Na medida em que, os dados coletados na internet se tornam uma moeda valiosa, eles também se tornam ferramentas de dominação econômica da política. Isso é possível por meio dos algoritmos, que dão a esses dados (*big data*)¹⁰ um propósito e direção.

Dado que algoritmos são desenhados para serem comandos de decisão dentro de um código, insta compreender como algoritmos modulam as tomadas de decisões institucionais, comerciais e governamentais.

Tais decisões são tomadas não apenas com base em dados intrinsecamente, mas com base em dados analisados algoritmicamente. Os algoritmos escolhem, predizem e ordenam informações, podendo

¹⁰ Big data “é um termo utilizado para descrever um grande volume de dados, em grande velocidade e grande variedade; que requer novas tecnologias e técnicas para capturar, armazenar e analisar seu conteúdo; e é utilizado para abrilhantar a tomada de decisão, fornecendo introspecção e descobertas, e suportando e otimizando processos” (MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2011, p. 3).

modular o que é encontrado, priorizando ou tornando visível, por exemplo; essa escolha pode representar uma limitação de experiências e conexões sociais, de forma que o sujeito é continuamente exposto as mesmas pessoas, experiências, notícias e cultura.

Tal dinâmica torna necessário questionar o papel dos algoritmos no crescimento ou expressão do poder.

Mediante a leitura de Foucault (2004), David Beer (2017) aponta que o poder dos algoritmos transcende o código e integram um entendimento discursivo de desejabilidade e eficiência, na qual a menção do algoritmo é parte de um código de normalização. Há certa autoridade implícita no termo algoritmo, uma aura de confiabilidade, já que algoritmos são precisos e objetivos e, portanto, capazes de fundamentar algum tipo de racionalidade.

Revela-se, portanto, uma dupla natureza dos algoritmos: uma natureza computacional, como código de programação e uma natureza social, como curadores da realidade dotados de poder discursivo.

Os fenômenos tecnológicos não existem no vazio, só tomam tamanha proporção por estarem ancorados numa cosmovisão. A natureza social dos algoritmos produz impactos na razão, influenciados por interesses comerciais, agendas políticas, ideológicas e econômicas. O acesso à informação, aparentemente amplo, onde o neossujeito pensa ter completa liberdade para escolher o que quer, como e quando acessar encontra-se na verdade circunscrito a uma bolha.

[..] uma rede de informações que pretenda tornar-se o mais útil possível, buscando manter seu valor social, deveria tratar de maneira isonômica os dados vindos de todos os conteúdos, sites e

plataformas. Isto permite que a rede transporte todo tipo de informação e suporte todo tipo de aplicativo. (MAGRANI, 2014, p. 155)

A dinâmica das redes poderia construir encontros inesperados com argumentos não escolhidos previamente, que poderiam informar escolhas democráticas, uma vez que o neossujeito teria contato com realidades diversas da sua. Entretanto, a arquitetura da rede contribui para a manutenção de bolhas instrumentalizadas ocasionando um aumento de informações falsas.

FAKE NEWS E O ESTAR DO HOMEM NO MUNDO

Hodiernamente é notório que, as tecnologias abriram caminhos para o uso e consumo das mídias propiciando o surgimento das comunidades virtuais. A vida em uma comunidade virtual raramente transcorre sem conflitos, que podem ser expressos de forma brutal. De acordo com Levy (1999), nas contendas oratórias entre membros ou nas flames, durante as quais diversos membros espalham *Fake News*, ocasionam manipulações e enganações, pois o desenvolvimento dessas comunidades é permeado por contatos e interações. Ademais, não irreais, imaginários, mas defensores dos seus ideais sendo, portanto, um coletivo que se organiza por intermédio de um correio eletrônico e, segundo o autor supramencionado, são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do coletivo por contato.

Poder-se-á afirmar que o conteúdo propagado por essas comunidades é rapidamente absorvido criando *Fake News*, que

implicam diretamente no estar do homem no mundo afetando a forma como as pessoas comportam a partir das informações acessadas.

As *Fake News* produzem mentes e corpos aptos a disseminar boatos. Tais divulgações impõe uma normatização coletiva que disponibiliza *links* e o virtual multiplica as oportunidades de acesso que se realiza a distância.

O conteúdo das informações é disseminado rapidamente, o que demonstra o poder das tecnologias da “informação” ou “desinformação” na propagação das *Fake News*, mas, segundo Stanger apud Bezerra et al (2019), o que mais importa são as questões psicológicas e como as pessoas se comportam frente a ela.

Na disseminação das informações ou desinformações, utiliza-se antigas estratégias adotadas pelo *marketing* para induzir o consumidor a adquirir determinados produtos. Técnicas migraram para as redes sociais visando conseguir adeptos na divulgação das *Fake News* tornando possível a comunicação entre sujeitos geograficamente distantes. Entretanto, é possível que sujeitos dispersos estabeleçam relações por meio do compartilhamento de informações ou desinformações; na qual, cada membro de uma comunidade virtual lê e reproduz o conteúdo.

As informações são transferidas virtualmente e qualquer sujeito pode acessá-la. As trocas de mensagens se realizam por meio da tecnologia, haja vista que cada neossujeito tem a sua disposição uma rede de tecnologias para receber e enviar conteúdo. A normatividade das sociedades tecnológicas impôs uma normatização coletiva que

disponibiliza *links* de acesso, onde o virtual multiplica determinado conteúdo. O acesso a eles está disponibilizado no ciberespaço e todos aqueles que possuem um endereço eletrônico, um aparelho tecnológico, acessam as informações que podem ser facilmente apagadas, modificadas pelo receptor, sem detectar sua veracidade, e estabelecer um diálogo presencial. O correio eletrônico permite enviar o mesmo conteúdo para vários sujeitos, o que origina a comunicação de coletivo para coletivo.

O neossujeito consome e compartilha *Fake News* sem se preocupar se está sendo ou não manipulado por meio de estratégias psicológicas e comportamentais e as consequências na sua existência.

Ao receber e disseminar uma *Fake News*, o neossujeito possui uma ilusão a respeito de sua própria compreensão, mas na realidade sabe menos do que pensava saber. Às vezes, compartilha por obrigação ou com a intenção de demonstrar que domina o assunto, criando uma teia onde, o próprio propagador da mensagem, coloca-se como parte comprometendo-se com o que divulga, o que torna difícil assumir que disseminou uma informação falsa, uma vez que, a retratação ocasiona vergonha em assumir que também foi “manipulado”.

Diante do exposto, podemos auferir que notícias falsas penetram mais facilmente nas redes sociais e se espalham de forma rápida impactando de forma negativa o estar do homem no mundo.

O ser-no-mundo absorve diariamente um grande volume de informações falsas que viraliza rapidamente independente do perfil do usuário e, de acordo com as *Fake News*, podem afetar a existência do

ser-no-mudo chegando a casos extremos de destruir a reputação, causar prejuízos morais e/ou financeiros, e até mesmo causar a morte.

A questão do compartilhamento também é influenciada pelo poder de opinião e as falsas informações são narradas e disseminadas por pessoas que influenciam a percepção dos demais. No dizer de Empoli (2020), fato de serem constantemente repetidas aumenta sua credibilidade e, como mencionado anteriormente, geram consequências afetando a existência seja dos autores, das vítimas. O espectador se torna ator, sem nenhuma distinção de instrução, classe social, religião, profissão. A opinião do criador da *Fake News* passa a valer tanto ou mais que a do *expert*, uma vez que a máscara coletiva se mudou para a *internet*, onde o anonimato tem o mesmo efeito da desinibição que tempo atrás nascia no momento de se vestir uma fantasia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades neoliberais da atualidade emergem como modelos alternativos a sociedades disciplinares, dominadas por ordens e proibições. A sensação de liberdade oculta diversas formas de exploração, modulação de comportamentos e colonização cultural por processos incitados pelo mercado, governos e falsas informações.

A particularização do conhecimento e da experiência ocorre quando algoritmos predizem e personalizam conteúdo para cada pessoa. O ambiente virtual modulado algoritmicamente é simultaneamente resultado e fundamento de uma racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2019).

A presença *online*, essencial à manutenção da competitividade e da socialização desse neossujeito, impõe que ele frequentemente alimente as redes com dados. Em plataformas como *Google*, *Twitter*, *WhatsApp* e *Facebook*, a possibilidade de experimentar os recursos ao máximo é diretamente proporcional ao número de dados a elas entregues, haja vista que, “o algoritmo das redes sociais é programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo capaz de atraí-lo a plataforma com maior frequência” (EMPOLI, 2020, p. 12).

Ademais, os dados, quando não entregues espontaneamente, são minerados de fontes diversas, com pouca ou nenhuma transparência, em uma lógica exploratória, que tem fins colonizadores (COULDRY, MEJAS, 2018).

Essa prática, além de discriminatória por sua própria natureza, induz a formação de bolhas informacionais, bem como a padrões extremamente individualizados de consumo e a apropriação do conhecimento e da cultura, reforçando a disseminação de informação falsa, pois “o líder de um movimento que agregue as Fake News à construção de sua própria visão de mundo se destaca da manada dos comuns” (EMPOLI, 2020, p. 24).

Os disseminadores de *Fake News* possuem um entendimento de como os novos mecanismos de comunicação influenciam o estar do homem no mundo. A pulverização das *Fake News* pode proporcionar consequências desastrosas, irreversíveis e, em alguns casos, trágicas. As notícias falsas geralmente utilizam os mesmos recursos, ou seja, a emoção e as crenças pessoais das suas vítimas para fazê-las acreditar no

conteúdo fictício divulgado e para que se tornem agentes multiplicadores dessas notícias. Hodiernamente, existem notícias falsas sobre os mais variados assuntos, seja no âmbito da saúde, educação, alimentação saudável, história e política.

REFERÊNCIAS.

- BEER, David. The social power of algorithms. *Information, Communication & Society*. ago. 2016. 20:1, 1-13, DOI: 10.1080/1369118X.2016.1216147
- COULDRY, Nick and MEJIAS, Ulises. Data colonialism: rethinking big data's relation to the contemporary subject. *Television and New Media*. 2018. ISSN 1527-4764 (In Press)
- COULDRY, Nick. *Novo colonialismo não explora apenas riquezas naturais, explora nossos dados*. Denis Pacheco. Jornal da USP. 20 mai 2019. Disponível em: jornal.usp.br/?p=246445 Acesso em 01 jun 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DUNKER, Christian et al. *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do Caos*. Tradução Arnaldo Block. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica curso dado no collège de France (1978-1979)*. São Paulo Martins fontes, 2008. H.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017.
- JUBÉ, Andrea. *Brasil é o primeiro caso de fake news maciça para influenciar votos, diz OEA*. Valor Econômico, São Paulo. 2018. Disponível em:

<<https://www.valor.com.br/politica/5948635/brasil-e-1-caso-de-fake-news-macica-para-influenciar-votos-diz-oea>> acesso em 20 set 2019

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: 34, 2011.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.

MAGRANI, Eduardo. *Democracia Conectada*. São Paulo: Juruá. 2018

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. Big data: *The next frontier for innovation, competition and productivity*. Disponível em: <http://bit.do/mckbigdata> acesso em 26.jul.2019

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão de dados e a morte da política*. 2018. São Paulo: Ubu Editora.

ORTELLADO, P. *Três Desafios para regular a circulação de notícias falsas*. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 jan. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2018/01/1950799-tres-desafios-para-regular-a-circulacao-de-noticias-falsas.shtml>> Acesso em: 01 ago. 2018

ROBÔS, REDES SOCIAIS E POLÍTICA NO BRASIL [recurso eletrônico]: *estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018* / Coordenação Marco Aurélio Ruediger. – Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18695/Robos-redes-sociais-politica-fgv-dapp.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. Todavia: 2017

CAPÍTULO 6

OS EFEITOS DAS INFORMAÇÕES INFUNDADAS NA PANDEMIA DA COVID-19 E SUA INFLUÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Bruno Soares Veríssimo

Heleniara Amorim Moura

Letícia da Silva Bastos

INTRODUÇÃO

Segundo a UNESCO, a expressão “notícia falsa” (*fake news*) é um oxímoro, já que o termo notícia (“...informações verificáveis de interesse público...”) exprime sentido contrário do termo falsa. Diante desse fato, será usada aqui a expressão “informação infundada” quando for necessário se referir a informações que exprimem algum caráter de falsidade. A informação infundada é muito antiga. Uma das primordiais referências vem do período da Roma Antiga, quando o militar romano Marco Antônio, estando com Cleópatra, sofreu com as calúnias de Otaviano, seu adversário político. O contraventor tornou-se o primeiro imperador romano, e informações infundadas possibilitaram, inclusive, que Otaviano conquistasse a organização republicana (IRETON e POSETTI, 2019, p. 07-16).

Dessa forma, a informação infundada modificou seu primeiro espaço geopolítico que se tem registro. Aconteceu algo parecido no Brasil, já que no dia 30 de setembro de 1937, o chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, general Góes Monteiro, proclamou a descoberta

do plano Cohen (plano que teoricamente teria o objetivo de derrubar o presidente Getúlio Vargas, sendo arquitetado pelo Partido Comunista Brasileiro e por corporações comunistas internacionais). Todavia, a descoberta desse plano era uma farsa, feita para justificar a permanência de Getúlio no poder (HIGA, 2021).

A construção e propagação das informações infundadas, muitas vezes, são feitas de maneira proposital e de forma minuciosamente planejada, sendo assim, essas mensagens são replicadas por diversas vezes para que façam jus a fala atribuída ao Ministro da Propaganda e da Informação Pública da Alemanha Nazista. Joseph Goebbels, ao dizer “Uma mentira contada mil vezes se torna verdade!”, fator decisivo no discurso empregado pela Alemanha Nazista (FRAZÃO, 2020), o que resultou na manipulação da população por meio dos domínios das mídias de massa. Apesar de essa estratégia ter sido utilizada há décadas, muitos governos atuais ainda recorrem ao uso delas para tentar manipular a população e se estabelecer como um governo bem avaliado perante a opinião pública.

Com a *internet*, redes sociais e com o avanço da tecnologia, as informações infundadas têm avançado de maneira exponencial, criando uma espécie de guerra tecnológica. Tanto que afetou de maneira significativa o Brexit (ESTEVES, 2019), as eleições americanas dos anos de 2016 e 2020 e a eleição brasileira do ano de 2018, além disso, afeta a saúde pública por conta de inverdades sobre a pandemia da Sars-CoV-2. No Brasil, são exemplos a recomendação de medicamentos sem comprovação de eficácia por parte de instituições, médicos, grandes

influenciadores e do Governo Federal; informações infundadas sobre vacinas; e conspirações sobre o vírus e sua origem.

Diante do exposto, surge a necessidade de se estudar a propagação das informações, seu discurso e suas consequências, principalmente após o surgimento das redes sociais, sendo o *Twitter* uma das mais acessadas no Brasil. A velocidade de movimentação de informações proporcionada pela *internet* acarreta a aceleração de propagação do discurso em uma amplitude muito maior, já que uma pessoa de um hemisfério do mundo pode acompanhar as informações de outro hemisfério, sem a restrição que a televisão, o rádio e o jornal físico proporcionam.

Essa pesquisa se realizou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Ouro Branco, tendo como finalidade compreender o impacto das informações infundadas no espaço geográfico, nas relações políticas, sociais e sanitárias do Brasil. Com isso, desenvolveu-se uma investigação teórica e empírica para compreender como esses discursos podem afetar a sociedade. Baseado nesse entendimento, a investigação se estruturou a partir de uma categorização de *tweets* relacionados a pandemia da SARS-CoV-2 veiculados na página do *Twitter* do Ministério da Saúde, nos anos de 2020 e 2021. Em seguida, delimitou-se uma categoria de mensagens com o intuito de estabelecer um recorte que apresentasse informações infundadas disseminadas por meio desses conteúdos. A partir dessas ações, os dados coletados foram analisados à luz do referencial teórico

com objetivo de identificar, assimilar e deslindar os discursos veiculados pelo governo federal.

Foi estabelecida uma categorização dos dados coletados a partir da observação da página oficial do Ministério da Saúde no *Twitter*. Dentre as categorias de análise elencadas como centrais aponta-se: o incentivo aos “tratamentos precoces para Covid-19”; e os discursos e práticas em torno da vacinação contra o coronavírus. Desse modo, selecionou-se e analisou-se os *tweets* que apresentaram informações infundadas ou que se relacionaram diretamente às temáticas em evidência.

METODOLOGIA

A pesquisa adequa-se, tipologicamente, a um estudo de natureza qualitativa, expositiva e reflexiva em relação às suas finalidades. A organização metodológica se deu em três etapas. A primeira fase de execução da pesquisa contou com o levantamento teórico acerca de Mídia, Poder e Discurso. Na segunda etapa, se realizou levantamento e categorização de *tweets* relacionados à temática. A terceira fase tratou-se da análise do conteúdo dessas mensagens com base no referencial teórico, para a escrita textual.

O primeiro passo, mais abrangente, se baseou numa investigação teórica acerca de Mídia, Poder e Discurso baseados, especialmente, nos autores Noam Chomsky e Michel Foucault para compreender como os discursos impactam a sociedade. Essa fase foi de suma importância para se entender a manipulação proporcionada pelas mídias de massa, o

marketing político e o poder envolvido nos discursos, que impactam diretamente na economia e cotidiano da população.

Na segunda etapa do trabalho, foi concebido um programa de computador que contribuiu para o levantamento e a categorização de *tweets* relacionados a pandemia de Covid-19 feitos pelo Ministério da Saúde. Em resumo, apresenta-se aqui as etapas executadas para a concepção plena do programa. Primeiramente, foi realizada a inscrição na plataforma de desenvolvedor do Twitter para conseguir as chaves necessárias para a conexão com a Application Programming Interface (API)¹ da rede social. Assim, enviou-se as informações do projeto (nome, instituição, resumo, propósito) e o porquê da utilização das credenciais de acesso. Aceita a requisição, recebeu-se acesso ao nível de desenvolvimento acadêmico e realizou-se às importações das bibliotecas e dos módulos. Após, o projeto começou a ser desenvolvido em linguagem de programação Python, utilizando a plataforma de desenvolvimento Jupyter Notebook e a biblioteca Tweepy, que possibilita a conexão com a API do *Twitter*. Para o usuário escolher as funcionalidades do programa, foi colocada uma função que permite a entrada de dados do tipo inteiro. As informações coletadas nessa etapa foram essenciais para o desenvolvimento da terceira etapa da pesquisa, ou seja, a partir da categorização, foi possível analisar os dados coletados nos *tweets* a partir do referencial teórico.

Com base na literatura em destaque e nos dados coletados, seguiu-se para a análise do conteúdo dos *tweets*. Essa etapa só é possível

¹ API se trata do conjunto de normas que possibilita a comunicação entre plataformas por meio de uma série de padrões e protocolos.

de ser executada após os entendimentos práticos e teóricos realizados nas fases anteriores. O trabalho apresentou resultados que apontam reflexões importantes no que se refere as consequências dos discursos governamentais analisados, em um contexto de grande vulnerabilidade social e sanitária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A categorização de informações infundadas veiculadas nessa rede social estabeleceu-se a partir de seleção e análise de postagens que se relacionassem aos seguintes temas: a divulgação, pelo governo federal, de tratamentos precoces para Covid-19; e o modo como foram propagados o planejamento e a execução da vacinação contra o coronavírus no país.

Essas duas categorias de análise foram selecionadas em função do grande impacto que esse tipo de desinformação gerou no processo de enfrentamento da pandemia no Brasil. Diversos estudos apontam que o uso de drogas ineficazes contra a Covid-19 foi incentivado por autoridades brasileiras, enquanto medidas de eficácia comprovada, como uso de máscara, distanciamento social e vacinação, foram desestimuladas. No caso da vacinação, precisou-se enfrentar uma série de longas negociações, disputas políticas e processos de regulamentação sanitária, o que colaborou para o atraso do início da campanha de vacinação no país (FIOCRUZ, 2023).

Considerando todo esse contexto, os *tweets* analisados dialogam com os debates teóricos propostos por Foucault (1996) e Chomsky

(2014), pois destacam o poder dos discursos governamentais e promovem reflexões sobre as intenções e as consequências de tais discursos.

As controvérsias em torno da recomendação de tratamentos precoces

A princípio, os resultados e discussões que estão sendo apresentados aqui dizem respeito a temática dos tratamentos profiláticos para Covid-19 que não envolvem a aplicação de vacinas. Tendo esse recorte estabelecido, foram encontrados *tweets* realizados pelo perfil oficial do Ministério da Saúde que propagavam a utilização de medicamentos para o suposto tratamento precoce da Covid-19, sendo que, à época, essas drogas já estavam cientificamente comprovadas como ineficazes no combate ao vírus. As postagens representativas de tal fato foram realizadas em novembro de 2020 e janeiro de 2021.

Em 18 de novembro de 2020, o Ministério da Saúde publicou uma mensagem em sua página oficial do *Twitter*, com informações infundadas a respeito do tratamento precoce da Covid-19². O conteúdo da postagem se direcionava para a orientação de que indivíduos com sintomas da doença deveriam solicitar o tratamento precoce em Unidades de Saúde. Naquele momento, não havia estudos que comprovassem a eficácia de nenhum medicamento que curasse a doença

² Tweet de incentivo ao tratamento precoce: <https://twitter.com/minsaude/status/1329041775990857728>

provocada pelo novo coronavírus. Na mesma data, outro *tweet* foi postado e excluído da página oficial do Ministério³. O conteúdo central mencionava o fato de, até aquele momento, ainda não haver profilaxia ou cura para a Covid-19 com comprovação científica. Além disso, essa postagem incentivava a proteção individual e o isolamento social, indo na contramão do discurso do Governo Federal e contrariando o próprio *tweet* anterior, que recomendava o tratamento precoce. Dessa forma, acredita-se que a mensagem tenha sido apagada no mesmo dia por contrariar os pronunciamentos vindos do Palácio do Planalto. Também no mesmo dia, 18/11/2020, após questionamentos quanto ao motivo da exclusão da mensagem mencionada, o Ministério realizou outra postagem⁴ de retratação explicando que as informações da mensagem em questão estavam equivocadas e que os esclarecimentos seriam dados em seguida. Desse modo, a pasta reforçou seu posicionamento favorável ao uso de medicamentos em forma de tratamento precoce contra a Covid-19.

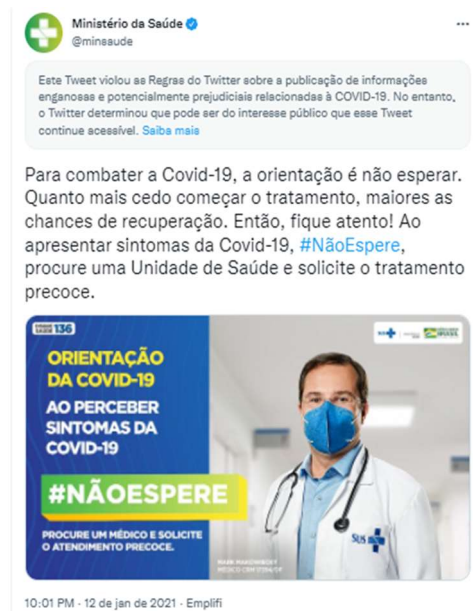
Em janeiro de 2021, mesmo após o questionamento sobre a veracidade do conteúdo sobre tratamento precoce divulgado no *Twitter*, uma nova postagem da mesma natureza foi realizada pelo Ministério. O conteúdo indicava que quanto mais cedo uma pessoa infectada pelo coronavírus começasse o tratamento, maiores eram suas chances de recuperação. Tal posicionamento reforçou o entendimento de que havia

³ Tweet apagado pelo Ministério da Saúde: https://twitter.com/camila_lemos_/status/1329139909760872450

⁴ Tweet justificando a exclusão da postagem: <https://twitter.com/minsaude/status/1329134067359604736>

a recomendação, por parte do governo federal, de um tipo de tratamento medicamentoso como estratégia de minimização dos sintomas ou até mesmo de cura da doença. Segue a referida postagem na íntegra:

Figura 1: Tratamento precoce: Twitter posta mensagem de violação das regras da rede social



Fonte: <https://twitter.com/minsaude/status/1349159477111476225>

Outrossim, esse *tweet* foi advertido pelo *Twitter* com a seguinte mensagem: "Este Tweet violou as Regras do Twitter sobre a publicação de informações enganosas e potencialmente prejudiciais relacionadas à Covid-19. No entanto, o Twitter determinou que pode ser do interesse público que esse Tweet continue acessível." Dessa forma, até mesmo a rede social, onde a informação foi propagada, a classificou como prejudicial e, provavelmente, infundada. O fato dessa postagem não ter

sido apagada reforça o posicionamento político do Ministério da Saúde em relação a indicação do tratamento.

Nesse contexto, é importante destacar que

o final de 2020 inaugura uma nova fase da pandemia no Brasil. Com o enfraquecimento das medidas restritivas de combate à pandemia e a campanha vacinal em seu início, observa-se um forte aumento na quantidade de casos e óbitos no Brasil no final de 2020 e início de 2021. Em junho de 2021, o Brasil vivenciou o período mais letal da pandemia, com a expansão da variante Gama (P.1) no país. Isto culminou com a lotação de centros de terapia intensiva e provocou picos de mais 4 mil óbitos por dia. (FIOCRUZ, 2023, p. 3)

No livro “A ordem do discurso”, Foucault (1996, p.08) aponta que “a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por uma série de procedimentos, cuja função é convocar sua força e perigo”. Desse modo, o autor sugere que as formulações discursivas são veículos de comunicação bastante importantes em um contexto de tentativa de controle de acontecimentos aleatórios. Um dos pontos centrais de sua crítica a ordem do discurso se direciona aos procedimentos que tem como objetivo o controle do que é produzido, a partir daí, Foucault sugere alguns procedimentos metodológicos de análise do discurso.

Estabelecendo diálogo entre a construção dos discursos mencionados aqui e a análise do discurso proposta por Foucault (1996), percebe-se que, de certo modo, o imediatismo da veiculação de mensagens pelas mídias sociais tem atuado de forma convergente ao pensamento desse autor. Tal fato fica evidenciado nas mensagens baseadas em informações infundadas que são amplamente disseminadas

em um contexto em que o leitor não tem a capacidade de averiguar se seu locutor é um sujeito capaz de discorrer sobre determinado assunto. Nesse contexto, como o objeto de estudo aqui apresentado é um órgão público governamental que trata a rede social como um veículo de divulgação oficial, acredita-se que o leitor confie (ou gostaria de confiar) no conteúdo que é divulgado dentro desses termos. Entretanto, ignorando mecanismos de controle e as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi feita a divulgação de informações que contrariam, no mínimo, as regras da rede social *Twitter*.

Noam Chomsky, na obra “Mídia: propaganda política e manipulação” (CHOMSKY, 2014), explica que, na maioria das vezes, o discurso do Estado foi comprometido, manipulado e distorcido. O autor detalha sua tese a partir da descrição de que as democracias vigentes se organizam de modo que o povo é tratado como um rebanho desorientado e mal fica sabendo dos assuntos governamentais, e, quando sabe, aquele assunto foi distorcido. Dessa maneira, existe um agrupamento de cidadãos que deve intervir nas questões governamentais, uma classe especializada que administra o sistema político, econômico e intelectual em detrimento de outro grupo de indivíduos que se coloca como mero espectador. Esse “rebanho” apenas observa, não participa de praticamente nada. A análise crítica de Chomsky aponta para a importância de se compreender como o grupo especializado alcança uma posição de domínio sobre os poderes constituídos. Em geral, esses posicionamentos se consolidam por meio

dos discursos midiáticos, por isso, existe tanto investimento governamental em propagandas.

Para o autor (CHOMSKY, 2014), esse domínio acontece de forma discreta. Muitas vezes, o grupo soberano precisa introduzir e compartilhar dogmas e preceitos que servirão ao âmbito privado e público, com intuito de manutenção de quem já está no poder. Nessa conjuntura, a mídia se encarrega de omitir dados que mudem a configuração de domínio já estabelecida, enquanto ocorre falsificação de dados por parte dos governos. Tais ações colaboram para que a população seja pacífica e pró-governo. A falta de transparência confunde boa parte da população e contribui para o projeto de manter o “rebanho” leigo dos assuntos governamentais.

Os *tweets* analisados para a escrita deste trabalho dialogam com as críticas apresentadas por Foucault (1996) e Chomsky (2014), pois evidenciam o poder dos discursos governamentais e promovem reflexões sobre as intenções de tais discursos. As consequências de tais ações por parte do Ministério da Saúde apontam para a construção de uma sociedade desinformada, confusa e com medo. Após o incentivo, por parte do Ministério da Saúde, para que as pessoas solicitassem o tratamento precoce de forma imediata, um grupo grande da população seguiu tal orientação. Mesmo após o *Twitter* indicar as possíveis “informações enganosas” (ver figura 4), o efeito de divulgação junto a milhares de pessoas já havia se consolidado.

Inúmeros são os estudos científicos em desenvolvimento que buscam compreender os efeitos nocivos do uso indiscriminado do

chamado “kit covid”, que se trata de um agrupamento de medicamentos com eficácia não comprovada no tratamento da Covid-19. Há relatos médicos de mortes e de pacientes com necessidade de transplante de fígado devido ao uso excessivo desses medicamentos. Nesse contexto, também houve a falsa sensação de proteção que pode ter levado muitas pessoas a não cumprir as medidas de distanciamento social e à maior probabilidade de contágio.

Os discursos e o (des)empenho do Ministério da Saúde na campanha de vacinação

Segundo a Fiocruz (2023, p. 1)

a primeira vacina contra Covid-19 foi aplicada no Reino Unido, em 8 de dezembro de 2020. No final do mesmo mês, a vacinação foi estendida para o restante do continente europeu e América do Norte. No Brasil, a vacinação precisou enfrentar uma série de longas negociações, disputas políticas e processos de regulamentação sanitária, o que colaborou para o atraso do início da campanha de vacinação no país.

Nas discussões que diziam respeito a adoção da vacinação em massa como medida de contenção da propagação da Covid-19, o governo federal do Brasil demonstrou inconstância na divulgação do modo como executaria suas ações. Então, em comparação com países que apoiaram a produção e distribuição em massa de vacinas, as políticas públicas brasileiras relacionadas ao plano nacional de vacinação foram divulgadas e executadas de modo desorganizado e tardio.

Nogueira, Galdino e Conceição (2022) elaboraram um artigo sobre os *tweets* do então Presidente da República em torno da pandemia

da Covid-19 e da vacinação brasileira. O texto destaca, entre outras coisas, a baixa quantidade de doses de vacinas disponíveis no Brasil e os ataques feitos por Bolsonaro às vacinas. Essa publicação colabora bastante com os debates estabelecidos aqui.

Algumas postagens do Ministério da Saúde no *Twitter* indicam como havia inconsistências quanto ao que estava sendo divulgado e as práticas que estavam sendo adotadas. É válido destacar que o discurso desses *tweets*, por vezes, se mostrou divergente com o discurso adotado pelo presidente da República e que se redirecionava de acordo com as decisões e situações políticas do Brasil. Além disso, diferentes atores disputavam espaço na disseminação de narrativas sobre a ciência, o que gerou desconfiança em relação as instituições científicas associadas a elaboração de vacinas. Nesta seção, se debate algumas dessas postagens e o modo como o discurso e a prática do governo federal se desenrolaram dentro deste contexto.

Primeiramente, em março de 2020⁵, o Ministério da Saúde divulgou um *tweet* incentivando a vacinação contra a gripe, porém ressaltando que essa vacina não protege contra a Covid-19, mas ajuda a prevenir outros vírus respiratórios. Embora essa mensagem tenha sido favorável a vacinação e a saúde pública, o discurso do governo federal nem sempre apontava para uma adesão plena a vacinação.

Nos primeiros meses da pandemia, o Ministério da Saúde divulgou apoio a vacinação contra a Covid-19, inclusive em junho de

⁵ Tweet a respeito da vacinação contra a gripe: <https://twitter.com/minsaude/status/1236440358202093568>

2020⁶ sinalizou no *Twitter* uma parceria na produção dessas vacinas. Nesse contexto, é importante destacar uma postagem⁷ em que se anuncia um acordo de cooperação entre o Brasil e o laboratório AstraZeneca, evidenciando que esse convênio dará ao país acesso a vacina. Em julho do mesmo ano, destacou-se em um *tweet*⁸ que estava firmado um acordo que produziria 100 milhões de doses de vacina para o Brasil. No mês seguinte, uma nova mensagem⁹ divulgou uma fala do Ministro Pazuello explicando que foi feita a assinatura de uma medida provisória que garantia a aplicação de recursos da união “na vacina mais promissora do mundo”.

No entanto, a partir de setembro de 2020, o discurso começou a mudar, com declarações mais brandas e a inclusão de observações sobre a necessidade de comprovação da eficácia da vacina¹⁰. Embora seja fundamental que a eficácia da vacina seja comprovada para que ela seja aprovada, o contexto político da época suscitou dúvidas sobre a intencionalidade dessas declarações. Em suma, o Ministério da Saúde parece ter emitido *tweets* que refletiam a situação política brasileira, adaptando seu discurso de acordo com as pretensões do governo federal.

⁶ Tweet sobre parceria na produção de vacinas <https://twitter.com/minsaude/status/1276945365346942976>

⁷ Tweet a respeito de acordo com laboratório <https://twitter.com/minsaude/status/1276884041132892161>

⁸ Tweet sobre compra de doses de vacinas <https://twitter.com/minsaude/status/1303780508095180803>

⁹ Tweet sobre aplicação de recursos para vacina <https://twitter.com/minsaude/status/1289364189853646849>

¹⁰ Tweet questionando a eficácia da vacina <https://twitter.com/minsaude/status/1291481293692252161>

Em outubro seguinte, um novo *tweet*¹¹ apresentou uma mensagem em que o Ministério se compromete a disponibilizar cerca de 140 milhões de doses de vacinas no primeiro semestre de 2021 a partir de acordos com laboratórios. Desde novembro de 2020, o órgão responsável pela saúde pública na Alemanha divulgava mensagens no *Twitter*¹² de esclarecimentos sobre o processo de produção e de testes da vacina contra o coronavírus de modo a credibilizar os imunizantes e tranquilizar a população quanto a necessidade de todos se vacinarem. As postagens desse país se colocam aqui como um exemplo de como muitos países trataram a questão da vacinação contra a Covid-19.

Enquanto isso, também em novembro de 2020, no Brasil, os laboratórios que atuavam na produção desses imunizantes usavam o *Twitter* como meio de divulgação das suas expectativas em relação a sua aprovação, fabricação e distribuição junto à população. A Agência Fiocruz *twittou* informando que estava produzindo nacionalmente a vacina da Oxford e que sua eficácia estava comprovada. O Instituto Butantan, em resposta a um usuário, relata que a vacina teve resultados promissores nos estudos clínicos de fase I e II. Ao fim da última fase do estudo aqui no Brasil e comprovadas a eficácia e a segurança, o imunizante seria submetido a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para registro. Seis dias após esse *tweet* o Instituto já divulgou que o estudo clínico de fase três da Coronavac atingiu o

¹¹ Tweet divulgando vacinação para 2021 <https://twitter.com/minsaude/status/1314357329719164928>

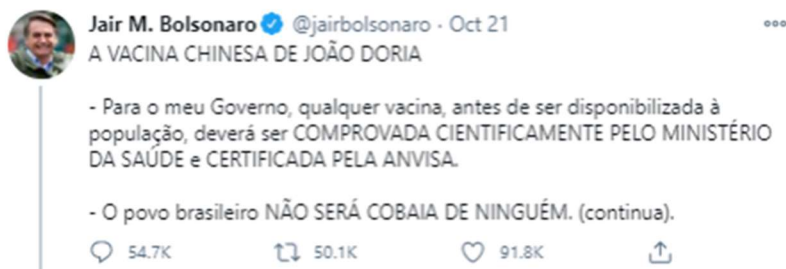
¹² Postagens do órgão federal alemão responsável pela saúde: https://twitter.com/BMG_Bund/status/1331648068568100864 e https://twitter.com/BMG_Bund/status/1331654209788370945

indicador necessário para início das análises de eficácia do imunizante; ou seja, atingiu-se a fase final de averiguação.

Apesar dos principais laboratórios brasileiros elaboradores de vacinas contra o coronavírus terem executado os testes que são considerados padrão pela comunidade científica internacional, houve a divulgação de uma série de questionamentos quanto a eficácia dessas vacinas. Um dos principais motivos que geraram dúvidas girou em torno do fato da vacina ter sido elaborada e fabricada em tempo recorde em comparação com todas as vacinas produzidas até então. Entre as justificativas para tal rapidez, destacam-se os estudos avançados em metodologias mais ágeis para a confecção de vacinas de um modo geral, além da urgência iminente diante de um cenário composto por milhares de mortes diárias, dentro de um contexto pandêmico. Desse modo, esforços internacionais de diversos tipos foram integrando iniciativas já existentes, sobretudo com apoio estrutural, científico e financeiro, o que garantiu o sucesso da produção dessas vacinas.

No primeiro semestre de 2020, os discursos do Presidente Bolsonaro no que diz respeito a vacinação contra Covid-19 tiveram repercussão internacional negativa (NOGUEIRA et al, 2022). Essas autoras apresentam exemplos de publicações que destacam a influência das disputas políticas no posicionamento governamental sobre a vacina, como é o caso da postagem a seguir.

Figura 2: Tweet do Presidente Bolsonaro sobre a vacina contra a Covid-19



Fonte: NOGUEIRA et al, 2022, p. 163.

A própria titulação que foi dada a vacina “A vacina chinesa de João Dória” indica clara desconfiança e aponta um direcionamento discursivo para que as pessoas estabeleçam uma associação duvidosa ou negativa. A disputa política e ideológica entre o presidente Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo, à época, João Dória, em relação a vacinação contra a Covid-19, influenciou a disseminação de desinformação. O embate entre os dois políticos sobre a utilização da vacina CoronaVac acabou refletindo em discursos e desinformações compartilhadas em redes sociais (MONARI; SACRAMENTO, 2021).

A partir de novembro de 2020, o Ministério da Saúde começou a divulgação de um plano de imunização. A primeira parte do plano de operacionalização da vacina foi divulgada no *Twitter*¹³ e apontava o planejamento do que viria a ser a campanha de vacinação dos brasileiros. Em 12 de dezembro de 2020, divulgou-se¹⁴ a parceria do Ministério

¹³ Tweet a respeito do plano de vacinação <https://twitter.com/minsaude/status/1330632146801704960>

¹⁴ Tweet sobre a distribuição das vacinas <https://twitter.com/minsaude/status/1337819541972287488>

com a Azul Linhas Aéreas para ajuda na distribuição da vacina pelo território nacional. Em 16 de dezembro do mesmo ano apresentou-se (pelo ministro e pelo presidente da república) o anúncio¹⁵ do plano de vacinação, com destaque para o uso de imunizantes produzidos nacionalmente. Já em 04 de janeiro de 2021, o Ministério divulga um *tweet*¹⁶ para esclarecer uma suposta “fake news” sobre a indisponibilidade de seringas e agulhas nos postos de saúde do país; a intenção central é de informar que existe estoque suficiente do material que será usado na campanha de imunização. Em 09 de janeiro de 2021, o Ministério posta uma mensagem¹⁷ indicando que já está preparado para vacinar toda a população brasileira no ano de 2021; que está em andamento a negociação da compra de vacinas com cinco laboratórios e que 354 milhões de doses já estão garantidas; mas que ainda haveria que passar pela aprovação pela Anvisa.

Essa última divulgação, apesar de evidenciar uma ideia positiva sobre a campanha de imunização, não atendeu as expectativas em relação ao número de doses necessárias para atender a população brasileira. Em função disso e de todo o discurso do governo federal que apresentou dúvidas sobre o modo como a vacinação seria conduzida, o protagonismo político em relação ao início da campanha de vacinação foi direcionado ao Governador de São Paulo: João Dória.

¹⁵ Tweet sobre o uso de vacinas nacionais <https://twitter.com/minsaude/status/1339283935268749313>

¹⁶ Tweet refutando suposta fake news <https://twitter.com/minsaude/status/1346164258480951296>

¹⁷ Tweet divulgando vacinação para 2021 <https://twitter.com/minsaude/status/1347996623763238913>

Em 17 de janeiro de 2021, a campanha de vacinação foi iniciada em São Paulo. Após autorização emergencial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o imunizante produzido pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, passou a ser distribuído à população (FIOCRUZ, 2023. p. 1)

No dia seguinte, mesmo com um número de doses bastante limitado, o Ministério da Saúde oficializou a abertura da campanha de imunização contra a Covid-19 no Brasil. Tanto a compra de vacinas, como o planejamento de sua distribuição, não havia sido executada de modo coordenado; não havia uma quantidade de imunizantes suficiente para os grupos considerados prioritários, de modo que a maioria dos municípios teve que planejar e executar as suas próprias estratégias vacinais (FIOCRUZ, 2023). Nesse contexto, o governo federal, progressivamente, passou a redirecionar os discursos em torno da disputa política pelo protagonismo da campanha nacional de imunização.

A publicação de Monari e Sacramento (2021) destacam a importância de compreender como as disputas políticas e ideológicas influenciam a desinformação sobre a vacinação, a fim de desenvolver estratégias eficazes de combate a disseminação de informações falsas. Além disso, apontam para a importância de fortalecer a confiança nas instituições científicas e promover o acesso a fontes confiáveis de informação para a tomada de decisões relacionadas à vacinação contra a Covid-19.

O resultado desse conjunto de desinformações e de desorganização quanto a priorização da campanha de vacinação como

estratégia de combate ao vírus fica bastante evidente quando se observam os dados. Segundo a Fiocruz (2023, p.3), o período com maior índice de mortalidade (junho de 2021, com mais de quatro mil óbitos diários) foi uma consequência da flexibilização das medidas de combate a disseminação do vírus; bem como do início da campanha de imunização. Mesmo após cinco meses de vacinação (janeiro a junho de 2021), o ritmo bastante lento e desigual da campanha ainda apresentava poucos resultados positivos; apesar disso, já se notava queda na quantidade de casos graves e óbitos, em indivíduos com esquemas vacinais concluídos.

Em conclusão, é evidente que o Ministério da Saúde emitiu *tweets* com discursos cambiantes ao longo do tempo, muitas vezes, com declarações ambíguas que podem ser interpretadas de várias maneiras, especialmente quando se considera o contexto histórico e político, o papel das mídias sociais e a manipulação da população, como Foucault e Chomsky abordam em suas obras.

CONCLUSÕES

Foucault (1996) questiona os procedimentos discursivos que determinam o controle do que é produzido pelo discurso. Para Chomsky (2014), os discursos são incentivados pelo poder privado e pelo Estado e, ao mesmo tempo, são manipulados de alguma forma, limitando a legitimidade do discurso. Esses olhares críticos sobre o modo como os discursos são construídos colabora bastante para a elaboração de conclusões de trabalhos como este. Entretanto, é

importante afirmar que não há intenção de se concluir, mas de ampliar as reflexões sobre as problemáticas que circundam as análises em debate.

Dessa forma, a atividade empírica de análise do discurso proposta buscou compreender os materiais a partir de duas abordagens. A primeira, presente na análise de Chomsky sobre a manipulação do governo pelas mídias, pautou-se especialmente na compreensão de como os discursos veiculados por órgãos importantes do governo podem influenciar o julgamento da população, num viés sistêmico desses meios de comunicação, ligado, sobretudo, a causas econômicas e estruturais. O discurso veiculado pelas mídias governamentais acerca das ações de prevenção da Covid-19 no Brasil foi, de certa forma, construído em torno de informações infundadas e a difusão dessas informações causou impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na recente história do país. Numa outra abordagem, analisou-se o poder do discurso a partir de Foucault, na dimensão do viés ideológico: do poder desse discurso em rede que liga os organismos sociais e que sobrepõe o pensamento coletivo a uma “desinformação generalizada”.

Uma das reflexões centrais aqui está no poder que os discursos possuem, sendo eles capazes de promover dinâmicas completamente diferentes, com base em sua intencionalidade. A população brasileira se viu desorientada num contexto de uma pandemia que significou a morte de milhares de pessoas. Dentro de uma perspectiva democrática, esperava-se que o Ministério da Saúde fosse um interlocutor de informações que contribuíssem para a minimização dos impactos do

vírus na saúde pública. A divulgação de informações infundadas por meio do Twitter apontou que, por vezes, a população se sentiu insegura ao ler as orientações dadas pelo órgão principal de saúde do país. Ou seja, acredita-se que a divulgação das análises dos discursos estudados por este trabalho contribua para que a sociedade tenha mais condições de discernir criticamente sobre o que está sendo divulgado nas mídias.

Fundamentando-se em critérios qualitativos e político-histórico contemporâneos, objetivou-se propiciar a sociedade a formação do senso avaliativo que possibilite o discernimento quanto as informações que lhe forem apresentadas. Espera-se que os leitores, dos resultados apresentados por esse trabalho, sejam capazes de se indagar a respeito das informações veiculadas, para, a partir daí, conseguir diferenciar o conteúdo verídico do infundado.

REFERÊNCIAS

- CHOMSKY, Noam. *As pessoas já não acreditam nos fatos*. Madri, 2018. El País. Março de 2018. Entrevista concedida a Jan Martínez Ahrens. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html> Acesso em: abr 2021.
- CHOMSKY, N. & HERMAN, E.S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. [1988]. São Paulo: Futura, 2003.
- CHOMSKY, Noam. *MÍDIA: Propaganda política e manipulação*. São Paulo: wmfmartinsfontes, 2014.
- ESTEVES, F. *Como as fake news conduziram os britânicos à confusão do Brexit*. Polígrafo, Lisboa, 15 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://poligrafo.sapo.pt/uniao-europeia/artigos/como-as-fake-news-conduziram-os-britanicos-ao-chumbo-do-brexit>> Acesso em mai. 2021.

- FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz, Plataforma de Ciência de dados aplicada em saúde (PCDaS) e Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), *MonitoraCovid-19*, disponível em <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/pilula_12.pdf> acesso em 18 maio 2023.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Foucault e a análise do discurso em educação*. Rio Grande do Sul: Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FRAZÃO, Dilva. *Joseph Goebbels*. eBiografia, Porto, 05 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/joseph_goebbels/> Acesso em: abr. 2021.
- HIGA, C. C. *Plano Cohen*. Brasil Escola, São Paulo, 12 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/plano-cohen.htm>> Acesso em: abr. 2021.
- IRETON, Cherilyn. & POSETTI, Julie. *Jornalismo, fake news & desinformação*. Paris: Organização das Nações Unidas (UNESCO), 2019.
- MONARI, A. C. P.; SACRAMENTO, I. A “vacina chinesa de João Doria”: a influência da disputa política-ideológica na desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 15, n. 3, p. 125-143, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.22409/rmc.v15i3.50945>>.
- NOGUEIRA, S. G.; GALDINO, A. C.; CONCEICAO, L. R. Os tweets de Bolsonaro e a cobertura do The New York Times: enfoques distintos sobre a pandemia de Covid-19 e a vacina no Brasil. *Revista de estudos internacionais*, v. 13, p. 154-176, 2022.

CAPÍTULO 7

***FAKE NEWS* E EVIDENCIALIDADE: GRAMÁTICA E (DES)INFORMAÇÃO**

Lucas Alves Costa

PALAVRAS INICIAIS

As notícias falsas são divulgadas como realidade/verdade nas sociedades modernas. Lewandowsky (2017) afirma que o abandono da verificação da veridicidade das informações deve-se: à crescente desigualdade econômica do público leitor, ao aumento da polarização política e ao declínio da confiança na ciência. Nesse cenário, grupos utilizam *fake news* para reprimir, restringir, boicotar, confrontar a imprensa livre e a ordem política vigente (FISHER, 2023).

Para Rochlin (2017), *fake news* contemporânea tem duas características básicas: (1) inclusão de conteúdos deliberadamente falsos e (2) propagação online para um maior número de pessoas. Além disso, o autor ressalta que elas apresentam aparência de notícia jornalística e substituem as evidências dos fatos por crenças pessoais e emocionais. Sobre esses pontos, Kavada (2015) afirma que a empatia do leitor com esses conteúdos possibilita reações políticas individuais e extremas.

Admite-se a não neutralidade de enunciados. Casseb-Galvão (2001) enfatiza que o falante parte de conhecimentos para qualificar um estado de coisa. Por isso, todo enunciado traz marcas da fonte de informação. Então, não há discurso neutro, pois ele é filtrado pelo conhecimento e pelo julgamento do falante. Nas línguas naturais,

recursos gramaticais e/ou lexicais revelam à fonte da informação enunciada (HABLER, 2021).

Com isso, analisam-se, neste trabalho, tipos de evidencialidade em amostra de *fake news* depreendida de dois sites brasileiros¹. Eles são especializados em apurar e classificar conteúdo como “fake”. Desses sites, gerou-se um *corpus* de textos orais e escritos do período de 2022 a 2023. Os pressupostos teóricos são de Casseb-Galvão (2022, 2001), Haßler (2021), Aikhenvald (2004) e Gonçalves (2003). Eles definem tipos de evidencialidade na gramática da língua e expressões linguísticas reveladoras de fonte de informação.

Este capítulo organiza-se desta forma: na próxima seção, expõem-se a definição de tipos de evidencialidade e expressões lexicais e gramaticais evidenciais; na segunda seção, realiza-se a análise linguística qualitativa e quantitativa de textos *fake news*. Por fim, as considerações desse trabalho.

DEFINIÇÃO DE EVIDENCIALIDADE: TIPOS DE EVIDÊNCIAS E EXPRESSÃO LINGUÍSTICA

Evidencialidade é um domínio conceptual, semântico-funcional relativo à origem e à fonte do conhecimento codificada linguisticamente (CASSEB-GALVÃO, 2022). Haßler (2021) e Aikhenvald (2004) afirmam que, nas línguas naturais, expressões linguísticas revelam a origem dos conhecimentos do falante. Essas expressões podem ser:

¹ Agência Lupa <https://lupa.uol.com.br/>; Fato ou Fake <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>.

verbos, advérbios, frases parentéticas, frases preposicionais e partículas. Elas indicam atitude, avaliação e evidência do enunciador.

Por exemplo, Haßler (2021) identificou, na língua Tuyuca, falada no estado brasileiro do Amazonas e na parte colombiana de Vaupés, diferentes tipos de evidencialidade. São eles: (1) evidencialidade visual; (2) evidencialidade auditiva, que se estende aos sentidos do olfato, do paladar e do tato; (3) evidencialidade inferencial, baseada em fatos perceptíveis; (4) evidencialidade assumptiva, baseada em inferência lógica, suposições, ou conhecimento do mundo; (5) evidencialidade reportativa ou de quota, com base na reprodução de afirmações ouvidas.

Origem da informação relaciona-se a participação do homem no mundo. Isso envolve sentidos da visão, audição, olfato, tato, gosto (CASSEB-GALVÃO, 2022). Willet (1988) esclarece que essa gênese implica envolvimento do falante com situações no mundo. A partir disso, a evidencialidade pode elidir relações diretas, indiretas e reportadas.

Na *evidência direta*, o falante percebe a situação descrita, mas não especifica qual tipo de evidência – visual, auditiva, sensorial (ex. *eu vi que Maria foi à feira*). Na *evidência indireta*, o falante não percebe a situação e não especifica se ela lhe foi reportada ou inferida (ex. *Maria foi à feira*). Na *evidência reportada*, alguém descreveu verbalmente a situação, mas não a especificou se ouvir-dizer (terceira pessoa) ou se é um boato (ex. *Disseram que Maria foi à feira*).

Evidências *indireta* e *reportada* são *de segunda mão* e *de terceira mão*. Na evidência *de segunda mão*, o falante *ouve de alguém* que testemunhou a situação descrita. Na evidência *de terceira mão*, o falante *ouviu sobre* a situação descrita, mas não a partir de testemunho direto: uma situação compartilhada amplamente na comunidade. Da evidência direta, tem-se a *evidência inferida*. Nela, o falante conhece a situação a partir de inferência, de exercício mental e chega à fatualidade a partir de intuição, lógica, sonho ou raciocínio.

Evidência direta expressar-se com verbos fisio-sensoriais (ex. *ver, olhar, ouvir, escutar, sentir* etc.); evidência indireta, com verbos cognitivo-experienciais (ex. *perceber, observar, ler, lembrar, recordar* etc.); e evidência reportada, com verbos *dicendi* (ex. *dizer, afirmar, expressar, assegurar, pedir* etc.). Segundo Casseb-Galvão (2001), essas expressões têm como função básica revelar a origem do conteúdo.

De cada enunciado emerge a complexidade da evidencialidade. Ela revela se o falante viu, ouviu ou inferiu uma realidade. Casseb-Galvão (2022) enfatiza que evidência é um recurso cognitivo primário, pois sem ela, não se representa e não se avalia um estado de coisa. Do mesmo modo, Aikhenvald (2004) afirma que evidencialidade é uma categoria complexa que pode ser visual, não visual ou reportada. Assim, define-se:

A evidencialidade diz respeito à expressão da fonte do conhecimento (do conteúdo) enunciado pelo locutor, à indicação de como ele tomou conhecimento da informação que compartilha com o interlocutor. (CASSEB-GALVÃO, 2022, p. 23)

A expressão linguística da fonte da informação não é uma exigência de todas as línguas naturais. Um enunciado pode não apresentar uma marca lexical ou gramatical de evidencialidade (HAßLER, 2021). Isso significa que um interlocutor pressupõe que o conteúdo compartilhado pelo locutor seja verdadeiro ou que o enunciador seja a fonte do dito. Pragmaticamente, conhecimento de certas situações sociais - mais ou menos ritualizadas - permite prever comportamento linguístico dos falantes nessas situações.

A base de conhecimento de mundo favorece a interpretação dos vocábulos e inferir significados. Para Grice (1982), do princípio da cooperação, extrai-se à máxima conversacional de qualidade: “não diga o que você acredita ser falso” (p. 87). Essa máxima acarreta a convenção social: “diga a verdade”. Por isso, na sociocomunicação, pressupõe-se que o acordo - todos dizem a verdade o tempo todo - é uma regra.

Para Casseb-Galvão (2022), na língua portuguesa, expressões evidenciais ocorrem por motivações contextuais e textuais. Segundo a autora, elas podem ser lexicais (*Segundo a Revista Veja, No Rádio, na tv etc.*), orações declarativas (*Eu ouvi dizer que, A cidade é bonita*), expressões gramaticais (*diz que*) e modalizadores epistêmicos (*parece que, acho que*). Desse modo, o falante exhibe seu conhecimento por tipos de evidencialidade expressos linguisticamente. Para esse estudo, destacam-se estes:

Quadro 1: Tipos de evidencialidade.

Tipo evidencial	Envolvimento subjetivo	Grau de evidência
Direta	Experiência pessoal [+dir.]	[+dir.]
Citação reportada		[-dir.]
Inferencial textual	Inferência [-dir.]	[+dir.]
Intuitiva		[ind.]
Assumida	Ouvir-dizer [ind.]	[dir.]
De boato		[-dir.]
Especulativa		[ind.]

Fonte: Adaptado de Casseb-Galvão (2022; 2001)

A partir das considerações de Casseb-Galvão (2022), Aikhenvald (2004) e de Willet (1988), elidimos esses sete tipos para a análise de amostra de *fake news*. Eles podem ser assim definidos:

- 1) *direto*: fonte de informação humana, definida e específica. O conhecimento descrito adquirido a partir da própria experiência sensorial do falante. Expressões como *ver, olhar, ouvir, escutar, sentir, experimentar, passar etc.*;
- 2) *citação reportada*: fonte de informação humana, definida, específica ou genérica. Conhecimento descrito adquirido a partir da experiência pessoal de outro. Expressões como *dizer, afirmar, expressar, assegurar, pedir, segundo, de acordo etc.*;
- 3) *Inferência textual*: fonte de informação humana, definida e específica. O conhecimento inferido a partir de observação da realidade e de descrições da situação no texto. Expressões como *deduzir, concluir, logo, então, assim, de fato, pois etc.*

4) *intuitiva*: conhecimento a partir de experiência sensorial indireta, processada cognitivamente. Expressões como *crer, perceber, lembrar, recordar, imaginar, passar* etc.

5) *assumido*: verdade individual constatada com ou sem experiência imediata. Expressões como *seguro, certeza, sem dúvida, realmente, categoricamente, sem sombra de dúvida, indiscutível, real* etc.

6) *de boato*: conhecimento de origem incerta ou que por algum motivo, não pode ser identificado. Expressões como *ouvir-dizer, diz que*, verbos em terceira pessoa-plural, *falam, afirmam* etc.

7) *especulativo*: conhecimento de origem inacessível, pois somente o falante tem acesso à experiência cognitiva que o levou à emissão do enunciado. Expressões como *concluir, crer, lembrar, imaginar, cogitar, relembrar* etc.

Expressões evidenciais, na língua portuguesa, foram objeto de estudo de Casseb-Galvão (2022; 2001), Gonçalves (2003), Machado (2017). Casseb-Galvão (2001) analisou a expressão *diz que* introdutora de oração encaixada, não condizente com a estrutura argumental do predicado *dizer*. A expressão *diz que* não expressa argumento à esquerda, sem papel temático agente do dito. Assim, não revela a origem da informação. Para autora, nesse uso, o falante demonstra ao interlocutor que não pode ou não tem a intenção de atribuir ou identificar a fonte da informação, dispare do verbo *dizer* como núcleo de predicação:

(1) *Tia Ursula diz que a água daqui faz bem ao cabelo (CASSEB-GALVÃO, 2001, p. 161).*

No enunciado (1), o verbo *dizer* expressa a fonte do conteúdo. O argumento “*Tia Ursula*” tem papel semântico de agente (ser animado, com capacidade de locução) intermediado pelo *que*. Isso caracteriza

uma oração matriz na qual outra oração encaixa-se, “*água daqui*”, uma proposição (fato possível). Trata-se do uso mais pleno do verbo *dizer*, elemento evidencial com valor lexical, conceitual. Diferentemente do exemplo (2):

(2) *Diz que era um rei, tinha uma filha por casar. (CASSEB-GALVÃO, 2001, p. 162).*

Em (2), o argumento 1 é ausente. Uma alteração na sintaxe oracional da forma *dizer*. Em (2), *diz que* revela a fonte incerta do conteúdo asseverado. Casseb-Galvão (2001) afirma que a forma fonte da expressão *diz que* é a construção *(ele) diz que*, com oração matriz encabeçada pelo verbo *dizer* em seu sentido pleno com argumento 1 - agente do dito.

Assim, o uso na forma predicativa (lexical) tem a presença do agente - fonte da informação. Uso não predicativo introduz uma informação que não tem fonte definida. O conteúdo tem pouca credibilidade. Isso qualifica a proposição quanto à origem incerta ou duvidosa da informação asseverada no enunciado.

Além da construção *diz que*, o verbo *parecer* é usado como evidencial na língua portuguesa (GONÇALVES, 2003). Esse verbo pode ocorrer em diferentes construções linguísticas. Primeiro com significado de ‘assemelhar-se’, não evidencial. Diferentemente das ocorrências com significado modal. Para além da função evidencial assumptivo, a expressão *parece que* traz valores modais, pois lança dúvida sobre a exatidão do conteúdo.

Além disso, outras expressões linguísticas são utilizadas como recurso de evidencialidade no português. Gonçalves (2003) afirma que verbos *parecer*, *achar*, *crer* e os advérbios *provavelmente*, *obviamente* e *visivelmente* revelam tipos de evidencialidade - de inferencial à especulativo. Os verbos *achar* e *crer* podem ser usados para designativos de conclusões inferenciais e assumptivas, como nos exemplos da autora (2003):

(3) *Hoje eu me sinto péssimo por não saber falar em libras. Acho que como professor eu preciso aprender* (GONÇALVES, 2003, p. 123).

(4) *Será que um dia isso ocorrerá em o Brasil? Sou otimista. Creio que em 200 anos chegaremos lá* (GONÇALVES, 2003, p. 120).

Tão logo, na expressão *visivelmente*, a característica da evidencialidade visual predomina. Isso a especializa como advérbio evidencial direto, como no exemplo da autora (2003):

(5) *A cada ano que passa, tem atraído um público visivelmente mais jovem, e por isso trazemos alternativas que combinem com esse perfil* (GOLÇALVES, 2003. p. 125).

Dessa maneira, segundo Gonçalves (2003), expressões lexicais são predominantes como evidencial no português. Juntamente com formas verbais condicionais, imperfeitas e de futuro. Além disso, expressões lexicais podem ser utilizadas para múltiplas fontes de informações. Dispare da expressão *diz que*, típico do português

brasileiro, que ocorre regularmente sem uma referência específica do conteúdo citado pelo locutor.

Machado (2017) analisa o verbo *ver* em construções evidencialidade no português. A autora afirma que esse verbo tem comportamento semântico distinto dos verbos *olhar* e *enxergar*. Ela alega que *ver* evidencial apresenta propriedades conceptuais e composicionais que o desloca para função evidencial. Isso porque ele aciona uma experiência física de evento experienciado visualmente pelo falante. Ilustra-se nestes exemplos da autora (2017):

(6) aí outro dia eu estava com o meu namorado... na padaria ali... da rua do Brizolão... eu vi ele parado assim conversando com os colegas...
(MACHADO, 2017, p. 14).

(7) porque você... começa a concorrer... concorrer com uma porção de pessoas... aí o que é que acontece? você vê... que igual a você... tem milhares... pô... milhares de pessoas... então... como eu posso explicar assim?
(MACHADO, 2017, p. 89).

Para Machado (2017), duas construções, na língua portuguesa, expressam evidencialidade. São: *ver* + complemento não finito (evidência sensorial) (ex. 6); e 2) *ver* + cláusula *que* (evidência inferida) (ex. 7). Desse modo, a autor destaca que esse verbo, em uso, tem uma acepção cognitiva, com significado de conhecer ou entender. Os motivos disso são correlações entre experiência sensorial, os estados cognitivos e emocionais dos falantes.

Portanto, muitas expressões linguísticas podem ser recrutadas pelo falante para revelar à fonte da informação do enunciado. Destacam-se advérbios como *provavelmente, talvez, categoricamente etc.*; expressões como: *segundo, de acordo, sem dúvida, de fato etc.*; sintagmas locativos como *na televisão, no jornal, no rádio etc.*; verbos *dicendi* na 3ª pessoa do plural como *disseram, falaram, viram etc.* Também há, no português brasileiro, o *diz que* não predicativo, sem agente do dito.

Com essas considerações teóricas, na próxima seção, discorre-se a análise linguística de textos *fake news*. Retoma-se o objetivo: verificar tipos de evidencialidade nesses textos e identificar a expressão linguística que revela à fonte de evidência do enunciadador. No *corpus*, há 189 (cento e oitenta e nove) textos depreendidos dos sites *Fato ou Fake* e *Agência Lupa*. Entretanto, foram selecionados alguns exemplos para ilustrar essa análise.

ANÁLISE LINGUÍSTICA DE TEXTOS COM CONTEÚDO FAKE

Rochlin (2017) classifica os conteúdos das informações falsas em três tipos: “*mis-information*”, “*dis-information*” e “*mal-information*”. *Mis-information* são informações falsas compartilhadas sem objetivo de causar danos; *dis-information* são informações compartilhadas com objetivo de causar danos; e *mal-information* são informações verdadeiras de esfera privada compartilhadas na esfera pública para causar danos. As análises, nesse estudo, concentraram-se no segundo

tipo – *dis-information*, pois, do *corpus*, mais da metade é conteúdo nocivo ou a saúde pública ou a ordem democrática brasileira.

Da amostra, o tipo *citação reportada* foi mais recorrente (39 ocorrências). Nesse tipo de evidencialidade, o envolvimento subjetivo é experiência pessoal mais direta à situação. Isso gera um grau de evidência mais direta, assim, um fato atestado pelo enunciador que a reporta aos outros. Ilustra-se neste exemplo (8):

(8) “*Bolsonaro será reeleito se passarem por cima do meu cadáver*’ declarou Barroso em live. Luís Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) falou em uma live numa reunião com juízes franceses que não reconhece o presidente legitimamente eleito, Jair Bolsonaro e que afirmou categoricamente que não será reeleito. ‘Lula merece uma segunda chance’ concluiu Barroso.” (Agência Lupa)

O texto tem *layout* jornalístico, porém não revela a identidade de seus autores. Nele, citação reportada tem grau de evidência direta, marcado pelo verbo *declarar* com argumento *Barroso*. Além disso, há os verbos *falar* e *afirmar* e o advérbio *categoricamente*. O uso do diacrítico aspas entre as citações reportadas também atribui, graficamente, teor de veracidade ao dito.

Detectou-se, na amostra, o tipo de evidencialidade *direta* (22 ocorrências). Esse com sequência textual narrativa, gênero relato de experiência. Nele, o envolvimento pessoal é direto e grau de evidência também mais direto. A consequência na leitura é condução do leitor a aceitar os fatos relatados, pois eles são “supostamente” pautados na experiência do enunciador. Ilustra-se neste exemplo (9):

(9) *“Só um aviso aqui, galera. Ontem passei pelo treinamento para os trabalhos para a justiça eleitoral no próximo dia 7. Lembrem-se de votar em todos os candidatos. Se votar só em Presidente, e votar em branco nos outros, o voto é tido como voto parcial. Logo, seu voto é anulado. Só computa voto válido quando o voto é completo. Questionei isso lá, dizendo que a sociedade não tinha ciência de que voto parcial não é computado como voto válido. Questionei indignado, mas a instrutora foi bem clara em dizer que não era computado. Logo, vamos ficar esperto. repassem a todos”.* (Agência Lupa)

No texto, o verbo *passar* com argumento “eu”, elíptico, e o argumento *treinamento*. Essa construção dota o argumento “eu” como fonte da informação, adquirida por experiência pessoal direta. Essa construção, no início do relato, ludibria o teor de veracidade aos fatos relatados. Na sequência, o enunciador expõe um raciocínio inferencial por via da estrutura oracional condicional estabulada pelo “se”.

Detectou-se *inferencial textual* em textos com *layout* jornalístico (19 ocorrências). Não há identificação do autor, somente do “usurpado” veículo de comunicação. Nesse tipo, o envolvimento subjetivo é inferencial, menos direito, com grau de evidência mais direta. Os fatos são pautados no raciocínio do enunciador. Consequentemente, o texto conduz o leitor para a aceitação ou refutação dos fatos. Ilustra-se no exemplo (10):

(10) *“Quatro voluntários da vacina Pfizer desenvolveram paralisia de Bell... A paralisia de Bell é uma condição que causa fraqueza ou paralisia dos músculos do rosto. A condição faz com que um lado do rosto fique caído.”*
(Fato ou Fake)

Esse texto foi postado e compartilhado na rede social *Twitter*. Nele, a inferência textual é provocada pela associação entre um fato “*uso da vacina Pfizer*” e a doença “*paralisia de Bell*”. Além disso, a conclusão de que a *vacina Pfizer* adoece as pessoas é conduzida pela indução “*quatro voluntários*” para todos os vacinados. A inferência tem um envolvimento subjetivo menos direto, e a fonte da informação é o enunciador.

Outro tipo identificado foi *intuitivo* (18 ocorrências). Nele, o envolvimento subjetivo é por inferência menos direta, com grau de evidência indireta. Na amostra, esse tipo foi recorrente em mensagens de áudios compartilhados via *internet*. São textos curtos, com constatações de fatos por meio do raciocínio indutivo. Ilustra-se no exemplo (11):

(11) “*Como as pessoas não querem tomar a vacina da Covid, eles vão enfiar a vacina da Covid dentro da vacina da gripe e todas duas vão ser fabricadas pela Pfizer*”. (Fato ou Fake)

Nesse texto, a fonte de informação do enunciador é um fato generalizado, marcados linguisticamente pela pluralização do sintagma nominal *as pessoas* e o verbo volitivo *querer*. A partir disso, o enunciador cria uma versão fatídica que sugere ao leitor uma desconfiança sobre a vacina da Pfizer e dos agentes de saúde aplicadores dela. Essa alegação, conseqüentemente, remete ao leitor para uma injunção:

(12) *"Não é para tomar essa vacina de forma alguma e nem deixar a família tomar, tá? No lugar disso é para tomar ivermectina". (Fato ou Fake)*

Esses textos foram verificados e classificados como *fake* pela equipe do site *Fato ou Fake*. Eles foram elaborados para propagar um tipo de evidencialidade frequente em alegações como no exemplo (13):

(13) *"O objetivo é exterminar 50% da população do mundo". (Fato ou Fake)*

Nesses textos (12) e (13), o envolvimento subjetivo, fonte de informação é “ouvir-dizer” – de boato. Isso implica na origem indireta do conhecimento, com grau de evidência de indireta. Esse baixo grau de envolvimento físico e cognitivo por parte do locutor revela que o conteúdo das afirmações parte do “ouvir-dizer”, sem ter de o comprovar ou indicar fonte exata – veridicamente aceito pela comunidade. Os tipos de evidencialidade – ouvir-dizer - implicam três características específicas detectadas na amostra:

a) *reprodução de boato*: quando uma informação ouvida-reportada, não tem uma fonte específica. Normalmente é-lhe dada pouca credibilidade. Para ultrapassar a tensão entre a informatividade e o facto de o falante não poder/querer nomear a fonte do dito, são utilizadas expressões evidenciais de boato. Com elas, o locutor renuncia a responsabilidade pelo valor da verdade do discurso (ex. *dizem, ouvem por aí*);

b) *formulação de suposições por parte do locutor*: o próprio falante é prova do conteúdo do enunciado, surge do pensamento. A informação comunicada pode advir de situações anteriores, que, contudo, não precisam de ter uma relação direta com a conjectura comunicada.

Os tipos *assumido* (30 ocorrências), *de boato* (32 ocorrências) e *especulativo* (29 ocorrências) apresentam envolvimento subjetivo pautado no ouvir-dizer, como grau de evidência indireta com a situação descrita. Esses tipos são recorrentes nos áudio-textos fakes compartilhados na internet, como no exemplo (14):

(14) Recebi uma notícia agora há pouco que tem um funcionário da Sucen lá em Nhandeara, o nome dele é Vitória e ele tomou ontem a nova vacina aí que o Lula fez a propaganda dela, né. Tomou ontem de manhã, sentiu mal o dia todo, foi pra São José do Rio Preto e está internado em estado grave na UTI de São José do Rio Preto lá no Hospital de Base. Então tá aí. Esparrama essa notícia aí. (Fato ou Fake)

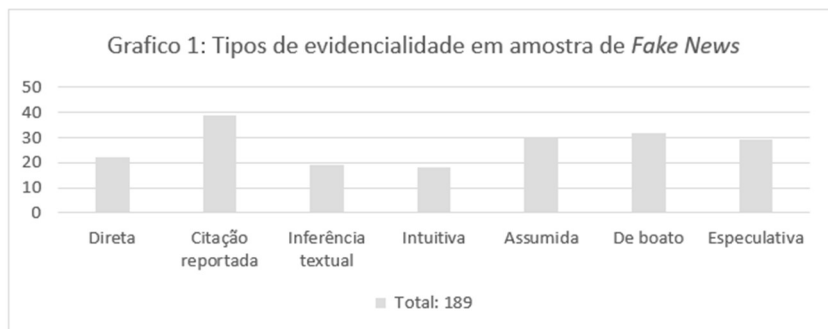
Nesse texto, o enunciador repassa uma notícia recebida, porém não se compromete com a informação repassada, pois não identifica a fonte da informação (*assumido*). Ele atribui a um terceiro essa fonte, codificado pelo verbo *receber*. É gerado, com isso, facto *realis*. Além disso, atualização do fato como estratégia de aceitabilidade é expressa pela construção adverbial de tempo “há pouco”.

Uma das principais características dos áudio-textos *fakes* (128 selecionados) é o envolvimento subjetivo indireto e grau de evidência baixa ou inexistente com a situação descrita. O enunciador parte de situações individuais para generalizações com efeitos coletivos. Além do mais, há sequências textuais injuntivas que instruem leitor-ouvinte a compartilhá-lo. Ilustra-se no exemplo (15):

(15) *"Rossil, deixa eu te falar uma coisa, não sei se você já recebeu aí ontem. Mas me mandaram ontem um áudio aí de uma doutora e ela tá pedindo para espalhar esse áudio. Por que? Porque essa semana vai acontecer uma vacina e essa vacina ela é fatal. Quem tomar essa vacina vai morrer instantaneamente, entendeu? É fatal, tá? (...)"*. (Fato ou Fake)

Nesse texto, o tipo de evidencialidade é *assumida*. Nela, há a identificação da fonte da informação com intuito de agregar credibilidade. O envolvimento subjetivo é pautado no “ouvir-dizer”, com informação de terceira mão. Assim, o locutor renuncia à responsabilidade pelo valor da verdade do dito em prol de uma credibilidade da autoria alegada na construção “*um áudio aí de uma doutora*”. Há uma interpelação – “*deixa eu te falar uma coisa*” – para uma realidade/fake evidenciada em uma fonte de informação imprecisa ou não identificada – “*uma doutora*”.

Da análise qualitativa dos cento e oitenta e nove textos depreendidos dos *sites*, gerou-se uma quantificação dos textos em relação ao tipo de evidencialidade expresso. Considerou-se a identificação das expressões linguísticas nos textos e as dimensões semânticas como envolvimento do sujeito com a situação e o grau de evidência. Exibe-se esse resultado no gráfico 1:



Fonte: Elaboração própria.

Citação reportada (1º), de boato (2º) e assumido (3ª) foram mais recorrentes na amostra de textos analisada. Por outro lado, especulativo (4ª), direto (5ª) e inferencial (6ª) foram menos recorrentes. Givón (1989) afirma que, em cada tipo de evidencialidade, há diferença quanto a origem da informação veiculada. Assim, os tipos oscilam em pressuposição, asserção *realis* e asserção *irrealis*.

Nesse sentido, nos tipos assumido, de boato e especulativa estão no domínio das asserções *irrealis*. Neles, a informação é fracamente asseverada como hipótese, possibilidade, probabilidade, suposição, conjectura, previsão ou adivinhação. O falante não defende a informação, e a fonte é irrelevante.

Inferencial e intuitivo estão na pressuposição. O contrato comunicativo estabelece que a informação pode ser assumida pelo falante como conhecida, familiar, não passível de dúvida por parte do ouvinte. Direta e citação reportada são fortemente asseveradas – asserções *realis*. Nelas permanecem a possibilidade de dúvida por parte

do ouvinte. Por isso, o falante se predispõe a defender a informação, citando a fonte do conteúdo.

Constatou-se que expressões linguísticas evidenciais recorrentes são: advérbios, *certamente, provavelmente, categoricamente*, a expressão *segundo*; sintagmas preposicionados *de acordo, de fato, com certeza*; expressões locativas *na televisão, no rádio, na internet, no jornal* etc.; e verbos *dizer, falar, ver, ouvir, afirmar, reportar, concordar, concluir*. Não foi detectado a expressão gramatical *diz que*. A sequência textual injunção é característica nos textos-*fake*. Na injunção, há presença de verbo com acepção de transferência, no imperativo, como *passar, enviar, mandar, espalhar, compartilhar* etc.

Diferentemente da especulativa, na evidência assumida, o enunciador elabora um fato a partir das próprias conclusões. Nesse tipo, não há envolvimento subjetivo com a situação, não há explicitamente a fonte da informação. Além disso, não é possível questionar-se sobre o fato em si, pois é transmitido com um fato/verdade indiscutível, como no exemplo (16):

(16) *"Lula decreta fim dos aplicativos de entrega. Não temos a quem recorrer, várias pessoas ficará sem trabalhar (sic)". (Fato ou Fake)*

Os tipos de evidencialidade podem oscilar em um mesmo enunciado, porém não podem ser expelidos. Um aparente fato enunciado, como em (16) – “*Lula decreta fim dos aplicativos*” – pode ser lido/aceito como realidade/verdade sem brechas para qualquer questionamento. Não há elementos lexicais ou gramaticais que revelam

a fonte dessa informação, sendo, assim que o enunciador se compromete como fonte do dito.

Portanto, análise linguística das expressões possibilita detectar tipos de evidencialidade. Qualquer situação descrita apoia-se em uma origem do conhecimento, um provedor de informação, um detentor de uma realidade/verdade constituída verbalmente para um fim específico: sociocomunicação.

PALAVRAS FINAIS

Nesse capítulo, analisamos tipos de evidencialidade, que se revelam em expressões linguísticas. Os textos – *fake news* – apresentam características específicas: *layout* jornalístico, sequência textual injuntiva e orações declarativas. Os tipos de evidência identificados na amostra são: citações reportadas, boatos, assunções, especulações, experiências diretas, inferências e intuições. Fontes de informação oscilam de experiências pessoas diretas e indiretas a situações inferidas e reportadas – ouvir-dizer.

Wardle e Derakhshan (2017) afirmam que desinformação é uma arma ideológica. Os autores classificam como desordem informativa, porque divulgação de *fake news* alicerça uma realidade/verdade paralela. Essa subversão forma uma nova onda de leitores. Aqueles que se alinham as ideologias extremistas. Nessas não há possibilidade para dialogismo, para democracia e para progresso da humanidade.

Na contemporaneidade, a tecnologia proporciona acesso à informação. Consequentemente, a velocidade que uma notícia chega ao

público é extrema. Esses são os cenários promotores de divulgação de *fake news* no mundo. Muitas das vezes, leitores não checam as fontes de informação pela velocidade que ela roda na tela do computador, celular ou tablet. Vive-se em uma sociedade *excessivamente* (des)informada. A seleção e distribuição das notícias por meio de *machine learning* – codinome algoritmo – retirou do leitor a liberdade de filtro.

Agência Lupa reuniu cinco “dicas” para identificar notícias falsas: (1) cheque além da manchete; (2) preste atenção na URL da notícia; (3) sempre verifique as datas; (4) fique ligado na fonte da sua informação; (5) duvide e confira. Além dessas, propomos uma análise linguística acurada por parte do leitor. Antes de abrir a aba do navegador para checar a autoria de uma notícia, levante hipóteses sobre verdade ou falsidade do texto a partir das expressões linguísticas nele. Elas podem ser presentes ou ausentes.

Assim: *suspeite* da fonte de informação presente no enunciado e *duvide* da fonte de informação ausente. Isso porque tanto uma como a outra são estratégias na gramática da (des)informação. O caminho do leitor-crítico passa pela identificação de expressões linguísticas. Com isso, entre *ver*, *ouvir*, *sentir* (direto – citação reportada) até *diz que*, *falam*, *dizem* (de boato – especulativo), há uma intencionalidade discursiva: recrutar pessoas para ideologias extremistas.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, Alexandra Y. *Evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2004.

- CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e gramaticalização no PB: os usos da expressão diz que*. Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. FCLAr, UNESP. Araraquara: 2001.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. *O que é evidencialidade: uma resposta interlinguística*. Goiânia – Go: Ed: Cegraf UFG, 2022.
- FISHER, Max. *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*. Trad: Érico Assis. São Paulo: Ed. Todavia, 2023.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003, 260p.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística: pragmática*. Campinas: Edição do Autor, 1982.
- HABLER, Geralda. *Marcadores de evidencialidade no português do Brasil*. Confluência. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 148-177, junho 2021.
- LEWANDOWSKY, Ecker S. *Beyond misinformation: understanding and coping with “the post-truth” era*. Journal of Applied Research in Memory and Cognition. V. 6 (4). 2017, p. 353-369.
- KAVADA, A. *Social media as conversation: a manifesto*. Social Media + Society 1, 2015.
- MACHADO, Natalia Ilse Paulino. *Evidencialidade no português brasileiro com verbo ver: estratégia construcional com base no uso*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.
- ROCHLIN, N. *Fake new: belief in post-truth*. Library Hi Tech, v. 35 (3), 2017, p. 386-392.

WARDDE, C; DERAKHSHAN, H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Council of Europe report. 2017.

WILLETT, Thomas. A cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. In: *Studies in Language* 12:1, 1988, pp. 51-97.

Agência Lupa <https://lupa.uol.com.br/> Acesso em 05 de mai. de 23.

Fato ou Fake <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/> . Acesso em 05 de mai. de 23.

CAPÍTULO 8

FAKE NEWS, RELIGIÃO E POLÍTICA: A ALIANÇA DE FORÇAS PODEROSAS E SEUS EFEITOS NA VIDA DOS INDIVÍDUOS E NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Maria Auxiliadora da Silva

INTRODUÇÃO

As *Fake News* passaram a fazer parte do cotidiano dos brasileiros como um fenômeno social da contemporaneidade, principalmente, nos últimos anos nas sociedades democráticas do mundo ocidental. Por outro lado, o fenômeno religioso se apresenta cada vez mais expressivo, revelando um grande crescimento do Grupo dos Evangélicos no nosso país. Por sua vez, a política nacional, nos últimos anos, também, passou a fazer parte, de forma significativa, da vida das pessoas levando muitos a tomar uma maior consciência de um cenário, antes tão distante do seu cotidiano. Como consequência desses três fenômenos, novos posicionamentos e discussões foram se desenhando, se revelando e se intensificando nos grupos e redes sociais. Sendo assim, esta produção tem por objetivo contribuir para reflexões sobre a articulação de três forças poderosas nos últimos tempos – *Fake News*, Religião e Política – na vida dos indivíduos e seus efeitos na sociedade brasileira na contemporaneidade.

POLÍTICA E RELAÇÕES HUMANAS

Na contribuição de Hobbes (1588-1679), “Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil”, escrito em 1651, tratando da condição do estado de natureza do ser humano, é discutido o que seria da vida deste sem o Estado (uma idealização). O estado de natureza seria uma condição em que não haveria um poder comum (Estado) entre os humanos. A questão que norteia a discussão é: *“como seria a vida dos indivíduos sem o Estado?”*. Dentre outros pontos, o autor sustenta que os indivíduos, sem um poder comum que os una, se destruiriam mutuamente, porque se comportariam como tendo direitos iguais a tudo, e isto implicaria em que todos poderiam fazer o que quisessem. Dessa forma, haveria enormes conflitos tendo em vista a imprevisibilidade das ações de cada um. Diante disso, pela insegurança e medo, se efetuariam a lógica da antecipação: para não ser atacado e destruído pelo outro um indivíduo atacaria o outro, o que geraria uma situação de guerra permanente ou disposição permanente para a guerra de todos contra todos. Hobbes (1651) não constrói uma teoria política sobre a natureza dos seres humanos, mas, sim, das relações mútuas entre eles. Sabemos que o ser humano só se torna humano através das relações e estas acontecem dentro de um ou mais grupos sociais. Qualquer grupo social, por sua vez, está inserido em determinada sociedade e cultura que porta uma linguagem, leis e costumes. A lei, institucionalizada como Estado, ou não, é o que possibilita aos indivíduos conviver e se expressar configurando uma civilização.

Freud (1856-1939), no seu texto “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915), refletindo sobre os males decorrentes da 1ª guerra mundial, tenta mostrar que o indivíduo sem a ação da civilização é destrutivo. Em 1920, no texto “Além do princípio do prazer”, Freud introduz o conceito de pulsão de morte como uma pulsão de destruição, de agressão. Em “O mal-estar da civilização” (1930), o autor volta a enfatizar que o ser humano teria pulsões agressivas e destrutivas – uma ameaça a civilização. Em outro questionamento posterior a respeito da guerra, em um diálogo escrito com Einstein: “Por que a guerra?” (1932), Freud discute que a violência nasce da agressividade, dos desejos e impulsos agressivos e que aquela se dá em razão dos conflitos de interesses entre os humanos. Em suma, parece impossível que os indivíduos se relacionem e vivam entre si sem um poder comum que os façam “respeitar-se” mutuamente. Freud, em partes da sua obra, argumenta que a religião se expressa como este poder. Na análise de Freud, os indivíduos precisam de leis e de uma ordem que os impeçam de se destruírem, por isso eles criaram Deus ou os deuses que, através das variadas religiões em cada cultura, ditam as normas a seguir, proíbe, condena, julga, recompensa, protege, ampara, faz imperar a justiça e pode dar-lhes tanto bênçãos quanto maldições. Percebemos que o papel da política seria substituir o papel da religião (com suas leis divinas, transcendentais e sobrenaturais) na questão de um poder comum entre os humanos. Percebemos, entretanto, que religião se alia influenciando comportamentos individuais e coletivos com um enorme impacto na sociedade como um todo.

Hobbes (1651) pontua que na natureza do ser humano encontramos três causas principais de discórdia: a competição, a desconfiança e a glória. Isto leva os indivíduos a se atacarem e a ser violentos uns com os outros em detrimento dos interesses particulares de cada um. Dessa forma, sem um poder comum capaz de manter a todos em respeito, os indivíduos vivem em uma condição, como já foi dito, que se chama guerra e uma guerra que é de todos contra todos. Nesta condição perpassa a desconfiança, insegurança, medo e demais sentimentos que acometem o ser humano em situações de perigo onde ele se sente ameaçado – o seu próximo é o seu inimigo. Sendo o medo a mola para a situação de guerra de todos contra todos, não há espaço nem possibilidade alguma para a cooperação, trocas, solidariedade, respeito, desenvolvimento e avanço do conhecimento pessoal. Hobbes argumenta que nesta condição, *“a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta”*. (HOBBS, 1651, p. 76). Também não há lugar para a noção de justiça ou injustiça, para a noção do bem ou do mal, pois *“onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça.”* (HOBBS, 1651, p. 77). Vimos, portanto, que em uma condição de natureza do ser humano, onde não há um poder comum, a noção de justiça e injustiça é inexistente, pois, conforme Hobbes, justiça é o cumprimento de um pacto e injustiça é o seu não cumprimento. A justiça – uma lei da natureza, nos impede de cometer ações que destroem a nossa vida e por isso é criado um contrato. O contrato é um ato de vontade por utilidade, é uma criação artificial do Estado, uma autorização para alguém agir no nome do Estado.

Segundo Hobbes (1651), é impossível fazer pactos com os animais porque não havendo da parte destes uma compreensão da linguagem humana não pode haver transferência de direitos e sem mútua aceitação não há pacto possível. Também, para Hobbes, não pode haver pacto com Deus a não ser através de um mediador por quem Ele falou (como no exemplo bíblico acima). Diferente de outros animais que vivem em bandos ou que fazem construções em trabalho coletivo como, por exemplo, as formigas ou abelhas, os humanos, para viver, socialmente, precisam de um pacto. No entanto, além deste pacto é preciso um poder que faça com que as cláusulas deste pacto sejam cumpridas. Este poder, para Hobbes, é o Estado.

A transferência de direitos, na teorização de Hobbes, pode ser feita a um indivíduo ou a uma assembleia de indivíduos (um grupo). “*À multidão unida numa só pessoa se chama Estado*”. (HOBBS, 1651, p.105). Este é o grande Leviatã, o Deus mortal, abaixo do Deus imortal, que possui poder soberano capaz de fazer a defesa externa e trazer a paz interna para a nação que o elegeu. Um primeiro poder, Hobbes chama de Estado de aquisição, mas, ele fala também de um outro tipo de poder soberano que “*é quando os homens concordam entre si em submeter-se a um homem ou a uma assembleia de homens, voluntariamente, com a esperança de serem protegidos por ele contra todos os outros*”. (HOBBS, 1651, p. 106). Este poder é chamado de Estado Político ou Estado por Instituição. No Estado instituído, um homem ou uma assembleia de homens representa a maioria que o elegeu e autorizou seus atos com o objetivo de ser protegida e viver em paz com os outros.

Dessa forma, na análise de Hobbes, cada indivíduo é responsável pela sua ação de escolher e eleger o poder soberano que foi instituído. Na democracia brasileira os brasileiros têm o direito, o dever e a liberdade de escolher seus representantes na esfera política. O voto de confiança em um candidato que se propõe a nos representar e a trabalhar para o bem comum tem consequências para toda a sociedade.

Na existência humana cada indivíduo é responsável pelas próprias ações e somente através da reflexão de si mesmo que poderá ser senhor do seu próprio destino deixando de ser escravo de um outro a quem delegou poder sobre si. Só assim ele poderá buscar alternativas para um viver melhor para si e para os outros. Sabemos, no entanto, que diante do medo e da incerteza do viver humano muitos buscam “um senhor” – alguém a quem delega poder sobre a sua vida. Freud (1927) fala que não suportamos a ideia de um desamparo existencial e por isso criamos Deus ou deuses, conforme a cultura na qual estivermos inseridos. Invocamos o pai protetor cuja certeza da sua existência apazigua nossas angústias decorrentes da nossa condição humana. O Estado, através dos nossos representantes políticos, eleitos pelo nosso voto de confiança, parece ter um papel similar. A ele compete legislar, promover a paz, fazer cumprir a lei e a justiça. Este poder delegado ao outro através do voto direto nos países democráticos, especificamente no Brasil, é influenciado pela liderança religiosa do grupo no qual cada indivíduo está inserido.

GRUPOS RELIGIOSOS E LIDERANÇAS

Podemos considerar que tudo que se pode chamar de civilização, ao longo da história, tem a marca da religião e, conseqüentemente, a marca dos seus deuses. Politéista ou monoteísta, é praticamente impossível pensar em uma religião sem a figura de um deus ou de deuses. Se a religião ocupa boa parte da obra de Freud, refletindo a importância dela para ele, a pessoa de Deus, como não poderia deixar de ser, tem um papel fundamental e significativo nela. Freud analisa a religião tendo como referência o Judaísmo e o Cristianismo e, particularmente, a Igreja Católica do Ocidente. Na verdade, Deus é visto particularmente pelas pessoas sob a influência do grupo social, da religião e do contexto cultural aos quais elas estão inseridas. A revelação (textos sagrados) é filtrada e interpretada por um grupo religioso em uma tentativa de desvelar o mistério, de tornar o desconhecido conhecido, de aproximar o homem do impenetrável e inatingível.

O ser humano, na teorização de Freud, busca na figura de Deus ou dos deuses a figura do Pai protetor, amoroso, cuidadoso e benevolente que o recompensa pela sua obediência a ele assim como o condena, pune e o repreende pela sua desobediência. Em vários textos de sua obra, Freud relaciona a figura do pai da ordem primitiva com a figura de Deus. Este se apresenta como um substituto mais poderoso, produzido pela cultura.

Para começar sabemos que Deus é um substituto paterno, ou mais corretamente, que ele é um pai exalçado, ou, ainda, que constitui a cópia de um pai tal como este é visto e experimentado na infância – pelos indivíduos na sua própria infância, e pela humanidade em

sua pré-história, como pai da horda primitiva e primeva. (FREUD, 1922/1976, p. 109)

Freud, em seu texto, “Psicologia de Grupo e análise do ego” (1921), inicia afirmando que a mente coletiva é diferente da mente individual. (FREUD, 1921). Neste texto, produzido após o término da 1ª Guerra Mundial (1914-1919), Freud, sustentando-se nas teorizações de Gustave Le Bon sobre a Psicologia das Massas (1855), assim como nas de William Mc Dougall (1920), discute que um indivíduo isolado e anônimo sofrendo a influência de um grupo altera seu comportamento, ideologia, visão de mundo e relacionamento com outros. Dependendo do grupo no qual está inserido o indivíduo se sente forte, sua autoestima se eleva e ele é capaz de realizar desejos antes reprimidos pelo contexto moral, religioso e cultural onde vive – para o bem e para o mal. Por outro, desejos também poderão continuar reprimidos ou com maior intensidade do que antes. Freud, em o “Mal-estar na civilização” (1930), enfatiza que pulsões inerentes ao ser humano, relacionadas à sexualidade e à agressividade, dentre outras, são barradas pela censura que impera nas civilizações. Podemos compreender que somos seres agressivos, com uma sexualidade inerente a nós do nascimento à morte e vivemos em determinada sociedade construída e sustentada por leis, costumes e religião - produto de sua cultura. A religião, especificamente, molda comportamentos ditando regras para se viver em contraste com desejos conscientes e inconscientes do ser humano. Dessa forma, há uma luta constante entre o que o indivíduo quer e o que ele pode ter ou fazer. Contudo, em um grupo o indivíduo pode encontrar espaço e abertura

para expressar desejos até então reprimidos que ele sozinho não ousaria vislumbrar.

Acho que se tem de levar em conta o fato de estarem presente em todos os homens tendências destrutivas e, portanto, antissociais e anticulturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana. (FREUD, 1927/1976, p. 17)

Sentindo-se amparado em um grupo de “irmãos” unidos por laços libidinais (um amor sustentado por elementos de identificação), assim como por um líder considerado como o pai protetor (representando a Lei), o indivíduo, muitas vezes, se sente forte e ousado para falar e cometer atos antes impensados e censurados por ele e pela sociedade como um todo. Dessa forma, verificamos o quanto as *Fake News*, na sociedade brasileira contemporânea, encontraram em muitos grupos religiosos um terreno fértil para ser produzidas, implantadas, reproduzidas, multiplicadas e espalhadas, principalmente no período eleitoral.

RELIGIÃO, POLÍTICA E FAKE NEWS

Inúmeras *Fake News*, nos últimos anos, se intensificaram, principalmente pela velocidade da sua propagação nas redes sociais e na mídia e grande parte estiveram (e estão) relacionadas com grupos religiosos - a comunidade de “irmãos” - dentre eles o grupo dos Evangélicos. Neste, o indivíduo passa a ter um sentimento de pertença. Muitos, antes excluídos por fazer parte da classe social considerada inferior, pela cor da pele ou outros traços contrários aos padrões da

sociedade vigente, sentem-se, agora, incluídos, fortes, com uma autoestima elevada e com uma identidade marcante que orgulham ostentar¹. O grupo, neste caso, se torna um terreno propício para que falsas notícias, divulgadas por mentes preconceituosas e perversas ligadas a algumas lideranças políticas e religiosas em uma aliança na qual o indivíduo se torna manipulável, mas sem qualquer percepção do seu papel no importante cenário de eleger representantes que irão trabalhar para o bem ou para o mal de toda uma sociedade, o que inclui sua vida pessoal e a dos demais cidadãos.

Retornando à “Psicologia de grupo e análise do ego” (Freud, 1921), vemos que dependendo do grupo no qual o indivíduo está inserido, ele pode ter sua capacidade intelectual reduzida e expressar sua agressividade através de atos violentos, tendo em vista que um grupo pode ser impulsivo, crédulo, sugestionável e sem capacidade crítica para uma leitura de fatos e da realidade tanto no presente quanto no passado. Muitos chamados “cristãos” negaram (e continuam a negar) a ciência recusando-se não só a tomar vacinas contra a Covid-19 (doença que assolou o mundo sendo deflagrada em 2020), como acreditaram e, também, disseminaram *Fake News* (e muitos continuam a fazer isso) contribuindo e sendo cúmplices em relação à morte de centenas de pessoas. Sem qualquer juízo crítico sobre o que ouviam (e ouvem) no discurso de seus líderes religiosos e políticos (muitas vezes este duplo

¹ A identidade dos Evangélicos foi teorizada na Dissertação de Mestrado concluída no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFMG sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Gontijo: SILVA, Maria Auxiliadora. “Religião, Identidade e Angústia: uma análise do Grupo dos Evangélicos Pentecostais” (2003).

poder concentrado em uma pessoa só)², sobre o que liam e leem nas redes sociais e sobre o que assistiam e assistem na mídia, principalmente televisiva, muitos religiosos (que não gostam de ser chamados assim) acreditam no que lhes é apresentado porque para eles é o Líder que sabe o que é certo e o que é errado, o que é melhor e o que é pior, o que é verdadeiro e o que é falso. Sendo assim, as *Fake News* chegam ao grupo religioso onde o indivíduo está inserido como verdades absolutas, sem possibilidade de questionamento, dúvidas ou discussão.

Um grupo é extremamente crédulo e aberto à influência; não possui faculdade crítica e o improvável não existe para ele. Os sentimentos de um grupo são sempre muito simples e muito exagerados, de maneira que não conhece a dúvida nem a incerteza. (FREUD, 1921/1976, p. 101)

Sendo extremamente crédulos, influenciáveis e desconhecendo a dúvida e a incerteza, conforme a citação acima, muitos grupos religiosos conceberam ao longo dos anos (e ainda concebem) que qualquer pessoa de posicionamento político de Esquerda é Comunista, mesmo que seus membros nunca tenham estudado ou ter tido qualquer conhecimento do que se trata o “Comunismo”. Eles se sustentam no discurso religioso de seus líderes, no qual o Comunismo é associado ao mal, ao Demônio, aos inimigos de Deus e do Cristianismo. Deus e o Demônio são personagens presentes no discurso e na vida prática do Grupo dos

² O duplo poder (religioso e político) na liderança dos Evangélicos Pentecostais foi discutido na Tese de Doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC São Paulo: SILVA, Maria Auxiliadora. “Religião, Sexualidade e Poder: o duplo poder na liderança dos Evangélicos Pentecostais” (2009).

Evangélicos a partir de uma interpretação particular dos relatos bíblicos e da denominação da qual fazem parte.

O temor aos demônios e a ideia do “Espírito do mal” persistiu no sistema religioso ao longo da história da evolução da espécie humana, e está intimamente ligada com a relação do indivíduo com o pai, sempre permeada pela ambivalência de sentimento. (FREUD, 1933). Esta ambivalência, tendo origem no complexo de Édipo, continua na relação do indivíduo com Deus durante toda a sua vida. A forma do indivíduo lidar com este conflito de sentimento, havendo criado para si a figura de Deus, foi criar também a figura do Demônio. Deus é a representação do pai bondoso, amoroso e protetor. O indivíduo direciona para Deus seu amor, sua adoração e submissão, sentindo-se sempre em débito e culpado em relação a Ele. O Demônio, por sua vez, representa o pai odiado e invejado. É o seu inimigo, que o persegue e quer destruí-lo. O indivíduo direciona para ele sua raiva, sua agressividade, sua rejeição e seu horror. O Demônio é, então, a duplicata do pai, o seu substituto.

Se o Deus Benevolente e justo é um substituto do pai, não é de admirar que também sua atitude hostil para com o pai, que é uma atitude de odiá-lo, temê-lo e fazer queixas contra ele, ganhe expressão na criação de Satã. Assim, o pai, segundo parece, é o protótipo individual tanto de Deus quanto do Demônio. (FREUD, 1922, p. 111)

Sustentados por interpretações, muitas vezes equivocadas, dos textos bíblicos, muitos Evangélicos construíram seu corpo de doutrinas onde a pessoa do Demônio tem lugar de destaque. Cada denominação religiosa dá maior ou menor ênfase a figura do Demônio, de acordo com a visão, formação cultural e teológica de seus líderes. Esta visão e

formação vão resultar no discurso e prática de cada Igreja. Algumas vão dar demasiada importância ao Demônio: ele será o responsável pelas calamidades do mundo como os fenômenos da natureza; pelas guerras; pela fome; miséria; doenças; pela criminalidade e a violência em geral; pelo aumento do uso de drogas; corrupção na política brasileira etc. Na verdade, em muitas Igrejas, o Demônio é visto como o responsável por tudo de ruim que acontece na humanidade, ao longo de sua história, assim como também na vida particular de cada pessoa:

Freud reconhecia a existência do mal no ser humano tendo em vista o impulso de agressividade inerente a ele, representante da pulsão de morte. Esta é um obstáculo a cultura porque visa a destruição da natureza e do próprio ser humano, estando em constante luta com a pulsão de vida. Para os Evangélicos, entretanto, a questão do mal está ligada diretamente com a ação do Demônio - o mal é da ordem do sobrenatural. A luta, então, contra o mesmo só pode ter resultados positivos se for também realizada no campo espiritual.

Aliado ao discurso religioso apresenta-se, no grupo dos Evangélicos, o discurso político reforçando que candidatos e representantes políticos de Esquerda (“seguidores do Demônio”) são uma ameaça à ordem vigente, à Pátria, à família, aos “bons costumes” e demais padrões sociais: à “normalidade” e normatividade social. Sendo assim, as *Fake News* chegam com uma força gritante porque vêm da liderança religiosa e política para a “comunidade de irmãos”, cujos membros são unidos pelo sentimento de pertencimento e mesma identidade. Assim, se sentem fortes contra as ameaças dos inimigos que

têm o objetivo de perseguir e destruir suas lideranças “ungidas” por Deus, além do objetivo de fechar os templos onde congregam, enfim, de acabar com o Cristianismo no Brasil e com a liberdade religiosa. Desconhecem do que se trata o Comunismo, no passado e no tempo presente, do que se trata o Socialismo e a Democracia, inclusive no Brasil.

Oriundos de comunidades religiosas cujas lideranças são autoritárias e sem muita escolaridade, os membros do Grupo dos Evangélicos, principalmente os Pentecostais, reproduzem e repetem seus discursos permeados de *Fake News* sem qualquer questionamento ou investigação delas. Utilizando-se de versículos dos textos bíblicos descontextualizados, tais lideranças manipulam, abusam e exploram seus “fiéis” conscientes do poder que têm sobre o rebanho obediente, confiável e ingênuo.

E, finalmente, os grupos nunca ansiaram pela verdade. Exigem ilusões e não podem passar sem elas. Constantemente dão ao que é irreal precedência sobre o real; são quase tão influenciados pelo que é falso quanto pelo que é verdadeiro. Possuem tendência evidente a não distinguir entre as duas coisas. (LE BON, 1855, citado por FREUD, 1921/1976, p. 104)

Analisando as teorizações de Le Bon (1855) e de Mac Dougall (1920), Freud (1921) vai tecendo considerações que se apresentaram e se apresentam atuais no contexto atual da nossa sociedade brasileira. O texto vai discorrendo que um grupo é um rebanho obediente que anseia por um líder ao qual se submete porque seus membros querem ser guiados por alguém considerado por eles como forte, inteligente e poderoso: o Pai que ama, protege e sabe o que é melhor para seus filhos.

O que este espera em troca é apenas obediência e a isso os filhos respondem. Se houver qualquer questionamento ou dúvida a respeito das verdades apresentadas não há mais lugar para o questionador no rebanho, considerado rebelde e desobediente. A desobediência é intolerável pela liderança e pela “comunidade de irmãos” e, assim como o líder, o grupo não admite conflitos, posicionamentos contrários aos da maioria e nem discussão. A diversidade no meio religioso de um determinado grupo é inexistente. Neste impera a ordem, a moral, o conservadorismo, a obediência aos Governos (mas só da Direita) e o fundamentalismo religioso. O fundamentalismo religioso se sustenta em preceitos, dogmas, ensinamentos considerados como verdades inquestionáveis ao longo da história. O questionamento implica dúvida de algo dado por outro superior. Conforme a psicanálise, este outro é a representação da figura paterna da infância que protegia e amparava o filho quando criança, mas que também o punia quando ele desobedecia a suas regras e leis rígidas.

As *Fake News* passaram a ter um forte protagonismo no mundo nos últimos anos e, na política brasileira, intensivamente a partir das eleições presidenciais em 2014 quando Dilma Rousseff e Aécio Neves disputaram o maior cargo político do país. Na Tese de Doutorado de Tatiana Maria Silva Galvão, “Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (2020), constatou-se que:

No caso da experiência do Brasil em 2018, análise de conteúdo mostrou que Jair Bolsonaro foi o maior beneficiado, direta ou

indiretamente, pela distribuição de fake news, enquanto Lula/Haddad os principais prejudicados. Ao mesmo tempo, o bolsonarismo, apesar de quase equânime, foi sentimento que mostrou maior frequência do que o antipetismo, que esteve na sequência. Entre outras descobertas, destaca-se que a maioria das fake news foi classificada como pró-Bolsonaro. (GALVÃO, 2020, p. 9)

Jair Messias Bolsonaro, praticamente um desconhecido para a maioria dos brasileiros, surgiu no cenário como uma opção de oposição a qualquer candidato do Partido dos Trabalhadores tendo em vista o “desgaste e enfraquecimento” do mesmo em relação aos anos anteriores na história do Brasil. Com Luiz Inácio Lula da Silva impedido, pela Justiça Eleitoral, de se candidatar, estando preso na época, Bolsonaro com o discurso em prol de “Deus, Pátria e Família” veio ao encontro dos anseios da liderança de muitos grupos religiosos que aliando-se a ele fizeram um pacto para que o candidato considerado da Esquerda não tivesse chance no peito eleitoral. Religião e Política, em uma cumplicidade, mútua evidenciam seu duplo poder sobre os membros de vários grupos religiosos, dentre eles o dos Evangélicos. Nesta batalha entre o “bem e o mal”, *Fake News* tiveram um papel preponderante sendo produzidas e divulgadas como verdades absolutas tais como “*se o Haddad ganhar eleições, ele fechará os templos evangélicos*”. *Fake News* como esta já tinham sido produzidas na eleição de 1989, a primeira eleição com voto direto do povo após a promulgação da Constituição brasileira de 1988, quando Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello disputaram o cargo de Presidente do Brasil, sendo este último o vencedor no pleito.

Inúmeras outras *Fake News* foram produzidas e divulgadas ao longo dos anos sempre chegando ao grupo dos Evangélicos com verdades inquestionáveis, tendo em vista que eram proferidas pelos seus líderes religiosos muitas vezes, também, políticos. O duplo poder se apresenta com uma força avassaladora na vida dos indivíduos e no grupo ao qual estão inseridos.

Se na eleição de 1989 Fernando Collor de Mello se apresentava como o candidato que ia eliminar os “Marajás” acabando com a corrupção no Brasil governando para os “descamisados”, na eleição de 2018 e 2022, Jair Messias Bolsonaro se apresentava não só como aquele que iria acabar com a corrupção no país, mas também, como aquele que encarnava em si o patriotismo, o religioso, o conservador indo contra tudo que se entendia como contrário a norma social. Sendo assim, ele era “o escolhido de Deus” defendendo valores cristãos, a família brasileira e Deus. Nesta toada, as *Fake News*, em uma produção galopante, divulgadas e compartilhadas pela liderança religiosa e política em muitos grupos, exerceram grande influência no modo de pensar e de se posicionar de muitas pessoas. Brigas, rivalidades e ódio ao outro se intensificaram e se tornaram notórios, principalmente, nas redes sociais.

Ancorados pelos discursos agressivos e eloquentes da liderança religiosa e política em seus grupos, muitos membros nos cultos passaram a fazer com as mãos sinal de “arminha” em uma obediência nazista ao “mito”. Este, cada vez mais endeusado pela liderança religiosa e pelo grupo onde pertencia, com apoio incondicional de seus membros, venceu as eleições de 2018. Seu discurso e comportamento social, sua

oposição a ciência, aos direitos humanos, aos grupos minoritários e excluídos como o dos indígenas e quilombolas, dentre outros, não eram e não são questionados ou passíveis de crítica. O Grupo, como um rebanho obediente, conforme Freud (1921), não anseia pela verdade e precisa de um líder, assim como Hitler, com todas suas atrocidades, foi um ídolo para muitos alemães por ocasião da 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *Fake News*, transvestidas como verdades, foram e são uma poderosa força em aliança a religião e a política. Mesmo tendo o poder de convencer, manipular e explorar pessoas crédulas, estas não são isentas de sua participação no jogo político no qual sua participação pode alterar a história. Muitas pessoas se recusaram e se recusam a questionar seus líderes, porque se “o véu” dos mesmos for tirado, elas não darão conta de se sustentar e o grupo pode se desintegrar, como teorizou Freud (1921). As *Fake News*, como “*verdades absolutas*”, também não podem ser questionadas e continuam com o seu papel nocivo de transformar em trevas o que poderia ser luz; de trazer guerra onde poderia haver paz; de fomentar preconceitos, injustiça, violência e ódio onde poderia existir respeito as diferenças e a construção para todos de um mundo melhor de ser vivido.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu (1913). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 13, 1976, p. 13-191.

- FREUD, Sigmund. Reflexões para os tempos de guerra e morte (1915). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 14, 1976, p. 311-338.
- FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 17, 1976, p. 13-85.
- FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 17, 1976, p. 89-169.
- FREUD, Sigmund. Uma neurose demoníaca do século XVII (1922). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol.19, 1976, p. 87-127.
- FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1927). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol.21, 1976, p.13-71.
- FREUD, Sigmund. O mal estará na civilização (1930). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 21, 1976, p. 75-171.
- FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (1932). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 22, 1976, p. 237-258.
- FREUD, Sigmund. Moisés e o Monoteísmo – Três ensaios (1939). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 23, 1976, p. 13-156.
- GALVÃO, Tatiana Maria Silva. *“Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil”*, Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* (1651). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CAPÍTULO 9

O DISCURSO NEOLIBERAL E AS FAKE NEWS, UMA QUESTÃO DO OUTRO(?): UMA LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE O (DES)LAÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Maria Câmara
Diêgo Fernandes

INTRODUÇÃO

Em 2016, o Dicionário Oxford nomeou a “pós-verdade” como a palavra do ano. De lá para cá, o panorama político e social foi marcado por esta conjuntura da pós-verdade, onde a crença objetiva e racional perde peso diante apelo político e ideológico. Em meio a esse cenário, as falsas notícias (fake news) se difundem. Mecanismos estes utilizados nas eleições de líderes extremistas neoliberais, como no caso do Estados Unidos 2016 e do Brasil 2018.

A ascensão do neoliberalismo, na escolha de líderes da extrema direita, vem sendo associada a manipulação midiática da opinião pública através das práticas de fake news. A ampliação das fake news, marca a era da pós-verdade, onde as verdades universais são abandonadas. Isto corresponde, na psicanálise, ao que Lacan (1968-69/2008) menciona no aforisma “evaporação do pai”, ou seja, o declínio do grande Outro, que resulta na decadência da transmissão da Verdade e revela a segregação como marca.

O grande Outro, enquanto função, produz uma mudança social da ordem simbólica. Para Lacan (1968-69/2008), ao contrário que se pensa que a comunicação da nossa civilização homogeneiza as relações, o que caracteriza nosso século é a segregação ramificada, que produz uma multiplicação de barreiras sociais. Lacan (1969/1970/1972) localiza o desaparecimento desse Outro a partir da ascensão e predomínio do discurso capitalista na sociedade atual. É através da noção dos discursos que Lacan (1969/1970/1972) irá abordar como que este, o discurso capitalista, não fornece uma função propriamente de discurso que é a do laço social.

Partindo-se do discurso capitalista apresentado por Lacan, iremos introduzir a ideia da vigência deste em seu estado mais avançado, ou seja, na forma do discurso neoliberal. Discurso este comandado pela lógica de mercado e que produz no sujeito, uma forma de erradicação da alteridade, um individualismo, uma retroalimentação das verdades “próprias” de cada um e de seu ensimesmamento.

Diante deste cenário, questionamos: De que maneira as noções do discurso capitalista e do Outro em Lacan podem contribuir para a compreensão dos efeitos que o neoliberalismo entrelaçado às campanhas de fake news tem tido sobre os sujeitos no Brasil contemporâneo?

“EXISTE” O OUTRO NA CONTEMPORANEIDADE
BRASILEIRA(?): REVERBERAÇÕES DO NEOLIBERALISMO
NUMA CHAVE DO DISCURSO CAPITALISTA EM LACAN MAS
DE QUE “OUTRO” SE TRATA?

Como ponto de partida, talvez seja necessário esclarecer que não se trata apenas de uma questão estética a grafia das expressões *outro* e *Outro* iniciarem com maiúscula ou minúscula. Como se fosse duas formas de dizer a mesma coisa, mas sim, de indicar que estas apresentam características peculiares e distintas no pensamento de Jacques Lacan.

Ao se referir ao *outro* com inicial minúscula, podemos identificar este com o eu ideal, um tipo de imagem estabelecida pelos significantes do *Outro* com inicial maiúscula. A título de exemplo, o sujeito empreende a vida toda na tentativa de equiparar-se ao eu ideal, na busca de moldar seu eu conforme a imagem e semelhança desse eu ideal que seus progenitores querem que ele alcance, ou seja, inteligente, legal, bem-sucedido, bonito, entre outros atributos. O que na verdade está por trás disso? São significantes que compõem um tipo de discurso que veiculam o desejo do *Outro*. Assim, o eu e o *outro* se confundem. O sujeito¹ projeta no *outro* seus conteúdos, intenções e pensamentos; o sujeito vai enxergar no *outro* com o qual se identificou, traços seus, vendo-o como seu ideal, aquilo tanto admira, desejando ser exatamente igual a ele (QUINET, 2012).

¹ O sujeito, em psicanálise, é o sujeito do desejo, que S. Freud descobriu no inconsciente (CHEMAMA, 1995, p. 208). Assim, podemos dizer que o termo sujeito, introduzido por Lacan na psicanálise, está aí para tornar possível operar com a hipótese do inconsciente sem aniquilar sua dimensão fundamental de não sabido [...]. Poderíamos dizer que Lacan retoma literalmente a expressão "hipótese do inconsciente" e substitui "hipótese" por "sujeito" (KAUFMANN, 1996, p. 502).

Ainda conforme Quinet (2012), por sua vez, o Outro, com inicial maiúscula corresponderia ao lugar na linguagem onde se coloca para o sujeito as questões em torno da sua existência, sexualidade e sua história. A própria condição do sujeito está intrinsecamente ligada aos desdobramentos que se dão no Outro. Freud utilizou a expressão “ein anderer Schauplatz” para nomear o inconsciente, isto é, a Outra cena, o Outro palco. Isso corresponderia dizer, que ao se falar em sujeito, pode-se constatar que este não possui uma identidade própria, mas que esse sujeito é sim, representado por significantes que vem do lugar psíquico chamado por Lacan de Outro, o qual pode ser também denominado de “o Outro do significante”, “o Outro da linguagem” ou “o Outro do simbólico”.

Constatamos a partir dessa questão, que Lacan situará a alteridade, ou se preferir, a relação do sujeito com todo o seu entorno, com seu desejo no sentido de uma determinação inconsciente, isto é, do Outro (QUINET, 2012). Assim, os discursos do Outro tornam-se condição sine qua non na produção do laço social entre o sujeito e os outros. Dito de outra maneira, é o discurso do Outro - alteridade radical- que irá regular e ordenar o imperativo de como o sujeito se relaciona e se vincula aos outros - semelhantes- no laço social. Estando nessa concepção um dos pontos nevralgicos na argumentação aqui exposta sobre os efeitos que o discurso neoliberal e as campanhas de fake news tem tido

sobre os sujeitos e consequentemente no laço social destes na contemporaneidade brasileira.

PREÂMBULO DO CENÁRIO BRASILEIRO

A proeminência de um trabalho que aborda nuances em torno dos sujeitos no presente momento histórico, se justificaria apenas pela excrescência, implicações e os efeitos que o governo como o de Jair Messias Bolsonaro legaram ao Brasil. O populismo vinculado a uma discursividade de ódio, a valorização das políticas armamentistas, falas racistas, homofóbicas, misóginas, a banalização da vida (ou da morte), o culto a ignorância e a negação da ciência, dentre outras. Todos esses elementos balizaram o discurso do dito governo e ainda não puderam ser elaborados. Pois diante de uma das faces traumáticas desse Real², grande parte da população brasileira ainda continua estupefata com a profundidade dos absurdos e sem possibilidade de elaborar sobre tais eventos no campo simbólico.

Uma das facetas do referido governo, demonstraram significativos efeitos sobre os sujeitos e seu laço social no Brasil contemporâneo: o discurso neoliberal. Dweck (2021) discorre que o governo de Bolsonaro foi eleito pelo voto popular nas eleições de 2018, peremptoriamente na esteira da agenda econômica neoliberal. Algo que

² O Real foi um termo empregado como substantivo por Jacques Lacan para designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar, o francês o introduziu em 1953, extraindo-o do vocábulo da filosofia e do conceito freudiano de realidade psíquica (ROUDINESCO; PLON, pp. 644-645). Não se deve, porém, confundir o conceito de Real com a realidade material, que seria aquela externa ao sujeito e compartilhada tacitamente entre as pessoas.

vinha sendo prenunciado desde 2017, quando o então pré-candidato, sinalizava que indicaria como seu possível ministro da Fazenda, Paulo Guedes, mestre e doutor pela Universidade de Chicago³. A partir da vitória de Bolsonaro, veio a confirmação de Guedes como seu ministro e a concretização das políticas neoliberais que avançaram em marcha forçada durante sua gestão.

O neoliberalismo é uma corrente de pensamento que possui seus fundamentos históricos no início do século XX, sendo uma visão de mundo que se posicionou antagonicamente a prevalência de políticas estatistas cujas influências são o socialismo e as políticas da social-democracia keynesiana⁴. O neoliberalismo tem como uma de suas premissas a ideia de ser “o homem” um ser de necessidades e desejos. Onde suas necessidades são evidenciadas pelo desconforto e os seus desejos por intermédio das suas escolhas (HOLANDA, 1998).

Esse trecho, anteriormente extraído do trabalho de Holanda (1998), indica algo fundamental para se pensar no alcance que o discurso neoliberal possui sobre o desejo das pessoas. Algo que coaduna a proposição anterior, é o que argumenta Harvey (2014), ao dizer que não há campo de pensamento que se torne dominante sem com isso

³ A Escola de Chicago é uma escola de pensamento econômico baseada nos ideais neoliberais. Dessa maneira, ela defende o livre mercado e a teoria dos preços para que a economia possa se desenvolver sozinha sem intervenção estatal. Ao demonstrar a intenção de indicar Guedes como futuro ministro da Fazenda, alguém que pode ser visto como um símbolo do neoliberalismo, Bolsonaro estava sinalizando a que vinha, estabelecer e potencializar as políticas neoliberais e tudo que isso acarreta no contexto brasileiro.

⁴ Termo referente a John Maynard Keynes (1883-1946), um importante economista britânico do partido liberal e opositor teórico de Friedrich Hayek (1889-1992). Para maior aprofundamento neste embate teórico e compreensão da teoria keynesiana recomenda-se o trabalho de Nicholas Wapshott de 2017, intitulado: Keynes x Hayek: as origens e a herança do maior duelo econômico da história. Editora Record.

carregar todo um aparato conceitual que consiga mobilizar as sensações, os valores e os desejos das pessoas, assim como as possibilidades do meio social que elas habitam.

Supomos ser possível perceber que o discurso neoliberal não se trata apenas de um ramo da economia, mas sim, de uma forma de subjetivação que captura os sujeitos em sua forma desejar e de como estes se relacionam com o outro no contexto social. A consequência da forma discursiva do neoliberalismo, é que esta cria uma instrumentalização do desejo que abandona os predicados éticos, concernente à singularidade do inconsciente, e morais, relativos à coletividade (ROCHA, 2021).

Dessa forma, na visão e hipótese aqui expressas, cogita-se que as políticas do discurso neoliberal vigentes no Brasil de Bolsonaro, (des)articularam e potencializam uma lógica de funcionamento nos sujeitos afetando diretamente a maneira com que estes se relacionam com o outro no âmbito social. É partindo dessa descrição, que se propõe o questionamento a partir de uma leitura psicanalítica sobre: quais efeitos o discurso neoliberal tem produzido sobre o sujeito e a consequência disso no laço social contemporâneo?

O (DES)LAÇO SOCIAL E O “TUDO-SABER” COMO EFEITOS DO DISCURSO NEOLIBERAL NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

Na interpretação lacaniana, o discurso seria os quatro modos de relacionamento nos quais podem ser encontradas a gênese do sofrimento do ser humano, como dito por Freud (1930): “governar,

educar, analisar”. Isso é abordado por Lacan no Seminário XVII, O avesso da psicanálise (1969/1970), na sua elaboração dos quatro discursos: o discurso do mestre/senhor [governar], o discurso da histérica [fazer desejar], o discurso do analista [psicanalisar] e o discurso universitário [educar]. A formulação desses discursos pode ser vista na figura a seguir:

Figura 1. Estrutura interna dos quatro discursos.



Fonte. Lacan (1992)

Assim, Lacan descreve a concepção dos quatro discursos da seguinte forma:

Os discursos em apreço nada mais são do que a articulação significante, o aparelho, cuja mera presença, o status existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem a palavra, que vem em seguida alojar-se neles. Assim, posso me dizer, a propósito desse fenômeno embriagador chamado tomar a palavra, que certas demarcações do discurso nas quais isto se insere seriam talvez de tal natureza que, vez por outra, não se a toma sem saber o que se está fazendo. (LACAN, 1969/1970/1992, p. 177)

Ao se levar em consideração a descrição de discurso feita pelo francês, poderíamos então dizer que há uma cadeia (articulação) de

significantes que forma a estrutura dos discursos, isto é, algo que governa tudo e constitui-se sem precisar necessariamente de palavras, possuindo intrínseco em sua logicidade, a condição de produzir o laço social. Estando em questão, portanto, aquilo que seja capaz de ordenar e regular os vínculos entre os sujeitos na sociedade (COELHO, 2006). O que está em jogo nesta articulação significativa é o discurso do Outro.

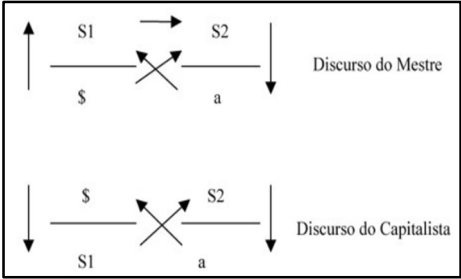
Jorge (2005) aponta que Lacan parte da concepção de ser a linguagem a cadeia simbólica, aquilo que determina o homem antes mesmo dele nascer, bem como, depois de sua morte. O infante é introduzido no mundo humano marcado por um discurso, no qual se inscrevem as fantasias das figuras paterna e materna, a cultura, a classe social, a língua, a época etc. Ao passo que se pode dizer que todo esse aparato constitui o campo do Outro, lugar onde se constitui também o sujeito. Motivado por tudo isso, Lacan não apenas insistirá na exterioridade do simbólico em relação ao homem, como também, apostará na sujeição desse homem a tal discurso.

A pergunta a se fazer neste ponto seria: qual discurso “imperar” como significante [agente] e é direcionado ao sujeito na contemporaneidade brasileira? Sim, a resposta já foi explicitada no tópico anterior, indubitavelmente é o discurso neoliberal. Porém, o discurso neoliberal se ancorará no que Lacan (1969/1970/1992) denominou de discurso capitalista no Seminário XVII. No decorrer do já referido Seminário, Lacan argumenta que sua época estava marcada pela emergência de uma nova logicidade do discurso do mestre, o

discurso do capitalista, um tipo de discurso do mestre moderno, que pode ser entendido como perverso.

Contudo, diferente do caso dos outros quatro discursos, somente em 1972, em meio a uma alocução na Universidade de Milão, na Itália, é que Lacan oferecerá uma formalização categórica do discurso capitalista, como uma espécie de deslizamento do discurso do mestre (ROCHA, 2021). Assim, a configuração do discurso do mestre em contraste com o discurso capitalista ficou assim:

Figura 2: Estrutura do deslizamento do discurso do mestre ao discurso capitalista



Fonte. (ROCHA, 2021)

Ao se analisar a Figura 2, é possível constatar que há uma diferença crucial entre o discurso do mestre e o discurso capitalista que serve aos propósitos da nossa produção textual. No primeiro caso, o agente/mestre (dominante) organiza a produção discursiva, domina o laço social, é o responsável por movimentar o discurso. O outro/escravo (dominado) é aquele a quem o discurso se dirige; onde se necessária execução, precisa do agente para se constituir. A produção é o efeito do discurso. Nesse primeiro instante é a verdade que sustenta o discurso,

dessa forma é o lugar fundamental para ordenar a função da fala (BADIN; MARTINHO, 2018).

Já no segundo, no discurso capitalista, as flechas não são dirigidas do agente (capitalista) ao outro (proletário), tendo, portanto, uma impossibilidade de relação entre eles. Assim, ao voltarmos e pergunta de qual discurso “impera” como significante [agente] e é direcionado ao outro na contemporaneidade brasileira? A resposta é de que o discurso que impera é aquele que não faz laço.

Por conseguinte, o primeiro efeito a ser extraído de toda essa equação, é que o “senhor e o escravo subjugam-se à condição do proletariado, como aquele que se encontra destituído do laço social”. Em outras palavras, não há laço social na lógica do discurso capitalista. Com a inversão no sentido das flechas do primeiro para o segundo discurso como poder ser visto na Figura 2, a verdade perde sua proteção, abrindo a um tipo de acessibilidade ao “tudo-saber” (ROCHA, 2021, p. 06). Assim, a verdade (saber) é relativizada de formas estratosféricas, pois não há significantes que garantam o imperativo de sustentação de verdade alguma na discursividade lançada em direção ao outro. A descrição a seguir pode auxiliar na compreensão do sujeito que está imerso no discurso capitalista:

No avesso do discurso do analista, orientado pela experiência do impossível [...], nosso sujeito mergulhado no discurso capitalista é aquele que nada quer saber da experiência do impossível. Com seu desejo governado/ordenado/causado pelos objetos--mercadorias - pelas latuas cuja construção é viabilizada pela ciência -, ele é aquele para quem não existe nem o real nem o inconsciente; aquele que não quer saber nada disso; aquele que constrói ao redor disso a

barreira da sua “paixão da ignorância” [...] (PACHECO FILHO, 2015, pp. 37-38, grifos do autor).

Este “tudo-saber” do discurso capitalista e essa “barreira da sua paixão da ignorância”, como dito por Pacheco Filho (2015), foi um dos efeitos elevados ao cubo no contexto brasileiro durante a gestão Bolsonaro, operacionalizado por intermédio das campanhas de fake news. Algo que será melhor explorado mais adiante neste trabalho.

Então, por que a opção de utilizar o termo discurso neoliberal em detrimento de discurso capitalista? Porque o capitalismo se encontra em seu estágio mais avançado na atualidade sob a nomenclatura de neoliberalismo. Recorrendo ao que sustenta Coelho (2006), essa inexistência de relação entre o agente e o outro, está no fato de não existir vínculo entre o capitalista e o proletário, ao que consequentemente leva a não haver laço social possível nessa configuração discursiva.

Assim, ao retomarmos a pergunta com que finalizamos o tópico anterior, ou seja, quais efeitos o discurso neoliberal tem produzido sobre o sujeito e a consequência disso no laço social contemporâneo? Diríamos então que uma resposta possível seria a da prevalência do escamoteamento da verdade que funcione como significante ordenador no campo simbólico na contemporaneidade. E o segundo efeito é a ocorrência de um afrouxamento nas relações entre o sujeito e Outro que diríamos estabelecer um (des)laço social em lugar do laço social.

Mas qual seria a explicação para que essa lógica de funcionamento estivesse em vigor na sociedade contemporânea? Em síntese diríamos que esteja no fato de os grandes ideais declinarem no

modelo de sociedade globalizada. Lima (2013) parte de Miller e Laurent (1998) para dizer que, na atualidade, os sujeitos são confrontados pelo declive na confiança nos significantes mestres e a uma nostalgia dos grandes ideais. A título de exemplo, para os referidos autores, os comitês de ética generalizados são locais nos quais a subjetividade contemporânea visa uma espécie de restaurar o sentido moral do Outro, em tempos nos quais ocorre a fuga do sentido, a paradoxalidade da amálgama dos gozos e de sua segregação. Busca-se assim, múltiplas formas de estabelecer comunidades que sejam razoavelmente estáveis para fazer frente ao gozo do sujeito.

Em suma, cogita-se que os fatores aqui elencados é uma leitura possível para a compreensão dos efeitos do discurso neoliberal sobre os sujeitos e suas reverberações no laço social deles no presente momento histórico. Aliás, podendo quem sabe marcar e apontar o corolário de ser a era do (des)laço social, pois diante do “tudo-saber”, do “empreendedorismo de si mesmo” e da relativização e declínio da verdade, o que resta é não lidar com as questões do Outro como ordenador e regulador do discurso, onde cada qual se apegue a sua “paixão pela ignorância” predileta de seu ensimesmamento.

AS FAKE NEWS NO BRASIL COMO MAIS UM “DISPOSITIVO” DO DISCURSO NEOLIBERAL

O conceito de pós-verdade tem íntima relação com o ambiente digital comunicacional, no qual transitam informações acessadas diariamente via redes sociais. Este ambiente tornou-se propício a manipulação e multiplicação de mensagens inverídicas, que promovem

por vezes violência e desinformação. Tal como visto em Lacan, sobre o declínio da “Verdade” na contemporaneidade, o conceito de pós-verdade, igualmente se atribui a falência ou enfraquecimento da busca da “Verdade” nos meios comunicacionais.

Mas o que é fake news? Onde elas se inserem nesse contexto? Literalmente, a tradução do termo na língua inglesa é notícias falsas, contudo no contexto midiático a expressão agregou, também, outro significado mais amplo, visto que pode definir uma postagem que ganha credibilidade e força, promovendo forte impacto no meio social – apesar de não verídica – pela divulgação maciça que tem e pela não contestação que os agentes demonstram, aceitando-a e encaminhando-a a outro usuário, dando-lhe uma espécie de aval.

A ASCENSÃO DA PÓS-VERDADE E A DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS

A ideia de pós-verdade, inserida na área da comunicação social, pode ser traduzida na marcação de uma época de mudanças psicossociais, que transformou a busca da “verdade” para uma relativização da “verdade”: O que resulta na desvalorização da verdade no que se refere as narrativas ideológicas e políticas. No meio comunicacional, é o que podemos inferir nas mudanças ocorridas na era do conhecimento para a era da informação.

A digitalização das comunicações ocasionou um processo de fragmentação e multiplicação dos conteúdos. Atualmente, o imediatismo, o volume e acesso aos conteúdos informativos imperam na

mediatização das relações sociais, ou seja, no atravessamento midiático como mediador das relações.

Ao resgatar uma trajetória do desenvolvimento dos meios de comunicação social, Allcott e Matthew (2017) apontam alguns impactos das mídias, também, no viés político e ideológico. A começar pelo século XIX, os avanços tecnológicos, o baixo custo do papel e as melhorias das impressoras, permitiram os jornais partidários expandirem seu alcance. Entretanto, a eficácia da imprensa no controle do poder das informações, comprometida como resultado do conteúdo. No século XX, a rádio e, posteriormente, a televisão se tornaram dominantes. Nestes meios, os debates políticos se reduziam, substancialmente, a frases de efeito que buscavam privilegiar candidatos carismáticos ou “telegênicos”. Ainda, esses dispositivos eram criticados por concentrar o poder nas mãos de grandes corporações redentoras da comunicação.

Já, no início dos anos 2000, o crescimento das notícias online, tal como a fragmentação destas notícias, provocou um conjunto de novas críticas. Entre elas, a de que o excesso de diversidade de pontos de vista contribuiria para que cidadãos com ideias semelhantes formassem “bolhas de filtro” ou “câmaras de eco” onde ficariam isolados em perspectivas semelhantes. Estas críticas se ampliaram para um momento mais recente das discussões nas redes sociais (ALLCOTT; MATTHEW, 2017).

As mídias sociais, plataformas como o Facebook, têm uma estrutura diferente das tecnologias de mídia anteriores. O conteúdo

pode ser reproduzido e transmitido entre usuários sem terceiros, sem censura ou controle partidário, seleção de fatos ou julgamento editorial. Um usuário individual pode, em alguns casos, atingir o mesmo número ou mais de audiência quanto os grandes grupos comunicacionais como a HBO ou o New York Times (ALLCOTT e MATTHEW, 2017).

Deste modo, os avanços tecnológicos comunicacionais culminaram na transformação da produção, tal como a manipulação da informação. Nestas novas plataformas sociais, a audiência agora transformada em “usuários”, antes consumidores passivos desses conteúdos, se transformam potencialmente em produtores da informação e/ou difusão da mesma, “se sentem capazes de construir, de forma independente, suas próprias verdades e crenças – seus próprios deuses, na medida – e de “valores” que, em outros momentos, pareciam indiscutíveis”. De modo que, “questionar o corpo social com argumentos e lógicas discursivas caem no vazio”, são substituídas por frases curtas e imagens sugestivas, que apontam para a ironia (ANGELIS, 2017, p. 39).

O argumento crítico desta época traçada pela pós-verdade é que estes dispositivos midiáticos facilitam a manipulação e o engano de um público propenso a consumir e fomentar falsas notícias, a apreciar boatos e a apoiar políticas e ideologias extremas – como o neonacionalismo e o fundamentalismo religioso –, sem analisar as suas consequências.

A CONSTRUÇÃO DE DEUSES NA MEDIDA: O “MITO” BOLSONARISTA E SUA IMPOTÊNCIA DE SE FAZER UM NOME

A fragmentação, dinamicidade, reprodução e o acesso as quantidades inexoráveis de dados e informações, “acabam por mascarar de forma muito conveniente as armadilhas presentes no mito político contemporâneo, que preserva muitas características do mito surgido na história das religiões, aprimorado na antropologia e definido na ciência política e na filosofia” (SANTOS, 2017, p. 89). Isto reforça a supressão da dialética, dos indivíduos e comunidades em prol da realidade que os convém, como também da seleção midiática, de se pôr as vistas ideias que condizem somente com o espectro de crença, além de se produzir um discurso desprovido de complexidade, que abre “uma margem maior para que o mito se torne muito mais elemento de fragmentação do que de união social em prol de um futuro melhor” (SANTOS, 2017, p. 89).

Vale-nos resgatar que, o fato de se produzir características míticas, não faz o então Jair Messias Bolsonaro de fato um mito, ou melhor, de fato esse Outro: uma função social que se possa repousar na criação a “manutenção da coesão social ou na união de indivíduos em torno de uma ideologia almejando algo melhor” (SANTOS, 2017, p. 37).

O “mito” do Jair, é o mito contemporâneo, fundado na “verdade” particularizada, desprovida de diálogo, fundado a partir da relativização entre o verdadeiro e o falso, entre o fato ou fake. O “mito” em Bolsonaro não é aquele da literatura, mas sim atribuído no discurso capitalista

contemporâneo, que traz consigo a forma de comunicação política moderna:

Assim como fora com grandes figuras nesse âmbito de propagação de valores e princípios no contexto político, o atual presidente soube utilizar de um instrumento atual e com renovação constante, o Twitter, para atingir os indivíduos de diferentes grupos e tocá-los de forma que eles crescem nas ideias propostas pela figura de Jair Bolsonaro. Sua comunicação não foi estabelecida apenas baseada na transmissão de informações e conceitos sobre tópicos de destaque em seus posicionamentos – como militarismo, a família tradicional brasileira e a luta contra o socialismo –, mas sim utilizando-se do contexto sociopolítico para fundamentar a positividade de suas ideias como algo divergente ao que estava posto (SANTOS, 2017, p. 90).

Ou seja, um “mito” construído na medida de cada um, isto é, a produção de perfis particularizados. Perfis feitos à medida do eleitorado. Um Jair cristão, outrora pai, defensor dos bons costumes, a favor da “segurança” do cidadão de “bem”, entre outros múltiplos perfis adequado e distribuído a partir dos interesses metrificados nas redes midiáticas. A própria pluralização de “mitos” na medida de cada usuário.

O importante aqui a se destacar, que só é na medida pela própria criação operada na lógica digital de “perfis”, apresentada pelo discurso capitalista e como vimos também pela política neoliberal. É estes múltiplos de Bolsonaro, que o coloca na medida customizada de seus seguidores, onde opera a construção de “deuses” na medida.

Ao retomar a conceituação do campo psicanalítico Lacaniano, vemos que aqui não se produz um Deus, mas deuses, outros de um mesmo, semblantes de uma autoridade, que não a produz como tal.

Como vimos ao longo do texto, a falência do Outro e império do discurso capitalista, não somente é traduzida na psicanálise Lacaniana pelo abalo da Verdade, como também é localizado pelo declínio da função da Lei que esse Outro radical exerce.

Em repetidas entrevistas nos anos de 2021 e 2022, Bolsonaro se reafirma “imbroxável, incomível e imorrível” (SENRA, 2022). É nessa ontologia que se deflagra a estratégia Bolsonarista, numa súplica irreconciliável, de tentar-se produzir um grande Outro, este Deus “todo”. É aqui que se localiza o negacionismo Bolsonarista da morte, embora haja uma obscuridade em torno do seu cartão de vacina.

O CAPITÃO MANDOU. O MARUJO SIM SENHOR!

Diferente dessa figura mítica, no bolsonarismo, o que vimos é uma figura mais similar ao de capitão, daquele que decide em guerra por sua própria vida e desconsidera as mortes pelo “amor à pátria”. É isso que seu mandato atravessado pela pandemia do COVID-19 nos mostra.

Como visto, orientado pela política neoliberal, em meio a pandemia, Bolsonaro diz que “o Estado não tem como zelar por todo mundo” e assim, pediu volta ao trabalho (CHAGAS, 2023). Neste tempo pandêmico, Bolsonaro coordenou seu governo com atitudes anti-vacina e estimulou seus seguidores ao não uso das máscaras de proteção. Em alguns dos registros, Bolsonaro chega a tirar a máscara de seguidores e desaconselha seu uso.

Não teria como deixar de relatar que a política “negacionista” Bolsonarista, parte de uma política segregaria e hegemônica. É o que

Gragnani (2023) aponta em sua matéria em que a primeira vítima fatal da Covid-19 era uma empregada doméstica e “de lá para cá, os dados só fizeram confirmar: a doença causada pelo coronavírus no Brasil mata mais as pessoas negras e pobres”.

As pesquisas apontam que poderiam ter sido evitadas milhares de mortes por Covid no Brasil, se as medidas como a do distanciamento social e controle tivessem sido adotadas, a prospecção era que haveria uma redução de 40% no potencial de transmissão do coronavírus (SENADO, 2023).

Sobre a eficácia da vacina para prevenção do COVID, o Butantan (2023) divulgou que, os não vacinados representam 75% das mortes. A vacinação protege todas as faixas etárias, inclusive indivíduos com mais de 80 anos. Mas, orientados por uma política de morte e articulados pelo modelo econômico neoliberal, Bolsonaro ataca o isolamento na pandemia, chamando de “idiotas” as pessoas que ficam em casa (GLOBO, 2023).

Em outra entrevista, o então presidente diz que muita gente já foi infectada e por isso adquirem anticorpos que ajudariam a não proliferar o coronavírus. Ainda, aludi que “Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada” (GOMES, 2023).

A partir dessas declarações, o que se multiplicam nas redes são as falsas informações, compactuadas pela fala do Messias. Apesar da não comprovação num primeiro momento de pandemia e depois da confirmação da sua ineficácia, a rede Globo revela que Bolsonaro defendeu o uso de cloroquina em 23 discursos oficiais. A defesa da

cloroquina teve início em 9 de junho, “em meio a mudança na forma de divulgação de casos e mortes por Covid-19 pelo ministério da Saúde” (GOMES, 2023).

Posteriormente, “a defesa do chamado “kit Covid”, coquetel com remédios sem comprovação científica contra o coronavírus, ganhou uma nova narrativa após o presidente contrair a doença”. Neste novo contexto, Bolsonaro passa a afirmar”, em seus discursos durante solenidades do Executivo, inaugurações de obras no interior do país e encontros com autoridades, que tinha sido curado pelo uso da hidroxicloroquina e de outro medicamento sem eficácia comprovada, como o Annita, um vermífugo a base de nitazoxanida” (GOMES, 2023).

Os impactos das fake news em torno da cloroquina e precauções do Coronavírus ainda reverberam na atualidade. Com recortes de notícias antigas e fora de contexto, um vídeo, que atribui maior eficácia à cloroquina em detrimento as vacinas contra a Covid-19, tem sido disseminado no TikTok e no Facebook, com mais de 320 mil visualizações, em 07 de março de 2023. “A informação é falsa e diverge do que é recomendado pelas autoridades de saúde ao redor do mundo. O conteúdo se inicia com a frase: ‘Bolsonaro tinha razão, imprensa brasileira fala a verdade sobre a cloroquina’ (SERRÃO, 2023).

O vídeo se inicia com uma notícia sobre uma nota técnica, apresentada pelo Jornal da Band em janeiro de 2022. A postagem exhibe como se fosse atual, o trecho do telejornal. Em seguida, exhibe a notícia de uma pesquisa, publicada em 2020, sobre cloroquina e

hidroxicloroquina da revista científica *The Lancet*, o qual foi retirada do ar pela própria entidade após suspeitas sobre a sua base de dados. “No mesmo ano, uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS), que reuniu mais de 11 mil pessoas em 30 países, indicou a ineficácia desses e outros medicamentos para pacientes com SARS-CoV-2” (SERRÃO, 2023).

No vídeo também mostra uma outra terceira notícia, “quando o Ministério da Saúde solicitou à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a divulgação da cloroquina e hidroxicloroquina como tratamento inicial da covid-19”, realizada em 2020. O conteúdo ainda, exibe outro trecho de telejornal, que relaciona o uso de cloroquina com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump: “O americano defendeu de forma veemente o medicamento ineficaz, mas não o tomou quando contraiu o coronavírus em 2020”. Por último, o vídeo distorce um estudo científico feito por 55 hospitais brasileiros em 2020, que comprova a ineficácia da hidroxicloroquina para casos leves e moderados. Os comentários do falso conteúdo “exaltam o ex-presidente, atacam o atual governo, o Supremo Tribunal Federal (STF) e a imprensa. Um deles diz: “Por isso, eu tomei [cloroquina], e não fiz o uso da vacina, graças a Deus’. Outro relata que ‘o sistema estava todo contra o presidente Bolsonaro” (SERRÃO, 2023).

Na era da pós-verdade, em tempos de fake news, é importante ressaltar a necessidade das medidas protetivas, como a eficácia das vacinas. Imunologista e professor da faculdade de medicina da Universidade Federal do Ceará, Edson Teixeira destacou a grande

redução do número de internações e de mortes em diversos países depois das campanhas das vacinas contra a Covid-19 terem sido disseminadas para a maioria da população. “Não é uma evidência difícil de ser verificada, as vacinas fizeram com que a gente pudesse voltar a ter uma vida normal” (SERRÃO, 2023).

O especialista também se manifestou com preocupação sobre a queda da cobertura vacinal no país e declarou a perversidade dos conteúdos de desinformação sobre os imunizantes: “Precisamos propagar notícias verdadeiras para que as pessoas voltem a se vacinar e a gente possa evitar o ressurgimento de doenças como o sarampo, a rubéola e tantas outras que podem ser prevenidas com o Programa Nacional de Imunização” (SERRÃO, 2023).

Nesta via da vacinação e valorização da vida, vale-nos ressaltar que em tempos de governo de extrema direita, do neoliberalismo, se o capitão mandou: O marujo que seja desobediente e vá logo se vacinar.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. Pesquisas apontam que milhares de mortes por covid poderiam ter sido evitadas no Brasil. *Senado Notícias*, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil> Acesso em: 23 set. 2023.
- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspective*, [online], 31, n. 02, 2017. 211–236. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 25 set. 2023.

ANGELIS, Carlos D. A ASCENSÃO DA PÓS-VERDADE: ou como construir deuses na medida. In: LLORENTE & CUENCA. *A ERA DA PÓS-VERDADE*: realidade versus percepção. São Paulo: Desenvolvendo Ideias, v. 27, 2017. p. 38-43. Revista Uno. Disponível em: https://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf

BADIN, Rayssa; MARTINHO, Maria H. O discurso capitalista e seus gadgets. *Trivium: Estudos Interdisciplinares [online]*, Rio de Janeiro, X, Dez 2018. 140-154. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v10n2/v10n2a03.pdf>

BRASIL DE FATO. Bolsonaro volta a minimizar mortes por coronavírus: "É natural, é a vida". *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/bolsonaro-volta-a-minimizar-mortes-por-coronavirus-e-natural-e-a-vida>. Acesso em: 26 set. 2023.

CHEMAMA, Roland. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

CHEROBINI, Luciane et al. Mídia, fake news e neoliberalismo: O uso de ferramentas de dominação no pós-verdade. *Psicologia Política*, Florianópolis, 21, n. 52, Dez 2021. 646-658. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/238013>.

COELHO, Carolina M. S. Psicanálise e laço social - uma leitura do Seminário 17. *Mental*, Barbacena, jun 2006. 107-121. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272006000100009

ESTADÃO. Vídeo distorce notícias antigas para dizer que cloroquina é mais eficaz que vacinas contra covid-19. *Estadão*, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/cloroquina-mais-eficaz-que-vacina-noticias-antiga/>. Acesso em: 23 set. 2023.

FATO, Brasil D. Bolsonaro volta a minimizar mortes por coronavírus: "É natural, é a vida". *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/bolsonaro-volta-a-minimizar-mortes-por-coronavirus-e-natural-e-a-vida>. Acesso em: 24 set. 2023.

FRANCO, Fábio et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson D.; DUNKER, Christian *O neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, 2022. Cap. 8, p. 47-76.

FREUD, Sigmund. *Obras completas volume 18: O mal-estar na civilização*, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1930-36/2010.

GOMES, Pedro H. Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada, diz Bolsonaro em alusão a infecção pelo coronavírus. *g1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/brasileiro-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-a-infeccao-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2023.

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. *BBC News*, 2020. Acesso em: 26 set. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOLANDA, Francisco U. X. D. *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 82 p. Coleção filosofia; n. 75.

INSTITUTO BUTANTAN. *Portal do Butantan*, 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/nao-vacinados-representam-75-das-mortes-por-covid-19-diz-estudo-brasileiro>. Acesso em: 24 set. 2023.

- JORGE, Marco A. C. *Lacan, o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Tradução de Vera Ribeiro e Maria Luiza X. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968-69/2008.
- LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Tradução de Ary Roitman. Rio de Janeiro: Zahar, 1969-70/1992. texto estabelecido por Jacques-Alain-Miller.
- LACAN, J. *Du discours psychanalytique (1972)*. In: CONTRI, G. B. (Dir.). *Lacan in Italia 1972-1978: en Italie Lacan*. Milan: La Salamandra, 1978. p. 32-55
- PENA, Breno F.; SILVA, Ronildo D. C. D. Outro no ensino lacaniano: algumas considerações. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, 49, Jul 2018. 81-90. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-4372018000100007
- QUINET, Antonio. *Os outros em Lacan [Coleção PASSO-A-PASSO]*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- ROCHA, Tiago H. R. Neoliberalismo e Teoria dos Discursos: Os Usos do Corpo na Contemporaneidade. *Revista Subjetividades [online]*, Fortaleza, 21, 2021. 1-16. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2359-07692021000100010&script=sci_arttext
- ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson D.; DUNKER, Christian.
(org) *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTOS, SAMANTHA SILVA DOS. *MITO É O LEMA: A construção de Bolsonaro em milhares de tweets [Trabalho de Conclusão de Curso]*. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, p. 01-100. 2019.

SENRA, Ricardo. Imbrochável? 'Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil', diz psicanalista. *BBC News Brasil*, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>. Acesso em: 23 set. 2023.

CAPÍTULO 10

“SÓ MAIS 72 HORAS”: *FAKE NEWS*, BOLSONARISTAS EM TRANSE E A ORQUESTRAÇÃO DO 8 DE JANEIRO DE 2023

Carlos Eduardo Carrusca Vieira

Bárbara Katherine Faris Biondini

Kenia da Silva Sant’Anna

Leonardo de Miranda e Silva

Luciana Santos de Moura

INTRODUÇÃO

O dia 8 de janeiro de 2023 será uma data para sempre registrada nos anais da História do Brasil. Foi um dia marcado por atos de violência, vandalismo e ataques orquestrados contra as sedes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com o significado, entre outros possíveis, de uma explícita tentativa de ruptura com a democracia brasileira.

O evento foi precedido por uma história que remonta ao *impeachment*¹ da presidenta Dilma Rousseff, à “corrosão do apoio à democracia” e à “regressão democrática”, experimentados nesse período (AVRITZER, 2019), assim como ao tempo seguinte, no qual se observou a ascensão da extrema-direita autoritária e conservadora e sua

¹ Referimo-nos ao golpe de Estado no âmbito jurídico, midiático e parlamentar praticado contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, ato que se apresentou com a roupagem de um “rito democrático”, com plena “normalidade constitucional” (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016).

chegada ao poder. Tudo isso considerando um curto recorte temporal da história de nosso país. Em uma cobertura longitudinal, o evento se relaciona às raízes socioculturais e econômicas da formação do Estado Brasileiro, como o autoritarismo, o conservadorismo, o patrimonialismo, o mandonismo, o coronelismo, o clientelismo, o racismo estrutural, a violência de gênero e patriarcal, assim como a violenta dominação do poder econômico e político exercido por grupos minoritários, mas hegemônicos (SCHWARCZ, 2019).

A orquestração do *8 de janeiro* teve diversos antecedentes e atores sociais, entre os quais, agentes públicos e privados, que se articularam antes mesmo da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no pleito eleitoral, com votações em primeiro e segundo turnos ocorridas, respectivamente, nos dias 2 e 30 de outubro de 2022. Como instrumentos ideológicos, operados em favor dos interesses econômicos e políticos de grupos específicos, as notícias falsas (*fake news*) disseminadas em larga escala pelas plataformas digitais, mídias e redes sociais parecem ter integrado fortemente sua construção. O impacto dos meios de comunicação sobre o comportamento político foi estudado por Biroli e Miguel (2013), que, entre outros fatores, apontam a impossibilidade de estabelecer uma hierarquia entre os pesos dos veículos de comunicação tradicionais – a “grande imprensa” – e as mídias sociais e digitais locais, em especial frente à ampliação do acesso à *internet* no Brasil.

Neste texto, analisamos a temática das *fake news* e seu papel na desinformação da sociedade, na incitação do ódio e na fermentação da

tentativa de ruptura democrática no *8 de janeiro*. Insistimos sobre a necessidade do amplo debate da temática e do investimento na educação como uma das frentes de seu enfrentamento, tendo em vista que a mera regulamentação dos ambientes virtuais pode se mostrar insuficiente (DE JESUS, 2021). Salientamos, porém, que os problemas estruturais experimentados por nosso país não serão resolvidos apenas por meio do combate às *fake news*, sendo necessário, para o aprofundamento da reflexão e do planejamento das ações, uma análise que permita compreender as conexões entre o modo de produção capitalista e suas leis determinantes e o contexto político, econômico e social brasileiro.

PÓS-VERDADE E AS *FAKE NEWS*

A pós-verdade (*post-truth*), eleita pelo Dicionário de Oxford (2016) como a palavra do ano, refere-se às “circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes em moldar o debate político ou a opinião pública”². Ou seja, em certas circunstâncias, as pessoas tendem a orientar-se mais por suas sensações e convicções emocionais do que pelos fatos em si. A afetividade aparece como uma dimensão central no agenciamento e fortalecimento de visões sobre o mundo, os sujeitos e os fatos sociais, suplantando, de modo contumaz, a busca pela veracidade das informações³. O autoritarismo e o negacionismo encontram, na pós-verdade, condições férteis para sua sustentação e

² No original: “Relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping political debate or public opinion...”. (OXFORD, 2016).

³ Tal constatação não implica dizer que se trata de um fenômeno restrito à atualidade. Diversos acontecimentos ao longo da história revelam tentativas de formação e captura das percepções individuais com base em apelos às emoções.

desenvolvimento (VIEIRA; GONÇALVES, 2022): propagam notícias falsas e pretendem construir o mundo à sua imagem e semelhança, semeando o caos, corroendo as instituições e a democracia, em favor dos seus interesses econômicos e políticos. Teorias conspiratórias virulentas, interesses político-econômicos e fundamentalismo religioso se articulam, com frequência, na produção deliberada de tais informações distorcidas. Como resultado, milhares de pessoas, vivendo em bolhas ideológicas artificialmente criadas pelos ecossistemas das *fake news*, experimentando medo, desespero, ódio e pânico moral, dispõem-se a atos que atentam contra a vida e a sociedade.

A estratégia das *fake news* é antiga, mas sua propagação em larga escala, mediante uso de sofisticadas engrenagens digitais e algorítmicas, aporta novos aspectos para o debate acerca do comportamento político e os veículos comunicacionais (BIROLI; MIGUEL, 2013). Os recursos tecnológicos contemporâneos têm sido instrumentalizados para a propagação de visões e interesses específicos de grupos dominantes econômica e politicamente, o que repercute nas interações sociais, sobretudo porque “o ser humano orienta seus atos para as coisas em função do que estas significam para ele” (TRAVERSO-YEPEZ, 1999, p. 45). Os efeitos das informações falsas são nocivos, ameaçam a saúde pública, a educação e os regimes democráticos, assim como põem em risco a vida e a segurança de grupos e indivíduos (VIEIRA; GONÇALVES, 2022).

Ao refletir sobre aspectos concernentes à temática, Empoli (2019) toma a metáfora do carnaval para compreender alguns

fenômenos políticos e a conduta dos autoritários populistas. Para esse autor, o carnaval populista reflete situações da vida político-eleitoral de vários países: qualquer um pode ser rei, com suas performances e máscaras, comportando-se com escárnio, contra a seriedade, vandalizando as instituições e a democracia. O indivíduo que participa desse carnaval experimenta, segundo Empoli:

[uma] intensa sensação de plenitude e de renascimento – o sentimento de pertencer a um corpo coletivo que se renova. De espectador, cada um se torna ator, sem nenhuma distinção baseada em grau de instrução. A opinião do primeiro que passa vale tanto quanto, ou talvez mais, que a do expert. (*ibidem*, p. 22)

Os políticos populistas focalizam, assim, em suas estratégias, a “intensidade da narrativa”, mais do que a “exatidão dos fatos” (*ibidem*, p. 23). E, para os seguidores dos populistas, “a verdade dos fatos, tomados um a um, não conta. O que é verdadeiro é a mensagem no seu conjunto, que corresponde a seus sentimentos e suas sensações” (*ibidem*, p. 24). Na emoção da folia, portanto, alguns indivíduos se sentem acolhidos e identificados com o rei, unem-se em torno de seu reino e chancelam seu reinado. Por acreditarem ser convergentes aos seus interesses as narrativas que lhes são propositalmente propagadas, as aceitam e tomam como verdade. Esse exemplo metafórico guarda correspondências com um período recente da História do Brasil, do qual trataremos a seguir.

GOVERNO BOLSONARO: O ÓDIO COMO POLÍTICA E AS *FAKE NEWS* COMO INSTRUMENTO

O Brasil viveu um período nefasto entre 2018 e 2022, com a gestão de Jair Bolsonaro, que mergulhou o país em uma atmosfera de ódio, desprezo pelo cuidado com o meio-ambiente e a saúde, ódio à economia voltada ao atendimento das necessidades sociais (LUPION, 2022) e ataques sistemáticos à liberdade de imprensa, aos professores, à Ciência, aos povos originários e quilombolas, a grupos historicamente vulnerabilizados e incitações à violência contra adversários políticos (GALLEGO, 2018). Durante a pandemia da Covid-19 o país sofreu, sob tal gestão, aproximadamente 694 mil mortes em decorrência do vírus, contabilizadas até o último dia do governo (OUR WORLD IN DATA, 2023). Óbitos resultantes, em grande parte, da omissão criminosa e das posturas necropolíticas e negacionistas assumidas (SOUZA, 2020; GIOVANELLA; *et al.*, 2020)⁴, como apurado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 (SENADO FEDERAL, 2021)⁵.

⁴ Em janeiro de 2021, Manaus, capital do Amazonas, enfrentou a falta de oxigênio nos hospitais para os pacientes, que diariamente faleciam asfixiados pela Covid-19. A omissão e a negligência dos governos municipal, estadual e federal foi apontada diversas vezes pelos meios de comunicação e parlamentares. Em abril de 2021, o Brasil chegou a registrar 4.148 mortes por Covid-19 em apenas um dia (OUR WORLD IN DATA, 2023). No relatório da CPI da Covid-19 (SENADO FEDERAL, 2021), estima-se que centenas de milhares de vidas poderiam ter sido salvas se o Governo Federal não tivesse atacado as medidas de prevenção e não tivesse retardado a aquisição dos imunizantes e a sua disponibilização à sociedade brasileira.

⁵ Em decorrência de interesses políticos e econômicos, laboratórios e indústrias farmacêuticas lucraram milhões disseminando propagandas sobre medicamentos sem eficácia comprovada na prevenção ou tratamento da Covid-19, muitas vezes com o apoio declarado de representantes do poder público, a exemplo do próprio ex-presidente (ver: CARTA CAPITAL, 2021).

As *fake news* integraram a estratégia de atuação política do Governo Bolsonaro, que, desde a campanha eleitoral de 2018, já eram notadas como método principal da extrema-direita representada, no Brasil, por seu candidato a presidente e por outros atores sociais, o que lhes proporcionou vantagens nas urnas (BARRAGÁN, 2018). Embora o uso de *fake news* – sobretudo em disputas político-partidárias – não seja um tema recente, o uso das plataformas, mídias, robôs e redes sociais na difusão de informações falsas foi novidade, com uma amplitude e rapidez jamais vistas no Brasil (MILITÃO; REBELLO, 2019).

Durante seu governo, Bolsonaro emitiu declarações inverídicas sobre um amplo espectro de temas, disseminadas por apoiadores em diferentes mídias, plataformas digitais e redes sociais, na tentativa de manter sua popularidade, instigar desconfiança quanto aos seus adversários e críticos, assim como de dominar as pautas midiáticas e desviar a atenção da sociedade de ações do governo e de escândalos envolvendo aliados de sua gestão. O ex-presidente dirigiu sua raiva contra agentes sociais, pessoas e veículos de comunicação que lhe endereçaram críticas e confrontaram seus interesses⁶. Em nenhum momento de seu governo, ele e seus aliados parecem ter deixado de se comunicar pelas redes sociais com seu amplo público, aquecendo e reaquecendo o clima de polarização política por meio de um fluxo contínuo de declarações que instigavam ódio e medo ante seus

⁶ Note-se, por exemplo, a divulgação dos chamados “tratamentos precoces contra a Covid-19”, comprovadamente sem eficácia, por meio de verba pública dirigida a plataformas de compartilhamento de vídeos (ver: THE INTERCEPT BRASIL, 2021).

opositores. Bolsonaro manteve, assim, parte significativa de seu séquito mobilizada por afetos negativos, como uma massa perigosamente engajada para defender seus interesses e projetos político-econômicos (STABILE, 2023)⁷. Em publicações de seus aliados e apoiadores também se verificaram, com frequência, ao longo de seu governo (e ainda hoje), recortes de vídeos distorcendo informações, visões construídas a partir de fragmentos, pronunciamentos circunstancialmente alterados, com o objetivo de criar e sustentar narrativas que favorecessem o engajamento psico-político de sua base eleitoral.

No decorrer do tempo, as *fake news* despejadas de forma abundante agenciaram a formação de subjetividades violentas, armadas para embates raivosos sustentados em crenças e ideias disseminadas pela extrema-direita. A semelhança com a retórica fascista não é casual, mas reveladora de convergência ideológica e sociopolítica (VIEIRA, 2020).

As inverdades integram um ecossistema artificialmente construído e compõem um projeto político (SANTANA, 2023). O bolsonarismo, como sistema de representações, crenças e ideologias de inspiração autoritária-conservadora, racista, sexista, LGBTfóbica e elitista utilizou o ódio como orientação política (GALLEGO, 2018) e as *fake news* como um dos métodos para instigar a raivosidade das massas, ocultar as graves ações, contradições e ameaças impostas pelo governo e pela extrema-direita, além de angariar apoio político e social.

⁷ Tal situação foi agravada pelos decretos que permitiram a liberação de armas. Notícias atualizadas revelam que houve 904 mil novos registros de armas durante os quatro anos do governo Bolsonaro (STABILE, 2023).

Não há uma única definição para o bolsonarismo, mas não restam dúvidas de que se trata de uma corrente autoritária, conservadora e abertamente simpatizante de regimes ditatoriais, como a ditadura militar sofrida pelo Brasil entre 1964 a 1985. O movimento encontra-se em uma espécie de síntese no seu líder, mas, ao mesmo tempo, não se esgota na sua pessoa, ultrapassando e refletindo aspectos socioculturais mais profundos associados à formação de nosso país (BALDAIA; *et al.*, 2021).

O discurso de Bolsonaro, à época da disputa presidencial em 2018, na qual foi beneficiado, já continha elementos que permitiam identificá-lo como um político autoritário, que representava uma ameaça à democracia. Nessa direção, importa resgatar o estudo de Levitsky e Ziblatt (2018) acerca do declínio das democracias pelo mundo, no qual destacam que a decadência das democracias não é provocada exclusivamente por golpes militares ou ações de natureza similar, mas se manifesta por meio das urnas. Os autores argumentam que os autocratas, quando eleitos em diversas partes do globo, adotam estratégias surpreendentemente similares para minar as instituições democráticas. Entre essas táticas, encontra-se o recurso a ameaças punitivas contra críticos de partidos adversários e o apoio às leis ou políticas que limitam as críticas ao governo na sociedade civil e na mídia, fomentando, assim, a erosão interna da democracia. Tais manobras não acionam os alarmes da sociedade, uma vez que não ocorre um momento decisivo de golpe flagrante contra a democracia. O regime democrático é, então, minado por ações contínuas e disseminadas, nem sempre

identificadas como ataques, especialmente quando se valem de meios legais. Os autores ressaltam que, nos governos autocráticos, diversas intervenções que levam à decadência da democracia são “aprovadas pelo Legislativo ou aceitas pelo sistema judiciário” (*ibidem*, p. 17), sob o falso pretexto de oferecer vantagens para a sociedade. Entretanto, subrepticamente, coagem-se veículos de comunicação e críticos do governo, instaurando-se censuras e mecanismos coercitivos de maneira paulatina. Tal coação acontece por todo o tecido social, ao ponto de os sujeitos continuarem acreditando que vivem em uma democracia, mesmo quando ela inexistente. Não podemos ignorar, conforme os autores, que “o trágico paradoxo da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia se utilizam das próprias instituições democráticas – gradual, sutil e até mesmo legalmente – para eliminá-la” (*ibidem*, p. 19).

O autoritarismo, o mandonismo, o “coronelismo” e as *fake news* articularam-se de modo sintomático durante o pleito eleitoral de 2022. No fim do 2º turno da eleição – disputadas pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT) e pelo então presidente Jair Bolsonaro (Partido Liberal – PL) – o Ministério Público do Trabalho (MPT) informou ter recebido 2.549 denúncias de assédio eleitoral, número doze vezes maior que o registrado no pleito de 2018 (NOTÍCIAS UOL, 2022), o que equivale, em termos percentuais, a um aumento de quase 1.300% do número de denúncias (BRASIL DE FATO, 2022). Cerca de duas mil empresas ficaram na “mira” do MPT, em razão das denúncias feitas (NOTÍCIAS UOL, 2022). Uma parte

das denúncias veio a público pelos meios de comunicação e por mídias sociais, revelando o *modus operandi* do assédio eleitoral. Segundo revelou, por exemplo, a Folha de São Paulo, houve relatos de “patrões chantageando funcionários a votar no presidente Jair Bolsonaro, prometendo folga, bônus de R\$ 200, 14º e 15º salário ou ainda ameaçando empregados de demissão” (PINTO, 2022). Além dessas ameaças, falsos treinamentos, exigência de registro (ilegal) do voto para comprovação junto ao empregador, oferta de favores ou benefícios (alimentos, valores em espécie etc) e coerção configuraram as práticas de assédio eleitoral, havendo a suspeita de que, em sua maioria, em Minas Gerais, que liderou em número de denúncias e empresas denunciadas, as práticas de assédio tentaram beneficiar o candidato Jair Bolsonaro. Trata-se, principalmente, da elite e parcela da classe média alinhadas aos projetos de sociedade de talhe autoritário-conservador, que se viu representada (ou, em certos casos, iludida) pelo projeto político-econômico e ideológico que recorreu às armas da coação sistemática⁸, baseada, principalmente, no seu poder econômico sobre a classe trabalhadora. As *fake news* serviram, nas mãos de empregadores bolsonaristas, como recursos adicionais para as intimidações e coações.

⁸ Nos termos do artigo 301 do Código Eleitoral, o assédio eleitoral configura crime, que consiste em “usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos” (BRASIL, 1965). A pena prevista é de reclusão de até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

SEMEANDO A MENTIRA PARA COLHER O CAOS

É fácil compreender a razão pela qual o Governo Bolsonaro celebrou a derrubada do regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei que instauraria maior controle e regulação sobre as plataformas digitais no Brasil (BEHNKE; BARBOSA, 2022). A nosso ver, não se tratava da defesa da “liberdade de expressão”, como afirmou Bolsonaro. Lembremos que o candidato não teria as mesmas chances de vencer uma eleição, como teve em 2018, sem o artifício das *fake news*, despejadas no subterrâneo das plataformas digitais, mídias e redes sociais (ver: *ibidem*; BARRAGÁN, 2018).

Os temas tratados nas *fake news* produzidas por bolsonaristas sempre abrangeram temáticas variadas, sobre as quais os eleitores brasileiros se mostraram sensíveis: educação, segurança pública, liberdade de expressão, religiosidade, regime político-econômico, confiabilidade das urnas eletrônicas, orientação e identidade sexual e de gênero etc. A abordagem desses temas, enviesada pelas *fake news*, teve e tem consequências sobre as interações sociais.

AS *FAKE NEWS* E A FERMENTAÇÃO DO 8 DE JANEIRO

Como já pontuado, bolsonaristas e o próprio ex-presidente disseminaram *fake news* sobre variados temas durante seu governo e, sobretudo, durante o período eleitoral. Alegou-se, por exemplo, a possibilidade de fraudes nas urnas eletrônicas, sem provas concretas ou evidências que fundamentassem a suspeição (ANGELO; FAGUNDES, 2021). As suspeições levantadas sem provas serviram

para disseminar, novamente, teorias conspiratórias sobre fraudes eleitorais, implicando polarizações, desinformação, descrédito e recrudescimento das tensões e dos conflitos⁹.

No que concerne às questões religiosas, os bolsonaristas apregoaram que o candidato (e atual presidente) Lula perseguiria cristãos e evangélicos, assim como teria, supostamente, atacado lideranças religiosas; ameaçado fechar igrejas em suas campanhas; dito que o pronome neutro seria adotado para a Bíblia Sagrada; afirmado sua intenção de aprovar leis a favor do aborto; apoiado a legalização de práticas imorais com crianças e a “ideologia de gênero” nas escolas (DOMINGOS, 2022). Havia também publicações que afirmavam que o PT e Lula implantariam uma ditadura comunista no Brasil (PROJETO COMPROVA, 2022), além de associarem-nos a facções criminosas. A desinformação em tela foi dirigida a um amplo público e buscou, em particular, consolidar o apoio junto ao eleitorado evangélico (PRAZERES, 2022). As publicações inverídicas, porém, apresentavam uma série de contradições¹⁰ e, mesmo assim, foram compartilhadas por integrantes da família Bolsonaro e também por aliados, como líderes religiosos neopentecostais (BRAUN, 2022). Apesar das intervenções do Supremo Tribunal Federal, postagens como essas voltaram a se repetir, no intuito de estabelecer narrativas favoráveis à candidatura de Bolsonaro. As postagens a que aludimos foram removidas apenas em

⁹ É importante ressaltar que, ao longo dos quatro anos de seu mandato, Bolsonaro cometeu ataques ao sistema eleitoral brasileiro mais de cem vezes (ver: GRAGNANI, 2022).

¹⁰ Para exemplificar, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registra o aumento de 61% de evangélicos de 2000 a 2010, sendo que, a partir de 2003, Lula foi presidente do Brasil (G1, 2012).

setembro de 2022, quando o próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) interveio e, mais uma vez, emitiu ordem judicial para que Jair Bolsonaro o fizesse (O TEMPO, 2022).

Uma síntese de *fake news* encontra-se em material que foi apreendido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) (figura 1). Esse material promovia uma comparação deliberadamente enviesada entre os candidatos: Bolsonaro era apresentado como aquele que defendia a vida, a fé cristã, os valores tradicionais e bíblicos, a liberdade de expressão, o combate ao crime organizado e à corrupção (ZUBA, 2022). Em contraponto, Lula era, equivocadamente, retratado como defensor do aborto; apoiador da criminalidade e corrupção; fiel ao comunismo; entusiasta do projeto de “implantação” da ditadura socialista no país; além de intencionar liberar práticas imorais com crianças e animais, uso de drogas e abolição da propriedade privada e da “família tradicional”.

Figura 1: Panfleto bolsonarista com *fake news*.



Fonte: TRE-MG.

Apesar de todos esses “esforços” do Governo Bolsonaro e seus apoiadores, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito o novo presidente do Brasil, com 50,90% dos votos válidos (TSE, 2022). De um lado, consideramos que, entre os 58.206.354 eleitores de Bolsonaro, há uma parcela de cidadãos enganados pelos conteúdos difundidos pelos

bolsonaristas, ou mesmo coagidos frente ao forte assédio eleitoral relatado; todavia, de outro, há que notar a existência de atores sociais que envidam esforços, expressos em vultosas quantias financeiras, para apoiar o projeto autoritário-conservador de Bolsonaro e que privilegia o grande capital.

BOLSONARO É DERROTADO: SILÊNCIO, OMISSÃO E A FERMENTAÇÃO DOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Em inconformidade com o padrão de comunicação estabelecido durante seu governo, Jair Bolsonaro adotou uma estratégia de silenciamento após sua derrota. Seu mutismo não parece ter sido apenas ausência ou decepção, mas fermentação, incubação do que viriam a se tornar os atos antidemocráticos. O silêncio e as falas lacônicas e ambíguas de Jair parecem ter deixado seus eleitores desolados construírem interpretações diversas, mas não por conta própria, considerando pronunciamentos anteriores, por exemplo, nos quais Bolsonaro afirmou que o TSE trabalhava para “eleger Lula em sala escura” (NOTÍCIAS UOL, 2021).

Bolsonaro não reconheceu publicamente seu fracasso. Não se contrapôs enfaticamente contra a fúria de seus apoiadores. Seu silêncio, assim, não foi apenas silêncio (SADI, 2022). Ao contrário, sem admitir a derrota, deixou que se entendesse que seus apoiadores poderiam reverter os resultados e que ele próprio nada poderia fazer sozinho. Não agiu para aplacar a sanha de seus adeptos, esperando, provavelmente,

que se repetisse no Brasil a invasão ao Capitólio¹¹, em Washington, depois da derrota de Donald Trump, outro extremista de direita, por quem Bolsonaro nutria grande admiração. O silêncio e a ativa difusão das *fake news* de grupos bolsonaristas parecem ter fermentado seu desespero, conduzidos então pelas circunstâncias experimentadas a um estado de aflição, medo e “transe”.

SÓ MAIS 72 HORAS!

Após a derrota de Bolsonaro, muitos de seus apoiadores, obedecendo aos apelos despejados de maneira intermitente nos grupos bolsonaristas hospedados em aplicativos de mensagem instantânea, bloquearam estradas e dirigiram-se para as portas dos quartéis do Exército Brasileiro, pedindo, inconstitucionalmente, intervenção militar e a tomada do poder. Tinham expectativa de que as Forças Armadas não permitiriam a posse do candidato eleito e repetiam, em seus cartazes, discursos e apelos, desesperados e furiosos, vários boatos que circularam durante a gestão que ora se encerrava, evidenciando convicções assentadas nas narrativas construídas pelo ecossistema de *fake news* bolsonarista. Em meio ao silêncio do candidato perdedor, um policial disse aos manifestantes que bloquearam uma estrada que aguardassem “só mais 72 horas” (FALCÃO FILHO, 2022). A mensagem, que circulou amplamente nos grupos de apoiadores e que foi repetida por tantos outros, foi entendida como um prazo a ser

¹¹ O evento citado aponta para a invasão realizada por apoiadores do ex-presidente estadunidense Donald Trump ao Capitólio e que, de maneira semelhante, alegavam fraude no processo eleitoral no qual saiu vitorioso o atual presidente Joe Biden, do Partido Democrata.

observado, para que as “autoridades” pudessem agir de modo a reverter o fracasso.

Após a vitória do presidente Lula, seguiu-se uma avalanche de mensagens nos grupos bolsonaristas (GRAGNANI, 2022), das quais alguns aspectos relativos à forma e ao conteúdo nos chamam a atenção. Primeiro, as mensagens chegavam com forte apelo emocional, marcadas pela cólera, angústia e desespero (NETO, 2023). Eram mensagens de mulheres e homens, aos gritos, vociferando contra “a esquerda”. Segundo, as mensagens chegavam de maneira ininterrupta, mobilizando fortemente os grupos. Os conteúdos aludiam a vários temas, ecos das *fake news* apresentadas, buscando reforçar o pânico e instigar o ódio. Não foi incomum escutar, nesse período, a repetição de rumores que alegavam “fraude nas eleições”, de que o “comunismo seria implantado no Brasil” e a família “seria destruída”, ou de que o Brasil se tornaria “uma ditadura”. Também se escutou, com frequência, que as pessoas “não teriam mais propriedade sobre qualquer coisa e teriam de compartilhar tudo o que possuísem”, que as crianças, em razão da “implantação da ‘ideologia de gênero’ poderiam escolher seu sexo e gênero” e que “as religiões católicas e evangélicas seriam perseguidas”. Terceiro, havia, quase sempre, a alusão a autoridades, na tentativa de legitimar o conteúdo compartilhado. Ora a informação compartilhada teria sido fundamentada nas confidências de um “colega que trabalha no Exército, com alta patente”, ora de “alguém muito influente”, “de dentro da política”. Em síntese, as mensagens indicavam que o fracassado não poderia agir, sob o risco de ser preso se contestasse

abertamente os resultados e tentasse revertê-los, mas seus apoiadores poderiam se manifestar e, assim, reverter o resultado “ilegítimo” das urnas. No subterrâneo das redes bolsonaristas, a responsabilidade era imediatamente transferida para os apoiadores. Tais mensagens, parecendo-nos inegável, tiveram a capacidade de fermentar a raiva e o desespero, incitando ações criminosas e perseguições. Os eleitores frustrados diziam que estavam demitindo eleitores de Lula, que boicotariam os empreendimentos da “esquerda”, que continuariam a criar o caos e a clamar pela intervenção inconstitucional das Forças Armadas.

Diante das mensagens veiculadas de forma rápida e, muitas vezes, apelativas, a multidão foi engrossando para dar início aos atos antidemocráticos, que tiveram seu ápice no dia 8 de janeiro de 2023, na capital federal. É importante destacar que nunca houve, no país, um furor antidemocrático tão grande perpetrado de maneira organizada e sistematizada contra os Três Poderes, demonstrando desprezo à cúpula e infligindo terror à sociedade.

“EM TRANSE”: ORANDO CONTRA O COMUNISMO

Não se pode negar o papel desastroso e explosivo da mistura entre política e fundamentalismo religioso no período pós-eleitoral. Os eleitores assolados pareciam estar em um estado de transe na porta dos quartéis do Exército Brasileiro. Cantavam o Hino Nacional, rezavam contra o comunismo e bradavam palavras de ordem. Aflitos, imploravam às Forças Armadas por intervenção militar, inconstitucional. Celebravam notícias falsas que lhes chegavam por

aplicativos de mensagens e por outros perdedores, sem qualquer senso crítico. As 72 horas de prazo para que “alguma coisa” ocorresse se esgotaram e, num círculo vicioso, se tornaram mais 72 horas e mais 72 horas, fomentando a insatisfação e a revolta contra os resultados eleitorais até dia 8 de janeiro de 2023.

É importante, apesar desse estado de aflição e “transe” vivenciado por muitos eleitores, formular mais uma explicação para o atentado em questão e não simplificar a motivação dos envolvidos à alienação associada a um estado hipnótico gestado pelas *fake news*. Ressalte-se, novamente, que parcela significativa dos eleitores de Bolsonaro compartilha seu projeto político-social, de talhe autoritário-conservador e que promoveu um governo mantenedor das desigualdades históricas do Brasil.

O 8 DE JANEIRO DE 2023

No dia 8 de janeiro de 2023, centenas de extremistas derrotados invadiram a Praça dos Três Poderes e, rompendo as barreiras de proteção das forças de segurança do Distrito Federal, atacaram os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal, em cenas repugnantes de violência, depredação e vandalismo. Pelo menos 80 ônibus com bolsonaristas chegaram à Brasília no dia anterior e concentraram-se em frente ao Quartel General do Exército, onde estavam acampados manifestantes indignados com o resultado das eleições presidenciais (PODER 360, 2023) e de lá saíram, no dia 8 de janeiro, para alcançar as sedes dos poderes.

Os atos golpistas só foram impedidos pela intervenção federal na segurança pública do DF por meio de decreto anunciado pelo presidente Lula, que teve por objetivo “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, nos termos em que especifica” (BRASIL, 2023). Segundo dados publicados pela mídia, 2.151 pessoas foram presas em flagrante e mais 44 em operações da Polícia Federal (MENDES, 2023).

Nos relatórios da Agência Brasileira de Inteligência, compartilhados com a CPI dos Atos Golpistas, que investiga os atos de 8 de janeiro de 2023, indicam-se várias frentes organizadas para a invasão e ataque aos prédios dos Três Poderes. Nos relatórios, há menção a diferentes atores sociais envolvidos, como empresários que contrataram ônibus fretados para transportar os golpistas, empresários do garimpo e do agronegócio que financiaram os atos, empresas transportadoras que deram suporte às ações, influenciadores digitais que participaram das convocações para os atos, entre outros (RESENDE; CASSELA; VIANNA, 2023). O próprio ex-presidente já foi intimado e aguarda para depor sobre mensagens localizadas pela Polícia Federal, em que teria pedido ao empresário Meyer Nigri para compartilhar *fake news* sobre ministros do Supremo (ARAÚJO; MINERVINO, 2023).

O processo que se desenrolou diante da população brasileira, transmitido ao vivo por emissoras de televisão, evidencia, a nosso ver, o potencial destrutivo das *fake news*. As mentiras e dúvidas espalhadas sobre as urnas eletrônicas prepararam subjetividades intolerantes e autoritárias para os ataques e contestação do resultado eleitoral. Além dos aspectos ideológicos, políticos e econômicos, a dimensão afetiva é,

aqui, mais uma vez, relevante para a compreensão da mobilização dos extremistas (e dos financiadores) para cometer os atos golpistas de 8 de janeiro. Como afirmou Eliara Santana (2023): “Antes de tudo, a desinformação precisa ser considerada, pensada, elaborada e discutida como algo sistematizado e estruturado que integra um projeto político”.

CONSIDERAÇÕES

A discussão apresentada se circunscreve ao exame do papel das *fake news* na fermentação e desenrolar dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Com base na análise sobre as *fake news* e de publicações que tiveram o objetivo de propagá-las, refletimos sobre o fenômeno em tela. Cumpre aqui, entretanto, indicar ao leitor que o aprofundamento da compreensão dos acontecimentos que se desenrolaram no cenário político brasileiro exige situar os fenômenos aludidos no contexto da luta de classes e do modo de produção capitalista, introduzindo na reflexão as determinações materiais. Sem isso, corre-se o risco de uma fetichização da tecnologia que lhe atribui o papel central e a responsabilidade pelos fatos sociais testemunhados, quando, na verdade, se articulam às correlações de força na sociedade de classes e à lógica da reprodução e valorização do valor.

Isso posto, consideramos arriscado imaginar que as *fake news* constituem-se como um problema recente ou que se refiram apenas às redes sociais. Sabemos que a furiosa defesa dos interesses privados ocorre, há muito tempo, protagonizada por veículos de comunicação em massa de nosso país dominados por pautas que atendem aos interesses

das classes dominantes, ainda que as comunicações sejam revestidas de suposta neutralidade (BIROLI; MIGUEL, 2013). Lembremo-nos que, muito antes de Bolsonaro, grandes veículos de comunicação em massa apoiaram a ditadura militar no Brasil, o golpe de 1964 (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016) e, entoando cantos neoliberais, prestaram o desserviço de apresentar a contrarreforma trabalhista à população brasileira como caminho para uma suposta “modernização das relações de trabalho” (VIEIRA; ARAÚJO, 2022). Com isso, destacamos que não se pode tomar a tecnologia ou as *fake news* como elementos determinantes da ordem vigente. São antes instrumentos ideológicos postos à serviço de interesses materiais. Por essa razão, importa ir além e buscar as determinações na ordem econômica, na própria produção da vida material e social.

Nessa direção, ainda que as *fake news* tenham cumprido papel relevante no aliciamento e na mobilização afetiva de parcela da população brasileira, cumpre notar que muitos brasileiros se sentiam (e sentem) representados pelos projetos autoritários e conservadores da extrema-direita. Mais uma vez, a análise das *fake news* é insuficiente para explicar a ascensão do bolsonarismo e a adesão de parcela significativa da sociedade aos projetos autoritários-conservadores. O fiasco de Bolsonaro foi, ao nosso ver, um passo importante para uma reconstrução do país. Mas a tarefa está longe de ser terminada.

A vitória do candidato reconhecido como representante de um espectro da esquerda política não significa a derrota da sociabilidade do capital e, portanto, a vitória da esquerda. É preciso compreender, como

afirma Abdalla (2018), que o termo “democracia” tem sido utilizado de forma “excessiva e descuidada frequência” (*ibidem*, p. 26). Para qualificar melhor o regime atual, é relevante dizer, segundo o autor, que vivemos em um regime aristocrático que se degenerou em uma plutocracia. Em nosso país, apesar do discurso propalado pelos oligopólios midiáticos e pelos órgãos oficiais que insistem em afirmar que vivemos em um sistema democrático, o que se observa é que a tomada das decisões que afetam a sociedade, longe de ser realizada pela população, resguardando a soberania que lhe caberia em um sistema efetivamente democrático, se efetua no âmbito de uma minoria detentora do poder econômico. Na visão de Mascaro (2013), o regime político atual apresenta limites bem definidos que asseguram a reprodução do capital, que se vê bem resguardada dentro desses limites, ainda que se verifiquem disputas entre os diferentes espectros políticos e dentro da própria burguesia. Por todo o exposto, compreendemos que o enfrentamento das *fake news* é relevante, mas não alcança as determinações fundamentais que organizam a nossa sociedade e produzem a desigualdade, a miséria, a injustiça social.

Apesar disso, João Eudes de Jesus (2021) aponta o enfrentamento das *fake news* como inerente à democracia, que “prima pelo debate, pela pluralidade de opiniões, pela valorização do princípio do contraditório, da transparência, da publicidade, da clareza e da veracidade das informações” (*ibidem*, p. 1800). Nesse sentido, por mais importante que se faça a regulação e checagem dos ambientes virtuais, a educação e a consolidação do senso crítico dos sujeitos constitui

estratégia de enfrentamento mais eficiente, uma vez que as pessoas seriam capazes de se desvencilhar de discursos manipuladores mesmo que esses superassem eventuais regulações ou normatizações do espaço virtual. Por fim, se apresenta como articulação crucial para o enfrentamento também das determinações fundamentais, uma vez que permite o sujeito se posicionar criticamente frente às suas condições materiais de existência e as contradições do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Tiago; FAGUNDES, Murilo. Sem provas, Bolsonaro fala sobre fraude nas urnas; especialistas analisam. *Poder360*, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/sem-provas-bolsonaro-fala-sobre-fraude-nas-urnas-especialistas-analisam/>

ARAÚJO, Carla; MINERVINO Tiago. Bolsonaro é intimado a depor sobre golpe armado por empresários no WhatsApp. *UOL*, Brasília, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/08/22/bolsonaro-e-intimado-a-depor-sobre-golpe-armado-por-empresarios-no-whatsapp.htm>

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BARRAGÁN, Almudena. Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. *El País*, 19 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html

BEHNKE, Emily; BARBOSA, Marina. Bolsonaro celebra derrubada da urgência de PL das Fake News. *Poder 360*, 7 abr. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-celebra-derrubada-da-urgencia-de-pl-das-fake-news/>

- BIROLI, F.; MIGUEL, L. Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 81, p. 77–95, 1 fev. 2013.
- BRASIL. *Decreto nº 11.377, de 8 de janeiro de 2023*. Decreta intervenção federal no Distrito Federal com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, nos termos em que especifica. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11377-8-janeiro-2023-793668-norma-pe.html>
- BRASIL. *Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965*. Dispõe sobre o Código Eleitoral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jul. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4737.htm
- BRAUN, Julia. Eleições 2022: fake news sobre perseguição a evangélicos chegam a milhões via filhos e aliados de Bolsonaro. *BBC News Brasil*, São Paulo, 27 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62985337>
- CARTA CAPITAL. Farmacêutica faturou R\$ 142 milhões com venda do 'kit Covid'. *Carta Capital*, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/farmacutica-faturou-r-142-milhoes-com-venda-do-kit-covid/>
- D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Trad.: Carlos Szlak. Barueri (SP): Faro Editorial, 2018.
- DE JESUS, J. E. R. Retórica e fake news: uma análise da mentira como meio de persuasão. *Revista Quaestio Iuris*, v. 14, n. 04, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/62789>
- DOMINGOS, Roney. É fake print em que Lula fala em atacar igrejas evangélicas, aprovar leis pró-aborto e ideologia de gênero. *G1*, 3 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2022/08/03/e-fake-print-em-que-lula-fala-em-atacar->

igrejas-evangelicas-aprovar-leis-pro-aborto-e-ideologia-de-
genero.ghtml

EMPOLI, G. *Os engenheiros do Caos – como as Fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. Trad.: Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

FALCÃO FILHO, Aluizio. Só mais 72 horas... *Money Report*, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/money-report-aluizio-falcao-filho/so-mais-72-horas/>

G1. Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE. *G1*, São Paulo, 29 jun. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>

GALLEGO, Esther Solano (org). O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

GIOVANELLA, L.; *et al.* Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminoso do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 126, jul./set. 2020. p. 895-901. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012623>

GRAGNANI, Juliana. 'Não vamos parar': a reação de grupos bolsonaristas nas redes ao discurso de Bolsonaro. *World Service Disinformation Team*, 1º nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63480237>

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUPION, Bruno. A economia sob Bolsonaro: radiografia do desastre. *Outras Mídias*, 3 out. 2022. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-economia-sob-bolsonaro-radiografia-do-desastre/>

MENDES, Lucas. Em meio a julgamentos no STF, 293 pessoas seguem presas pelos atos de 8 de janeiro. *CNN Brasil*, Brasília, 30 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-meio-a-julgamentos-no-stf-293-pessoas-seguem-presas-pelos-atos-de-8-de-janeiro/>

MILITÃO, Eduardo; REBELLO, Aiuri. Rede de fake news com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas. *UOL*, Brasília e São Paulo, 19 set. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>

NETO, Vital. Mensagens compartilhadas em grupos bolsonaristas falam em “hora de sujar mãos de sangue”. *CNN*, São Paulo, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mensagens-compartilhadas-em-grupos-bolsonaristas-falam-em-hora-de-sujar-maos-de-sangue/>

NOTÍCIAS UOL. Bolsonaro ataca Barroso e diz que TSE 'quer eleger Lula em sala escura'. *Notícias UOL*, São Paulo, 04 ago. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/04/bolsonaro-tse-eleger-lula-sala-escura.htm>

NOTÍCIAS UOL. Com fim do 2º turno, MPT soma 2.549 denúncias de assédio eleitoral e mira quase duas mil empresas. *Notícias UOL*, São Paulo, 31 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/31/mpt-soma-2549-denuncias-de-assedio-eleitoral-e-mira-quase-duas-mil-empresas.htm>

O TEMPO. TSE manda Bolsonaro apagar publicações que associavam Lula ao PCC. *O Tempo*, Brasília, 1º set. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/eleicoes/tse-manda-bolsonaro-apagar-publicacoes-que-associavam-lula-ao-pcc-1.2726135>

- OUR WORLD IN DATA. Coronavirus Pandemic (COVID-19). Brazil: Coronavirus Pandemic Country Profile. Oxford (UK): Oxford Martin School/University of Oxford, 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus/country/brazil>
- OXFORD Dictionary. Word of the year 2016: Post-truth. *Oxford Languages*, Oxford, 2016. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>
- PINTO, Ana Estela de Sousa. Promessa de pernil, celular no sutiã, falso treinamento: veja casos de assédio eleitoral. *Folha de São Paulo*, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/promessa-de-pernil-celular-no-sutia-falso-treinamento-veja-casos-de-assedio-eleitoral.shtml>
- PODER360. Invasão aos Três Poderes completa uma semana; relembre. *Poder360*, 15 jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/invasao-aos-tres-poderes-completa-uma-semana-relembre/>
- PRAZERES, Leandro. Eleições 2022: por que Lula lidera entre católicos e Bolsonaro entre evangélicos?. *BBC News Brasil*, Brasília, 14 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62896472>
- PROJETO COMPROVA. Lula não disse querer implantar comunismo chinês no Brasil; entrevista de ex-presidente já foi deturpada antes. *CNN*, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lula-nao-disse-querer-implantar-comunismo-chines-no-brasil-entrevista-de-ex-presidente-ja-foi-deturpada-antes/>
- RESENDE, Sara; CASSELA, Vinícius; VIANNA, José. Atos golpistas: o que a Abin rastreou sobre financiadores e novas tentativas de ataques. *TV Globo*, Brasília, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/20/atos-golpistas-o->

que-a-abin-rastreou-sobre-financiadores-e-novas-tentativas-de-ataques.ghhtml

SADI, Andréia. Bolsonaro não está em silêncio: inconformado com derrota, faz barulho ao não condenar atos antidemocráticos. *Blog Andréia Sadi* 1º nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2022/11/01/bolsonaro-nao-esta-em-silencio-inconformado-com-derrota-faz-barulho-ao-nao-condenar-atos-antidemocraticos.ghhtml>

SANTANA, Eliara. Realidade paralela. O Brasil tornou-se refém do ecossistema de desinformação. Combatê-lo não é censura. *Carta Capital*, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/realidade-paralela/>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENADO FEDERAL. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/fc73ab53-3220-4779-850c-f53408ecd592>

SOUZA, Marina Duarte de. Bolsonaro e seus robôs: como funciona a propagação de fake news sobre o coronavírus. *Brasil de Fato*, São Paulo, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/03/bolsonaro-e-seus-robos-como-funciona-a-propagacao-de-fake-news-sobre-o-coronavirus>

STABILE, Arthur. Governo Bolsonaro liberou em média 619 novas armas por dia para CACs; 47% dos registros foram em 2022. *G1*, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/19/governo-bolsonaro-liberou-em-media-619-novas-armas-por-dia-para-cacs-47percent-dos-registros-foram-em-2022.ghhtml>

- TRAVERSO-YEPEZ, M. Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. *Estud. psicol.*, Natal, v. 4, n.1, jan./jun., 1999. p. 39-59.
- TRE-MT. Fake news – Notícia sobre suposta apreensão de urnas eletrônicas no estado do Amazonas. *TRE - MT*, 2018. Disponível em: <https://www.tre-mt.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos/eleicoes-2018/fakenews/fake-news-noticia-sobre-suposta-apreensao-de-urnas-eletronicas-no-estado-do-amazonas-1>
- TSE, 2022. Resultado Eleição Geral Ordinária 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga;e=545;cargo=1;uf=br>
- VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca. Escola Sem Partido: tentativa de esterilização da reflexão ética e negação da alteridade na educação. In: *et al. (orgs.). Cem Anos com Paulo Freire: diálogos*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2020, v. 1, p. 135-168.
- VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; GONCALVES, B. D. Negacionismo Científico e suas bases psicopolíticas e socioculturais. In: BRUCK, M. S.; SANTOS, M. V. D.; CARDOSO, M. (orgs.). *Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2022, v. 1, p. 33-47.
- VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; ARAÚJO, J. N. G. D. Fundamentos da contrarreforma trabalhista do governo Temer e suas repercussões para a classe trabalhadora. *Psicologia & Sociedade*, v. 34, p. e262207, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34262207>
- ZUBA, Fernando. Justiça Eleitoral apreende material em comitê de campanha de Bolsonaro por mentir que Lula persegue igrejas e cristãos. *G1*, Belo Horizonte, 26 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/10/26/material-de-campanha-irregular-de-bolsonaro-e-apreendido-pelo-tre-mg-em-belo-horizonte.ghtml>

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Clara Ribeiro Santos Simões possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2022). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, atuando principalmente nos seguintes temas: violência doméstica, relações conjugais abusivas, luto e burnout.

Bárbara Katherine Faris Biondini é professora do Departamento de Psicologia da PUC Minas. Doutoranda e Mestre em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração - Cepead/UFMG. Graduada em Psicologia pela UFMG. Pesquisadora do grupo de pesquisa Psicologia, Trabalho e Processos Psicossociais (Psitrapp-PUC), do Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia (NEC Trama) e do grupo de pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais (Eppeo).

Bruno Soares Veríssimo é técnico em Informática pelo IFMG Campus Ouro Branco e atualmente estudante de Ciência da Computação na UFOP. Idealizou o projeto de pesquisa que resultou na escrita deste artigo, sendo bolsista por um ano e meio, com apoio do CNPq e do IFMG. A pesquisa teve como foco a análise de informações infundadas propagadas pelo Ministério da Saúde no Twitter no período de 2020 e 2021, no contexto da pandemia da Covid-19.

Carlos Eduardo Carrusca Vieira é pós-doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPG-Psi) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutor e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Psicologia pela PUC Minas. É professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da PUC Minas e desenvolve estudos em Psicologia do Trabalho, contemplando as dimensões políticas, psicossociais, ergonômicas e organizacionais do trabalho.

Diêgo Alves Fernandes é doutorando em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Mestre em psicologia (2021). Possui graduação em Psicologia (2019), pela Faculdade Ciências da Vida, especialização em Psicanálise Clínica Avançada (2022), licenciatura em filosofia (2022) e MBA em Gestão de Recursos Humanos (2022). Atualmente compõem o grupo de pesquisa ligada ao Laboratório de Psicanálise e Crítica Social da PUC Minas com o título "Violências e Narrativas: uma escuta psicanalítica". Também integrou o grupo de pesquisa Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS) entre (2020-2021).

Donavan Iury Silva da Mata é graduando em Teologia pela PUC Minas. Bacharel em Filosofia pela mesma instituição. É bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC-FAPEMIG. Email:

donavanismata@gmail.com. Pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Robson Figueiredo Brito do Curso de Filosofia da PUC Minas IFT.

Gisleule Maria Menezes Souto possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1984), graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1991), graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2016) e mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Doutorado (2023) PPGD- PUC-MINAS (Linha Teoria do Direito e da Justiça). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. , atuando principalmente nos seguintes temas: ética - corpo-próprio -fenomenologia- corpo-sujeito - morte - morrer - enfermagem - cotidiano, corpo idealizado- gênero- corpos trans.

Heleniara Amorim Moura é doutora em Estudos Literários pela UFMG. Mestre e graduada em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei. Atua na pesquisa em poesia e performance de autoria feminina, teatro, memória, política e educação, além de fazer parte de projetos de extensão nas áreas de musicalização, literatura e teatro. Professora EBT-T do IFMG Campus Ouro Branco, atuou como coorientadora do projeto de pesquisa (aprovado em edital interno do IFMG) que resultou na escrita deste artigo.

João Francisco Severo Santos é cientista político, doutor em Ciências do Ambiente e Analista de Gestão em Pesquisas do IBGE.

Kenia da Silva Sant' Anna é mestranda no PPG-Psi da PUC Minas, na linha de Processos Psicossociais. Bolsista pela Capes. Possui Especialização em Gestão de Pessoas (2020) e Graduação em Psicologia (2016) pela PUC Minas. Atua como Analista de Recursos Humanos no Instituto Inhotim. Integrante do Grupo de Pesquisa Psicologia, Trabalho e Processos Psicossociais (PUC Minas).

Laura Camilo da Silva é graduanda em Direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Faculdade Mineira de Direito, pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI). Foi extensionista pela PROEX e Monitora em disciplinas de Direito Civil por quatro semestres consecutivos, do terceiro ao sexto período. Atualmente é Monitora da Coordenação da Unidade São Gabriel, participando e coordenando diversos eventos promovidos pelos coordenadores do curso na Unidade. Possui capítulos de livros publicados em Direito Civil. Foi estagiária na Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais por um ano e meio. Atualmente é estagiária no Escritório Chalfun Advogados, em Belo Horizonte. Possui proeminência em direito e processo do trabalho e direito e processo civil.

Leonardo de Miranda e Silva é graduando em Psicologia pela PUC Minas. Pesquisador bolsista em iniciação científica com ênfase em

Psicologia do Trabalho. Integrante do Grupo de Pesquisa Psicologia, Trabalho e Processos Psicossociais (PUC Minas).

Letícia da Silva Bastos é doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE). Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e professora efetiva de Ciências Humanas no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Campus Ouro Branco. Atuou como orientadora do projeto de pesquisa (aprovado em edital interno do IFMG) que resultou na escrita deste artigo.

Liza Fensterseifer possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001), mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003) e doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008). Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Avaliação Psicológica e Psicologia Clínica.

Lucas Alves Costa é doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás - Brasil, com período na Università del Salento - Itália. Mestre em Letras e Linguística pela mesma instituição.

É professor de Língua Portuguesa e Teoria e Análise Linguística. Atua no Leitorado Instituto Guimarães Rosa (MRE), na Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique. Suas pesquisas concentram-se em: Linguística Cognitiva Funcional; Gramática de Construções; Ensino-aprendizagem de língua portuguesa: língua materna e LE/L2; Neuroestética; Epistemologias.

Luciana Santos de Moura possui graduação em Psicologia pela UFMG (2019) e Especialização em Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico pela Famart (2021). Também é Pós-Graduada em Terapia Comportamental Cognitiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2022). Mestranda no PPG-Psi da PUC Minas, na linha de Processos de Subjetivação. Atualmente é psicóloga clínica na Univeser Psicologia. Possui também graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto (2019).

Maria Auxiliadora da Silva é graduada em Bacharel em Teologia pelo Seminário Bíblico Mineiro em 1983; Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) em 1992; Especialista em Psicologia Clínica e em Psicologia Educacional/Escolar pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP 04) em 1993; Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com a dissertação intitulada “Religião, Identidade e Angústia – um estudo entre os Evangélicos pentecostais” em 2003; Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC São Paulo) defendendo a Tese “Religião, Sexualidade e Poder – A liderança religiosa e política dos Evangélicos pentecostais” em 2009. Professora na Faculdade de Psicologia da PUC Minas desde 2002 leciona as disciplinas “Teoria Psicanalítica – Conceitos Fundamentais”; “Psicologia da Vida Adulta e Velhice” e “Psicologia, Inclusão e Direitos Humanos”. É, também, Supervisora de Estágios, Orientadora e Coordenadora de Monografias.

Maria Braga Câmara é doutoranda no programa de Pós-Graduação em Psicologia PUC-Minas (2023). Mestre em Estudos Culturais Contemporâneos pela Universidade FUMEC (2019), graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (2017) e graduação em Psicologia (2010), ambas pela Universidade FUMEC, onde atualmente é professora auxiliar nos cursos de Comunicação Social. Psicanalista de formação, atua em atendimentos clínicos. Contribuí de forma voluntária em projetos sociais.

Michelle Cristina Vitor Marçal é graduanda em Direito pela Universidade Puc Minas.

Rane Ferreira Rios Hollanda Cavalcante de Moraes é doutoranda em Teoria do Direito e da Justiça na PUC-MINAS, Bolsista CAPES. Mestre em Teoria do Direito e da Justiça PPGD PUC-MINAS.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Carlos Eduardo Carrusca Vieira é pós-doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPG-Psi) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutor e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Psicologia pela PUC Minas. É professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da PUC Minas e desenvolve estudos em Psicologia do Trabalho, contemplando as dimensões políticas, psicossociais, ergonômicas e organizacionais do trabalho.

Robson Figueiredo Brito é pós-doutor em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Doutor e Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduado em Filosofia e Psicologia Clínica pela PUC Minas. É Professor Adjunto II do Departamento de Filosofia-Instituto de Filosofia e Teologia da PUC Minas. Professor integrante da equipe da Pró Reitoria de Extensão (Proex), Coordenador do Setor de Publicações Acadêmicas e Internacionalização, Fundador do Laboratório de Extensão, Práticas, Pesquisas, Publicações Acadêmicas e Internacionalização (LEPPPAI) da Proex PUC Minas. Tem experiência na área de Filosofia da Linguagem, Hermenêutica, Filosofia do Direito e Psicanálise. Estudos da Linguagem: processos discursivos e enunciativos, posicionamentos identitários e modos de dizer; Letramentos Acadêmicos. Estuda Processos de Subjetivação e Mediação de Conflitos, Fake News, Humanismo, Filosofia Moderna e Contemporânea.

